

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Geovane Martins Gonçalves

**RECONSTRUÇÃO HISTÓRICO CRÍTICA DO CONSELHO REGIONAL DE
SERVIÇO SOCIAL - CRESS 6ª REGIÃO – SECCIONAL DE JUIZ DE FORA:
ANÁLISE DOS PROCESSOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Juiz de fora

2016

Geovane Martins Gonçalves

**RECONSTRUÇÃO HISTÓRICO CRÍTICA DO CONSELHO REGIONAL DE
SERVIÇO SOCIAL - CRESS 6ª REGIÃO – SECCIONAL DE JUIZ DE FORA:
ANÁLISE DOS PROCESSOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientação Prof.^a Dr.^a Carina Berta Moljo.

Juiz de fora

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gonçalves, Geovane Martins.

RECONSTRUÇÃO HISTÓRICO CRÍTICA DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 6ª REGIÃO – SECCIONAL DE JUIZ DE FORA : ANÁLISE DOS PROCESSOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO / Geovane Martins Gonçalves. – 2016.

169 p.

Orientador: Carina Berta Moljo

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2016.

1. Serviço Social. 2. História. 3. Conselhos Regionais. I. Moljo, Carina Berta, orient. II. Título.

Dedico este trabalho aos meus pais, Neusa e Luiz Roberto, que não mediram esforços para investir nos meus estudos e possibilitaram-me escolher o meu caminho, sem interferências e imposições, são presentes de Deus na minha vida.

AGRADECIMENTO

A Deus, em primeiro lugar, pela misericórdia e graça derramada em minha vida pois sem Ele essa jornada não seria cumprida.

A minha família. Meu irmão Roberto, e meus pais Luiz Roberto e Neusa pela dedicação, abnegação ao longo da minha vida, agradeço a Deus por vocês estarem presentes nessa conquista.

A minha amada Camila, pelo carinho, amor, companheirismo e incentivo.

Aos amigos Gabriel, Romulo, Daniele e Valesca, pelo apoio e palavras de encorajamento.

Aos amigos e companheiros de luta da diretoria da Seccional pelos conselhos e apoio.

A minha querida orientadora Carina Berta Moljo, pela competência, paciência, apoio, incentivo e por sempre acreditar no meu trabalho.

Aos Docentes Maurilio Mattos, Alexandra Eiras e Maria Rosangela Batistoni pelas imensas contribuições a dissertação.

As assistentes sociais que disponibilizaram o seu tempo para conceder entrevistas tão preciosas sendo as protagonistas deste trabalho.

Aos colegas de turma pelo companheirismo, amizade e momentos festivos que contribuiu para a construção deste trabalho. Em especial Michele, Sulamita, Veronica e Ana Paula.

Aos professores do Mestrado da Faculdade de Serviço Social pelo aprendizado, bons conselhos, instruções e esclarecimentos.

A coordenação da pós-graduação.

A secretária da pós-graduação Beth que sempre esteve pronta a ajudar com eficiência e disposição.

A Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social.

Muito Obrigado a todos

RESUMO

Este trabalho analisa a Reconstrução Histórica do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora. O caminho teórico metodológico desta pesquisa possui como perspectiva a totalidade da vida social e a concepção de história na teoria marxista que relaciona-se diretamente com o objeto de estudo. A aquisição dos dados da pesquisa ocorreu por meio de análise bibliográfica, documental e seis entrevistas com assistentes sociais que foram dirigentes da Seccional de Juiz de Fora entre 1975 a 1993, cada profissional representou um triênio da gestão. A história da Seccional foi obtida através do relato oral das entrevistadas, tendo como base a memória coletiva das atrizes sociais que estavam inseridas nas gestões da entidade. A demarcação cronológica refere-se ao período de surgimento da Seccional de Juiz de Fora, que era denominada Conselho Regional de Assistentes Sociais de Minas Gerais – CRAS 6ª Região - 2ª Delegacia de Juiz de Fora, até o seu período de consolidação e transformação tornando-se atualmente CRESS 6ª Região Seccional de Juiz de Fora. O resultado desta pesquisa nos possibilitou compreender os fundamentos que culminaram na criação da Seccional, que está vinculada a mobilização dos assistentes sociais da Zona da Mata mineira num contexto de crescimento numérico de profissionais na região. A expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais na década de 1970, tem como principal fator a política econômica impetrada pelo regime militar no Brasil (1964 a 1985) que possibilitou a contratação de assistentes sociais no Estado e na empresas capitalistas. A pesquisa com fonte orais permitiu a análise do processo de formação profissional das entrevistadas, das visões acerca da ditadura militar e sua particularidade no município de Juiz de Fora, de fatos históricos do Serviço Social brasileiro e do papel dos sindicatos do profissionais no final década de 1980.

Palavras Chave: Serviço Social, História e Conselhos Regionais

ABSTRACT

This paper analyzes the Historical Reconstruction of the Regional Council of Social Service of Minas Gerais - CRESS 6th Region - Juiz de Fora Sectional. The methodological theoretical way this research has as its perspective the whole of social life and the concept of history in Marxist theory that relates directly to the object of study. The acquisition of research data were collected through literature review, documentary and six interviews with social workers who were Seccional leaders of Juiz de Fora from 1975 to 1993, each professional was a three-year period of management. The history of Seccional was obtained through the oral report of the interviewees, based on the collective memory of social actresses who were included in the entity's efforts. The chronological demarcation refers to Seccional the emergence period of Juiz de Fora, who was named Regional Council of Social Workers of Minas Gerais - CRAS 6th Region - 2nd Precinct of Juiz de Fora, to the period of consolidation and transformation turning it CRESS is currently 6th Region Juiz de Fora Sectional. The result of this research enabled us to understand the fundamentals that led to the creation of the Sectional, which is linked to mobilization of social workers of the mining Forest Zone in numerical growth environment professionals in the region. The expansion of social workers labor market in the 1970s, is the main factor to economic policy filed by the military regime in Brazil (1964-1985) that enabled the contraction of social workers in the state and capitalist enterprises. Research on oral source allowed the analysis of the training process of the interviewees, the views on the military dictatorship and its particularity in Juiz de Fora city, the historical facts of the Brazilian Social Service and the role of professional unions in the late decade of 1980.

Keywords: Social Work, History and Regional Councils

LISTA DE SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de assistentes sociais
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ALAETS	Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social
ANAS	Associação Nacional de Assistentes Sociais
AMAC	Associação Municipal de Apoio Comunitário.
APAS	Associações Profissionais de Assistentes Sociais
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CELATS	Centro Latino-Americano de Trabalho Social
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CF/88	Constituição Federal de 1988
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CRAS	Conselhos Regional de Assistentes Sociais
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONCUT	Congresso da Central Única dos Trabalhadores
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENESS	Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social
ESG	Escola Superior de Guerra
FENAS	Federação Nacional de Assistentes Sociais
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPM	Inquéritos Policial-militares
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PNF	Política Nacional de Fiscalização

PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SINSERPU	Sindicato dos Servidores Públicos de Juiz de Fora
SASEMG	Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais
SESSUNE	Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE
SESI	Serviço Social da Indústria
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SOFI	Setor de Orientação e Fiscalização.
TCU	Tribunal de Contas da União
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A construção sócio histórica do Serviço Social brasileiro: Análise do Processo de renovação da profissão	19
1.1 A concepção de história na teoria marxista	19
1.2 Breve nota sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil	26
1.3 Contexto da ditadura militar no Brasil	33
1.4 Processo de renovação do Serviço Social brasileiro	41
1.5 III CBAS e sua importância histórica	51
2 Serviço Social e a transição política do conjunto CFESS/CRESS	62
2.1 Papel da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) na formação política dos assistentes sociais brasileiros	62
2.2 A História do Conjunto CFESS/CRESS	67
2.3 A estrutura política-normativa do Conjunto CFESS/CRESS	71
2.4 O protagonismo do Conjunto CFESS/CRESS na defesa do Projeto Ético-político	76
3 A reconstrução histórica do CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora	89
3.1 A Formação Profissional das assistentes sociais entrevistadas	89
3.2 O processo de fundação da Seccional de Juiz de Fora	103
3.3 Surgimento da Faculdade de Serviço Social de Fora	141
3.4 A ditadura militar e a cidade de Juiz de Fora	143
3.5 Particularidades históricas do Sindicato Mineiro de Assistentes Sociais: Sub-sede de Juiz de Fora	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166

INTRODUÇÃO

A construção da dissertação de mestrado, acerca da “*Reconstrução histórica do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora: Análise dos processos históricos do Serviço Social brasileiro*”, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), é resultado de experiências adquiridas na formação profissional, bem como na militância política no CRESS 6ª Seccional de Juiz de Fora, órgão responsável por fiscalizar o exercício profissional dos assistentes sociais inscritos no estado de Minas Gerais, a sede localiza-se em Belo Horizonte. Além disso, possui três seccionais no estado: Juiz de Fora, Montes Claros e Uberlândia.

No período de graduação na Faculdade de Serviço Social da UFJF (2009 a 2013) realizei estágio obrigatório no CRESS 6ª Região Seccional de Juiz de Fora no setor de orientação e fiscalização (SOFI) que é responsável pela orientação e fiscalização dos assistentes sociais que atuam na área de abrangência da Seccional de Juiz de Fora. A supervisão direta do campo de estágio era realizada por uma Agente Fiscal concursada que planejava e executava as visitas de fiscalização rotineira aos espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, a fiscalização de concursos públicos, o atendimento pessoal e telefônico aos profissionais, a elaboração de relatórios e ofícios de fiscalização, dentre outras atividades. No estágio supervisionado do CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora – pude conhecer as atribuições do referido conselho, as demandas dos assistentes sociais que eram atendimentos no SOFI e as ações realizadas pela diretoria da Seccional de Juiz de Fora.

Como resultado da minha inserção no estágio fiz o meu trabalho de conclusão de curso com o tema: “*A efetivação do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: Atuação do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região Seccional de Juiz de Fora*”. Nesse trabalho pesquisei as atividades desenvolvidas pela diretoria (gestão 2011 a 2014) nas comissões de trabalho da Seccional de Juiz de Fora e sua relação com os valores defendidos pela profissão.

Após a conclusão do curso de Serviço Social participei do processo de constituição da chapa para as eleições da nova diretoria da Seccional de Juiz de Fora e

ingressei com o cargo de secretário na gestão de 2014 a 2017 - *“Seguindo na Luta: Pelo fortalecimento da categoria em defesa do Projeto ético-político”*.

Deste modo, a vivência enquanto estagiário e diretor do CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora possibilitou compreender a magnitude e a relevância das ações do Conselho para a categoria profissional, como também os desafios enfrentados pelas entidades representativas do Serviço Social. Durante o processo de construção do objeto de estudo, decide por pesquisar e analisar a Reconstrução Histórica da Seccional de Juiz de Fora por reconhecer a relevância da entidade na Zona Mata mineira e a importância da organização política da categoria e dos atores sociais que participaram de maneira coletiva da estruturação e formação do CRESS 6ª Região Seccional de Juiz de Fora.

O CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora - foi inaugurado no dia 14 de março de 1975 e era denominado como 2ª Delegacia Regional de Juiz de Fora. Em 2015 completou 40 anos de funcionamento e não tinha nenhum registro histórico sobre o seu processo de fundação e quais foram os fundamentos e as causas que levaram a instalação da Seccional no município de Juiz de Fora. Diante disso, considereei uma oportunidade propícia para realizar essa pesquisa.

A pesquisa acerca da Reconstrução Histórica da Seccional de Juiz de Fora consistiu em entrevistar assistentes sociais que participaram da gestão da Delegacia desde a sua fundação até a sua consolidação. Optamos por escolher representantes de cada gestão da Delegacia de Juiz de Fora entre 1975 a 1993 totalizando 6 assistentes sociais. O roteiro das entrevistadas era semiestruturado com a finalidade de extrair o máximo de informações possíveis dos profissionais. No decorrer das entrevistas tivemos o desafio de localizar as profissionais que participaram da fundação da Delegacia, pois algumas não estavam em Juiz de Fora e outras não se dispuseram a realizar as entrevistas. Com relação aos depoimentos não observamos nenhuma dificuldade das profissionais em relatar sua experiência no Conselho, pelo contrário demonstraram-se solicitadas e abertas. No que se refere ao local das entrevistas indicávamos a Seccional de Juiz de Fora por causa da sua localização, na região central de Juiz de Fora e também pelo seu significado histórico. Quatro entrevistas foram realizadas na Seccional de Juiz de Fora, as outras duas foram realizadas na Faculdade de Serviço Social da UFJF e na residência de uma das entrevistadas. Além disso, realizamos análise documental no âmbito da Seccional de Juiz de Fora, como atas, regimentos e outras documentações.

A formulação das entrevistas foi baseada a partir de leituras prévias das atas e documentações sobre a Delegacia. O roteiro de entrevista continha os seguintes eixos: o Processo de construção e institucionalização da Seccional de Juiz de Fora; a vinculação entre a Delegacia/Seccional com a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; a Relação Político-administrativa entre a Delegacia de Juiz de Fora com o CRAS/sede de Belo Horizonte; a Formação Profissional; a ditadura militar no Brasil e o posicionamento da seccional nessa conjuntura política; e a importância da Delegacia para a trajetória profissional das entrevistadas.

Foram entrevistadas as assistentes sociais Elisa de Oliveira Melo, da gestão 1975 a 1978; Eleni da Cunha Horta, da gestão 1978 a 1981; Angélica Maria Salles de Freitas, da gestão 1981 a 1984; Ana Maria Arreguy Mourão, da gestão 1984 a 1987; Leda Maria Leal da Silva, da gestão 1987 a 1990; e Rosely Salomão Condé, gestão 1990 a 1993.

O perfil das profissionais era homogêneo em muitos aspectos. A média de idade era em torno de 66 anos, as mesmas residiam no município de Juiz de Fora e todas realizaram a sua graduação em Serviço Social na cidade de Juiz de Fora. Sendo que as profissionais das duas primeiras gestões estudaram na Faculdade quando a mesma pertencia ao grupo da Igreja Católica de Juiz de Fora chamado “Missionárias de Jesus Crucificado”, a Instituição de ensino ainda não estava vinculada a UFJF. As demais profissionais já realizaram a sua graduação na Faculdade de Serviço Social da UFJF.

A história da Seccional de Juiz de Fora está no circuito da historicidade do Serviço Social brasileiro. A partir dos autores clássicos da literatura profissional como José Paulo Netto e Marilda Iamamoto Vilela, podemos compreender que a ruptura com o conservadorismo na profissão ganhou força no final da década de 1970, momento de rearticulação da organização sindical dos trabalhadores, num contexto de crise da ditadura militar no país. Nesse período foram criadas as bases para as mudanças significativas no Serviço Social brasileiro nas dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Essa conjuntura influenciou parte dos assistentes sociais, envolvidos nos sindicatos e organizações de luta pela redemocratização, influenciando diretamente os Conselhos profissionais do Serviço Social.

A construção dos conselhos profissionais caminhou junto com a dimensão do movimento histórico e político do Serviço Social brasileiro. Atualmente o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto

CFESS/CRESS) são órgãos que defendem as prerrogativas profissionais, a partir do Código de Ética e da Lei de Regulamentação, e promovem ações políticas de fortalecimento e ampliação das políticas sociais e direitos sociais da classe trabalhadora.

Para o resgate da memória coletiva da Seccional de Juiz de Fora utilizamos como um dos instrumentos de pesquisa a história oral¹, que nos possibilitou a compreensão e investigação acerca da reconstrução histórica da Seccional de Juiz de Fora. Além disso, a pesquisa proporcionou o conhecimento de fatos e processos históricos da época e de diversos aspectos da vida social e política das assistentes sociais entrevistadas.

De acordo com Burke² (2000), “a memória é reflexo do que aconteceu e a história é reflexo da memória”, ou seja, existe uma relação intrínseca entre a memória coletiva e a função da história, como produto da construção humana. Para o autor, o historiador tem o papel de ser o “guardião da memória”.

O resgate da memória é uma forma de relembrar fatos importantes da humanidade. A história, enquanto atividade dos seres sociais, está inserida na sociabilidade humana e é transmitida de uma geração para a outra.

Na presente dissertação entendemos que a preservação da memória coletiva da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora é uma forma de resistência política e tem o papel de reafirmar princípios e valores que foram conquistados por ações coletivas e possibilitaram a existência de um legado histórico para as outras gerações de profissionais.

De acordo com Thompson (1998), toda história precisa minimamente de uma finalidade social, por isso no passado a mesma era transmitida por meio da oralidade e pela crônica escrita de uma geração para outra. Para o autor, uma das funções da história é contribuir para a formação individual dos sujeitos, através do estudo de acontecimentos do passado que ajudam na compreensão da vida cotidiana. Para o autor a história oral tem o papel de estabelecer uma relação direta com a finalidade social da história.

¹ Para o conceito de história oral utilizamos os autores: Paul Thompson com sua obra “*A voz do Passado*”; o autor Alessandro Portelli no artigo “*O que faz a história oral diferente?*”; e a autora Carina Berta Moljo com o artigo “*La Historia Oral como posibilidad de reconstrucción histórica, su relación con el Trabajo Social*”.

² Peter Burke é um historiador inglês e Professor Emerito da Faculdade de Cambridge. Este trecho foi retirado do Livro “*História como Memória Social*”.

Para Moljo (1997) as fontes orais, como instrumento de pesquisa, não são específicas de nenhuma profissão, porém adquirem aspectos diferenciados, de acordo com cada área de conhecimento. De acordo com a autora, existe um debate acerca do conceito de história oral, alguns afirmam que a mesma é um método de investigação; uma metodologia ou um instrumento de trabalho. Moljo assume a posição que a história oral “é uma metodologia de investigação” que se baseia numa teoria e um método utilizando instrumentos próprios. Para autora método e teoria são indissociáveis.

Como elucida Moljo, a história oral está situada nos métodos de investigação qualitativos desde o final da década de 1960 tendo como perspectiva a ampliação do conhecimento acerca da realidade social, analisando principalmente as experiências de vida dos sujeitos. Dessa maneira, essa metodologia ou técnica de pesquisa busca dar vozes ao sujeitos e as suas condições de vida. Isso significa ir além das descrições para compreender os significados, ou seja é buscar os sujeitos e suas histórias:

“De ninguna manera implica desconocer al sujeto en su estructura, ni las condiciones materiales de existencia. Por el contrario, se trata de analizar como esa estructura repercute en la vida cotidiana del sujeto, y de cómo el sujeto produce y se reproduce en esa estructura, pero dimensionándolo desde lo cotidiano, desde su propia experiencia”. (MOLJO, 1997, p. 5).

De acordo com autora trabalhar com a história oral é valorizar a linguagem construída dentro do processo histórico, através da música, dança, artes, etc. É compreender a linguagem inserida na historicidade humana, como processo social ativo criador de significados. Não é somente conhecer, mas perceber o movimento da realidade. A linguagem e a história oral, de maneira peculiar, nos possibilitam desvendar a realidade e o significado de determinados contextos históricos. (MOLJO, 1997)

Desse modo a história oral de maneira isolada não é um instrumento de mudança, isso depende de como será utilizada pelo pesquisador. A partir disso, esse instrumento tem a condição de transformar a finalidade e o conteúdo da história, modificando o objeto de análise e investigando campos de pesquisa ainda inexplorados da sociedade. (THOMPSON, 1998).

Salientamos que a oralidade não prejudicou o conteúdo textual e analítico que realizamos nesta dissertação. Pelo contrário, foi um elemento essencial para trazer o significado real dos acontecimentos ocorridos do período.

Para Portelli (1997) as fontes escritas e orais “não são mutuamente excludentes”. A semelhança entre as duas são as características autônomas e as funções específicas “que uma ou outra pode preencher”. De acordo com Portelli, o desprezo pela oralidade (fontes orais) pode trazer prejuízos interpretativos de um determinado relato, ou seja, a história oral pode contribuir para a transmissão de informações de um determinado grupo iletrado cuja história não está registrada corretamente na escrita. Outra característica é sobre o conteúdo que se materializa na vida diária, cultural e material desses sujeitos. Para Portelli, a linguagem não é só representada somente por sílabas, palavras, grafemas mas possui um conteúdo comunicativo.

Mas a linguagem também é composta por outro conjunto de traços que não podem ser contido dentro de um único segmento, mas também são portadores do significado. A fileira de tom e volume e o ritmo do discurso popular carregam implícitos significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita – a não ser, e então de modo inadequado e não facilmente acessível, como notação musical. A mesma afirmativa pode ter consideráveis significações contraditórias, de acordo com a entonação do relator, que pode ser representado objetivamente na transcrição, mas somente descrito aproximadamente nas próprias palavras do transcritor. (PORTELLI, 1997, p. 27-28)

De acordo com Portelli, uma das características que torna a história oral diferente é “*aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados*”. Essa afirmação não despreza a ideia que a história oral não tenha validade factual. O elemento principal e peculiar das fontes orais que influenciam a pesquisa do historiador é a possibilidade de expressar a **subjetividade** do expositor. Como mostra o autor:

“Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas conta-nos bastante sobre seus custos psicológicos”. (PORTELLI, 1997, p. 31).

Preservar a memória de um determinado acontecimento não é participar desse processo de modo “*passivo*”, mas de modo ativo a partir da “*criação de significados*”. Nesse sentido, a utilidade peculiar das fontes orais para o pesquisador, está baseado não só na sua capacidade de preservar o passado, é mostrar as mudanças que acontecem na memória dos sujeitos. (PORTELLI, 1997).

A reconstrução histórica da Seccional de Juiz de Fora conseguiu através das falas dos profissionais descobrir aspectos novos e relevantes que compõe a história do Conselho e que refletem ao mesmo tempo, a conjuntura política do Serviço Social nas décadas de 1970 e 1980.

Por meio da pesquisa chegamos à conclusão que a Delegacia/Seccional de Juiz de Fora fundada em 1975 foi resultado de uma conjuntura histórica marcada pela mobilização dos assistentes sociais da cidade de Juiz de Fora e região. A movimentação política tem como base o crescimento do mercado nacional de assistentes sociais durante a vigência da ditadura militar que é um dos principais eixos da engrenagem de fortalecimento da profissão no Brasil, bem como em Juiz de Fora.

Além disso, temos nesse contexto a política educacional do regime militar com a expansão do ensino superior e a entrada do Serviço Social no contexto universitário. Em Juiz de Fora esse processo envolveu a entrada da Faculdade de Serviço Social (Fundada em 1958 pertencente até 1974 a Igreja Católica) na Universidade Federal de Juiz de Fora que contribuiu diretamente para a estruturação da delegacia em Juiz de Fora.

A realização da pesquisa na pós-graduação *strictu senso* representa a síntese da construção teórica de um trabalho acadêmico. Para realizar a reconstrução histórico-critica do CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora, utilizamos como método o materialismo histórico dialético, construído pelo autor Karl Marx (1818 – 1883).

Para Quintaneiro (2003), o método marxista, exige dos pesquisadores uma atividade de reflexão permanente para compreender a complexidade efetiva da realidade, suas contradições e tensões, para reproduzi-lo intelectualmente e torna-lo conhecido. Para Guerra (2009), o conhecimento fundado na razão dialética consegue apreender o movimento do objeto, na sua origem, descobrindo o que ele é e quais são suas capacidades de transformação. O conhecimento advindo da razão tem por finalidade ir além da

“imediatez da vida cotidiana”, buscando constantemente a “processualidade contraditória de seus objetos”. (GUERRA, 2009).

A presente dissertação contribuiu para o registro histórico da Seccional de Juiz de Fora e a reflexão acerca do Serviço Social brasileiro. A reconstrução histórica da Seccional teve o objetivo de conhecer quais foram os processos que foram decisivos para a criação do Conselho profissional no município de Juiz de Fora. Por isso foi necessário compreender o contexto político e como isso se expressou na categoria profissional naquele período histórico.

A exposição da dissertação está dividida em três partes: A seção inicial apresenta 1 A construção sócio histórica do Serviço Social brasileiro: Análise do Processo de renovação da profissão. 1.1 A Concepção de história na teoria marxista. 1.2 Breve nota sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil. 1.3 Contexto da ditadura militar no Brasil. 1.4 Processo de renovação do Serviço Social brasileiro. 1.5 III CBAS e sua importância histórica.

A segunda seção trata da relação entre a construção do Conjunto CFESS/CRESS e sua relação com o Projeto Ético-Político. 2 Serviço Social e a transição política do Conjunto CFESS/CRESS. 2.1 O Papel da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) na formação política dos assistentes sociais brasileiros. 2.2 A história do Conjunto CFESS/CRESS. 2.3 A estrutura política-normativa do Conjunto CFESS/CRESS. 2.4 O protagonismo do Conjunto CFESS/CRESS na defesa do Projeto Ético-político.

Por fim na última seção discorro sobre o resultado da pesquisa acerca da reconstrução histórica da Seccional de Juiz de Fora, a partir do relato oral dos assistentes sociais que participaram da gestão entre 1975 a 1993. 3 A Reconstrução histórica do CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora. 3.1 Formação Profissional das assistentes sociais entrevistadas 3.2 O processo de fundação da Seccional de Juiz de Fora. 3.3 Surgimento da Faculdade de Serviço Social de Fora. 3.4 A ditadura militar e a cidade de Juiz de Fora. 3.5 Particularidades históricas do Sindicato Mineiro de Assistentes Sociais: Sub- sede de Juiz de Fora.

Esperamos que esta dissertação possa contribuir para a valorização da história das entidades do Serviço Social que foram construídas a partir da ação coletivas de

profissionais que dedicaram o seu tempo e disposição para fortalecer a profissão no Brasil.

1 A construção sócio histórica do Serviço Social brasileiro: Análise do Processo de renovação da profissão

Neste capítulo será realizado, primeiro, uma breve reflexão acerca da concepção de história na teoria marxista demarcando o nosso posicionamento quanto a perspectiva de análise desta dissertação. Posteriormente, apresentaremos o processo sócio histórico do Serviço Social no Brasil abordando a sua constituição e fundamento, a partir das relações sociais engendradas na sociedade capitalista. Um dos períodos marcantes na história da profissão é o *Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro*, período em que a profissão modifica a sua estrutura jurídica, formação profissional e atuação no cotidiano, entre as décadas de 1960 a 1980, no contexto da ditadura militar no Brasil. O objetivo deste capítulo é analisar a dimensão histórica do Serviço Social brasileiro para compreender profundamente o processo de formação e criação do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS 6ª – Seccional de Juiz de Fora que é objeto desse trabalho.

1.1 A concepção de história na teoria marxista.

O objeto de estudo desta dissertação é a reconstrução histórica da Seccional de Juiz de Fora. O verbo reconstruir remete-se a reedificar, renovar com intuito de transformar algo ou alguma coisa que já existe. Nosso trabalho tem a finalidade de refletir criticamente acerca da história da Seccional de Juiz de Fora. Para compreender os fundamentos dessa análise apresentaremos uma abordagem concisa acerca da concepção de história na teoria marxista, que é a nossa base teórica, para compreender os processos que levaram ao surgimento da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora inserido no circuito histórico e político do Serviço Social brasileiro.

Iniciamos essa reflexão afirmando que as produções de Marx, de maneira geral, estavam diretamente relacionadas a sua concepção de História, o mesmo possuía uma preocupação com o processo histórico da humanidade, principalmente no que diz respeito

a essência das relações sociais da sociabilidade burguesa. Marx e Engels iniciam o capítulo “Feuerbach e história” do Livro *“A Ideologia Alemã”*, afirmando que a *“libertação do homem é um ato histórico”*, e não uma ação do pensamento, sendo oriunda das condições históricas dadas pela indústria, comércio e intercambio e logo depois, de acordo com o grau de desenvolvimento pelo sujeito (autoconsciência), prezando pela eliminação dos argumentos religiosos e teológicos, fundados principalmente em Hegel.

Marx afirma que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e da História é de que os homens necessitam de condições de vida favoráveis para poder “fazer história” é necessário os elementos vitais da vida humana como comida, bebida, vestimentas e moradia. (MARX, 2007, p. 31).

De acordo com o autor, o primeiro ato histórico da humanidade é a produção de bens de consumo para a satisfação de necessidades, o desenvolvimento da própria vida material, que é essencial e imprescindível para manter os homens vivos. O segundo momento é a materialização da satisfação de necessidades e a criação de novas, a partir de instrumentos que permitem a aquisição de alimentos e outros bens de consumo. Já o terceiro ato histórico se refere ao desenvolvimento histórico dos homens no seu circuito social, no processo de procriação e formação da família. Posteriormente, esse processo se complexifica no cotidiano de vida dos sujeitos e passa a criar outras esferas da vida social:

“A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social – social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” – que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas”. (MARX, 2007, p. 34)

O autor reconhece que a história é construída essencialmente, a partir da análise crítica das relações sociais e da produção material de uma determinada sociedade. Além da produção material, a construção da história é desenvolvida ao mesmo tempo, pela consciência dos sujeitos sociais materializada pela forma da linguagem que é a

“consciência real prática” dos indivíduos. Que surge a partir da necessidade da relação do homem com outros homens. (MARX, 2007).

Para Marx, a consciência é um produto social, desde os primórdios do desenvolvimento humano, e sempre será enquanto a humanidade existir. Também é “mera consciência do meio sensível mais imediato” com a natureza e com os homens. A consciência da natureza se apresenta num primeiro momento como um poder estranho aos homens que interagem com ela de uma forma puramente animal, de uma outra forma, existiu a consciência da necessidade de estabelecer vínculos com os indivíduos ao seu redor, isso constitui o início da consciência de que homens são seres sociais. (MARX, 2007).

Nos primórdios da sociabilidade humana os homens tinham atitudes puramente animais, contudo essas ações eram diferentes dos seres da natureza, ou seja, os homens possuíam um “*instinto consciente*” que os levava a criar novas necessidades e a produzir cada vez mais condições de sobrevivência, enquanto os animais agem somente pelo instinto natural. As atividades produtivas e a introdução de necessidades possibilitaram a criação de uma Divisão Social do Trabalho, que nesse momento se materializava na divisão sexual do trabalho e em tarefas que exigiam uma divisão pela força corporal, isto é, a divisão aparecia de maneira “natural”. (MARX, 2007)

A reflexão de Marx acerca da formação dos processos históricos possui um fundamento ontológico direcionado para a gênese da consciência, a partir da relação do homem com a natureza, através do trabalho. Tendo como consequência o desenvolvimento da linguagem, atrelado a consciência, e a formação da Divisão Social do Trabalho com a finalidade de produzir bens de consumo. A constituição do homem enquanto ser social é mediado por ações coletivas, porém a atividade social e o rumo de desenvolvimento das forças produtivas independe da vontade dos homens. Como explica o autor:

“Esse fixar-se da atividade social, essa consolidação do nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjecturas, é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado.” (MARX, 2007, p. 38).

Para Marx, a história é o suceder de gerações diferentes na qual, cada uma das mesmas explora os materiais, os capitais e a força de produção a elas deixadas pelas gerações anteriores. Portanto, por um lado, ocorre a continuidade das atividades antecedentes sob condições totalmente distintas, e por outro lado, acontece a mudança através de uma atividade diferente das antigas condições, “*o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converte-se a história posterior na finalidade da anterior*” (...). (MARX, 2007)

Marx considerou que a história tem o papel de incrementar o processo de produção, a partir da materialidade da vida social relacionada com o desenvolvimento da sociedade civil em diversos momentos do capitalismo como fundamento da história:

“Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc.f – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos)”. (MARX, 2007, p. 42).

A presente concepção de Marx (2007) mostrou que a história não se finda por diluir-se como “espírito do espírito”, na “autoconsciência”, mas em cada uma das suas fases produz um produto material, um resultado das forças de produção, uma conexão historicamente constituída com a natureza, e que os homens estabelecem um com os outros:

“(…) relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias (...)”. (MARX, 2007, p. 43)

O autor destaca que a divisão social do trabalho, “*uma das principais forças da história*” materializa-se na classe dominante na divisão entre trabalho espiritual e trabalho material. No interior da classe burguesa existem aqueles que são os “criadores de conceito”, ou seja, intelectuais que agem em prol da formação da consciência e na defesa da classe dominante. Do outro lado, estão aqueles que somente recebem as ideias de maneira passiva, são formados pelos membros ativos. Essa separação que ocorre dentro da classe dominante pode gerar conflitos entre esses dois grupos, contudo quando acontece uma ameaça clara e objetiva de oposição a classe dominante, os dois grupos se unem para defender interesses em comum (MARX, 2007).

Portanto, o conceito de História proposto por Marx é construído a partir da produção material e da base objetiva de uma determinada sociabilidade. Marx rechaça a ideia de uma fragmentação dos processos históricos, para ele a história é construída a partir das relações sociais que no cotidiano da vida social independem das ações dos homens.

Na pesquisa acerca da reconstrução histórica da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora verificamos que o processo de fundação da Delegacia é permeada por uma série de acontecimentos relacionadas a conjuntura política brasileira e as mudanças endógenas no Serviço Social durante as décadas de 1970 e 1980.

Desse modo, enquanto pesquisadores das ciências humanas, temos o desafio de enxergar que a formação sócio histórica inserida num campo de disputa político-ideológica que envolve a sociedade civil e o meio acadêmico.

Eric Hobsbawm³ reforçou a tese de Marx e analisou a história (disciplina das ciências humanas) a partir da influência da teoria marxista. De acordo com o Hobsbawm (1997), a história até o século XIX, era uma disciplina explicitamente retrógrada. O entendimento acerca da sociedade, na relação entre o passado e futuro, eram insignificantes e ocasionais. Contudo, com o desenvolvimento humano na área das ciências humanas, a história foi encontrando o seu caminho ao longo do século XX e teve grande contribuição da teoria marxista. Para Hobsbawm a contribuição relevante e salutar do pensamento de Marx na história e nas ciências sociais, está diretamente relacionada a

³ Para realizarmos o debate acerca da concepção materialista da história utilizamos as concepções de Eric Hobsbawm que estão contidas no Livro “Sobre a História”, escrito em 1997. Neste trabalho analisamos alguns escritos no tópico 10 do Livro “O que os historiadores devem a Karl Marx?” e no tópico 11 “Marx e a História”.

teoria da “*base e da superestrutura*”, isto é, o modelo social composto por diferentes níveis de interação.

De acordo com Hobsbawm a “*hierarquia de níveis*” é necessária para compreender porque a história tem somente uma direção. É a constante emancipação do homem com a natureza e sua capacidade de controlar a mesma que faz com que a história “*seja orientada e irreversível*”. (HOBSBAWM, 1997).

Tomando como base as principais produções de Marx, Hobsbawm afirma que o conceito de trabalho é essencial para a concepção materialista da história, pois permite analisar a história humana no seu sentido global, através da transformação e da satisfação das necessidades humanas ao longo do seu desenvolvimento:

“A influência de Marx sobre os historiadores, e não só historiadores marxistas, baseia-se, contudo, tanto em sua teoria geral (a concepção materialista da história), com seus esboços, ou pistas, sobre a compleição geral do desenvolvimento histórico humano a partir do comunismo primitivo até o capitalismo, quanto em suas observações concretas relativas a aspectos, períodos e problemas específicos do passado.” (HOBSBAWM, 1997, p. 173).

O autor afirma a importância de aprofundar a concepção materialista de história e alertou que na década de 1960 ela era controversa, tanto por marxistas quanto por não marxistas⁴. A partir dessa concepção o autor destaca o Livro “*A ideologia Alemã*” de Marx e Engels, que faz a crítica contra a tese de que as “ideias” e pensamentos “determinam e dominam os homens” e suas condições materiais de vida. (HOBSBAWM, 1997).

A concepção materialista de história é o fundamento da explicação histórica, porém não é a explicação da história em si. Hobsbawm elucida que é complicado afirmar um determinismo na história que nos leve a prever os fatos que irão acontecer no processo histórico. Para ele somente numa visão retrospectiva é possível esclarecer a questão da inevitabilidade histórica. “(...) o que aconteceu era inevitável porque não aconteceu

⁴ O capítulo do texto “Marx e a História” de Hobsbawm foi escrito em 1968 num Simpósio sobre “O papel de Karl Marx no desenvolvimento do pensamento científico contemporâneo”.

outra coisa; portanto, o que mais poderia ter acontecido é uma questão acadêmica.” (HOSBSBawM, 1997).

Como elucidada Hobsbawm, o materialismo histórico dialético não significa um determinismo econômico, bem como não podemos derivar diretamente os fenômenos construídos historicamente a aspectos econômicos específicos. (HOSBSBawM, 1997).

O aspecto central da concepção materialista da história se refere a “*relação fundamental entre o ser social e a consciência*”. Essa tese não está vinculada a questões filosóficas (oposição entre materialismo e idealismo), questões de ordem moral e reflexões históricas sobre a antropologia em geral. Mas uma relação inseparável entre as relações sociais de produção e a formação das ideias e dos conceitos, ou seja, de um lado existe uma “*distinção histórica retrospectiva*”, do outro, “*as relações sociais de produção são estruturadas pela cultura e por conceitos que não podem ser a ela reduzidos*”. Hobsbawm afirma que podem existir grupos sociais que possuem a mesma base material, contudo apresentam diversas formas distintas de relações sociais e ideológicas. (HOSBSBawM, 1997).

Para Hobsbawm a análise de uma determinada sociedade, independentemente do período histórico, deve começar pelo conhecimento do seu modo de produção, que se origina através da relação do homem com a natureza, com vistas a transformá-la, através do trabalho. Para Hobsbawm, Marx além de dar prioridade ontológica ao modo de produção na concepção materialista de história, tem como perspectiva a “*inevitável tendência evolutiva*” das forças produtivas da sociedade que se relacionam contraditoriamente com as relações produtivas existentes e suas “*expressões superestruturais*”, geralmente inflexíveis, que necessitam recuar. Essa tendência de uma maneira geral tem relação com as inovações tecnológicas. Hobsbawm, salienta a importância do modo de produção:

“(…) Quaisquer que sejam as relações sociais de produção, e quaisquer outras funções que possam exercer na sociedade, o modo de produção constitui a estrutura que determina a forma que assumirá o crescimento das forças produtivas e distribuição do excedente, como a sociedade pode ou não pode mudar suas estruturas, e como, em momentos oportunos, poderá ou não ocorrer a transição para outro modo de produção. Em suma, o modo de produção é a base do nosso entendimento da diversidade das sociedades humanas e suas interações, bem como de sua dinâmica histórica” (HOSBSBawM, 1997, p. 179).

A concepção materialista da história influenciou diretamente os historiadores da era moderna. De acordo com Hobsbawm, Marx construiu uma base essencial para a compreensão correta acerca da história, formulando de forma peculiar uma abordagem metodológica. Na relação entre Marx e história, Hobsbawm destaca dois temas que considerou imprescindível para os historiadores marxistas: o primeiro é a “natureza mista e combinada do desenvolvimento de toda sociedade”, sua influência mútua com outros sistemas e com o passado. E o segundo é a classe e a luta de classes. (HOBSBAWM, 1997).

Portanto, durante a pesquisa da reconstrução histórica da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora analisamos os aspectos objetivos, como nos mostrou Marx, que estão materializados nas condições sociais e econômicas de um determinado período. Também privilegiamos os aspectos subjetivos, como salientou Hobsbawm, eliminando qualquer determinismo econômico e histórico, mas compreendendo que a totalidade dos fenômenos sociais envolvem a base material e também a cultura, a moral e a ética estabelecida nas relações entre os seres humanos no cotidiano.

O relato dos sujeitos sociais que participaram da Seccional de Juiz de Fora, entre 1975 a 1993 nos mostraram esse subsídio objetivo e subjetivo da realidade. A partir da concepção de história apresentada acima, analisaremos a construção sócio histórica do Serviço Social brasileiro que será o fundamento da reconstrução histórica da Seccional de Juiz de Fora.

1.2 Breve nota sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil

A partir do conceito de história descrito no tópico anterior, compreendemos que a historicidade do Serviço Social brasileiro possui uma perspectiva de análise teórica que estabelece a compreensão acerca da profissão e a identidade dos seus agentes profissionais. Neste subitem trataremos os fundamentos sócio históricos da profissão, a partir da reflexão de um dos trabalhos celebres da profissão no Brasil, chamado *Relações Sociais e Serviço Social*, com o intuito de fundamentar e demarcar as bases teórico metodológicas da reconstrução histórica da Seccional de Juiz de Fora.

Compreende-se, a partir de Iamamoto, que o Serviço Social brasileiro situa-se no processo de produção e reprodução das relações sociais, ou seja, no confronto político entre as classes sociais inerente ao desenvolvimento capitalista. A reprodução das relações sociais “não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias primas), ou seja, não abrange apenas a “reprodução material no seu sentido amplo” (consumo, distribuição e troca de mercadorias)”, mas refere-se a “reprodução das forças produtivas” e da “produção espiritual”, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, que possibilita a tomada de consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Através desses processos são criados e recriados as lutas sociais entre os “agentes sociais” inseridos na produção, que mostram a luta pelo poder, “pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade”. (IAMAMOTO, 1982, p. 72).

Deste modo, “a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, reprodução de determinado modo de vida” que expressa o cotidiano social, ou seja, o modo de viver, de trabalhar, no lazer, na família, envolvendo principalmente as profissões. (IAMAMOTO, 1982, p. 72 e 73).

O significado social da profissão é entendido em sua inserção na sociedade, a partir da dinâmica do capitalismo. Isto implica em conhecer as particularidades do Serviço Social e sua relação com o Estado e a sociedade civil no enfrentamento a questão social e suas múltiplas manifestações. No processo de reprodução das relações sociais o Serviço Social se constitui sob dois ângulos de análise não dissociáveis entre si, sendo expressão do mesmo fenômeno:

“Como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais.” (IAMAMOTO, 1982, p. 73).

Os dois ângulos que expressam a atividade profissional no âmbito da sociedade burguesa constituem uma “unidade contraditória”, em que a ação do profissional pode

entrar em conflito com o trabalho que realiza e os resultados que produz. O esforço está objetivado em apreender o Serviço Social inserido no processo social. (IAMAMOTO, 1982, p.73).

Dessa maneira, a reflexão teórica do Serviço Social no movimento de reprodução da sociedade não se relaciona com uma visão unilateral que tende a acentuar o caráter conservador da profissão, como aquele que somente reforça o poder vigente, também não significa assumir a tese oposta que sustenta a dimensão “transformadora ou revolucionária da atividade profissional”. (IAMAMOTO, 1982, p. 74).

As condições que caracterizam o exercício profissional são oriundas da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. A atuação profissional é polarizada pelos interesses das classes sociais, em relação na sociedade burguesa, “tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante.” Ao mesmo tempo, reproduz, pela mesma atividade, “interesses contrapostos que convivem em tensão”. Deste modo:

“Responde tanto a demanda do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta as necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução dos antagonismos nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.” (IAMAMOTO, 1982, p. 75).

Diante dessa compreensão é que podem surgir estratégias profissionais e políticas “para fortalecer as metas do capital ou do trabalho” não excluindo nenhuma delas do cotidiano profissional, pois as classes só existem inter-relacionadas. (IAMAMOTO, 1982, p. 75).

Iamamoto analisando a constituição do Serviço Social no Brasil situa a profissão como atividade profissional inserida na divisão social e técnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo oriundas das classes sociais e do desenvolvimento capitalista industrial e na expansão urbana. É nessa conjuntura histórica de “hegemonia do capital industrial e financeiro” que surge com novos aspectos a questão social. (IAMAMOTO, 1982, p.77).

A questão social é a expressão do desenvolvimento da classe trabalhadora e seu surgimento no “cenário político da sociedade brasileira” e no reconhecimento por parte do Estado de suas reivindicações. “É a manifestação, no cotidiano da vida social da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.” Dessa maneira, o “Estado passa a intervir diretamente” na relação entre o capital e o trabalho através da “regulamentação jurídica do mercado de trabalho”, e principalmente na “organização e prestação dos serviços sociais” criando uma nova estratégia de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO, 1982, p.77).

Feitas as considerações sobre a concepção de profissão com a qual trabalhamos e nos debruçamos, com relação a sua construção histórica salienta-se que a primeira Escola de Serviço Social foi inaugurada em 1936, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tinha como referencial para a formação profissional a doutrina social da Igreja católica.

Em suas origens a profissão esteve vinculadas às ideias, direcionamentos e iniciativas da Igreja Católica, “como parte de sua estratégia de qualificação do laicato”, contando com a participação majoritária de mulheres dos setores enriquecidos da sociedade que tinham como objetivo atuar junto às classes subalternas, particularmente com a família operária. (IAMAMOTO, 1982, p. 83 e 84).

Os referenciais teóricos do pensamento e da atuação do Serviço Social tem como base a Doutrina Social da Igreja, através do ideário franco-belga e na visão de São Tomás de Aquino. A produção dos primeiros desígnios profissionais dos assistentes sociais no Brasil eram orientados por conceitos de caráter humanista conservador, avesso aos ideários liberal e marxista e tinham como finalidade recuperar a hegemonia do pensamento social da Igreja diante da “questão social”. A referida matriz de pensamento esteve contida na gênese do Serviço Social Latino-Americano, obviamente apresentando peculiaridades regionais como por exemplo na Argentina e no Chile, por meio do movimento higienista. (YAZBECK, 2009, p. 146).

A partir da década de 1940 o conservadorismo católico verificado no início da atuação profissional no Brasil, começou a ceder espaço para um processo de profissionalização e aprimoramento técnico do exercício profissional. Esse processo é oriundo da influência do Serviço Social Norte-americano e transversalizado pela teoria

social positivista. Nesse período, houve uma reorientação da profissão para responder as novas configurações do desenvolvimento capitalista e foi necessário a qualificação dos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social para atender as exigências do Estado no que concerne a implementação de políticas sociais. (YAZBECK, 2009, p. 147).

A profissão se consolidou no Brasil extremamente ligada ao setor público em especial, “diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil” também vinculou-se a organizações patronais privadas de caráter empresarial através da prestação de serviços sociais. Não se pode pensar o Serviço Social, inserido nas relações sociais, isolados das organizações institucionais aonde atuam os assistentes sociais, isto é como se a *“atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional”*. (IAMAMOTO, 1982, p.79 e 80).

De acordo com Yazbek (2009), a consolidação do exercício profissional materializa-se no assalariamento, na “ocupação de espaço na divisão sócio técnica do trabalho” e num referencial teórico de matriz positivista com objetivo de expandir os referenciais técnicos para a profissão. Todo esse processo é chamado de “arranjo teórico doutrinário” (IAMAMOTO, 2004), que significa uma conjugação entre as prerrogativas do cristianismo, com o apoio técnico positivista que visa fomentar o pensamento conservador da profissão, através da mediação das Ciências Sociais, conforme Iamamoto, 1992:

“(…) O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltada para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação – o discurso humanista, calcado aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço do homem”. (IAMAMOTO, 2004, p. 21).

Embora regulamentado como uma profissão liberal, o Serviço Social tradicionalmente não imprimiu a característica específica das profissões liberais, ou seja, o assistente social não se configurou sistematicamente como um trabalhador autônomo que “exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho”. Isto implicou que a remuneração e a carga horária não são estabelecidas por este profissional, bem como o público a ser atendido

em seu cotidiano. A prática liberal do trabalho do assistente social materializa-se na instauração de um Código de Ética Profissional; na criação de um Conselho Profissional regulador do exercício profissional e no caráter não rotineiro da sua intervenção. (IAMAMOTO, 1982, p.80).

Além disso, a autora destacou acerca da “indefinição ou fluidez do “que é” ou do “que faz” o Serviço Social, que pode possibilitar a apresentação de propostas de trabalho que vão além da demanda institucional. Essa característica à primeira vista, pode aparecer como entrave para o desenvolvimento das atividades do assistente social, contudo de acordo com a orientação teórica desse profissional pode significar a ampliação de seu campo de trabalho. Para Iamamoto, a natureza liberal da profissão, nos períodos que compreendem as décadas de 1930 a 1960, “abre possibilidades de seu exercício independente, apesar de serem restritas tais experiências face ao panorama do mercado de trabalho especializado no país.” (IAMAMOTO, 1982, p. 81).

Em relação às organizações que demandam o trabalho dos assistentes sociais, o Estado assume uma posição de destaque, “por ser tradicionalmente um dos maiores empregadores de assistentes sociais no Brasil, possuindo uma importância decisiva na reprodução das relações sociais, “na sua condição de legislador e de controlador das forças repressivas.” Esses dois papéis do Estado se complementam para assegurar o poder e a ordem conforme os interesses das classes dominantes, para Iamamoto:

“O Estado como centro de exercício do poder político, é a via privilegiada através da qual as diversas frações das classes dominantes, em conjunturas históricas específicas, impõem seus interesses de classe ao conjunto da sociedade, como ilusório interesse geral. Sendo a noção de Estado inseparável da dominação, importa reter o movimento contraditório através do qual é exercida.” (IAMAMOTO, 1982, p. 81).

O Estado estabeleceu uma aliança de segmentos sociais, cujos interesses são opostos, embora não antagônicos. Ainda que o Estado exclua as classes dominadas, não pode ignorar totalmente suas necessidades e interesses como condição para manter sua legitimidade. Sendo, praticamente obrigado, devido à reivindicação das classes subalternas a incorporar alguns de seus interesses desde que estes não afetem a classe capitalista de maneira geral. (IAMAMOTO, 1982, p. 82).

Os questionamentos ao referencial teórico do Serviço Social de caráter humanista-cristão e baseado na teoria positivista, iniciam-se na década de 1960, numa conjuntura de transformações econômicas, sociais e políticas no capitalismo mundial, que instaurou na América Latina um tipo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão absorveu as inquietações e as mobilizações desse período e realizou a crítica ao Serviço Social tradicional, por meio de uma revisão geral no seu arcabouço teórico-metodológico e político.

O Movimento de Reconceituação latino-americano (1965 a 1975) foi materializado por meio de experiências profissionais construídas a partir de uma leitura marxista com o objetivo de desvincular a profissão do conteúdo tradicional e conservador. Destacou-se nesse período o Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS), instituição acadêmica da Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS). No Brasil esse processo não pôde florescer devido a ditadura militar de 1964. Esses acontecimentos serão apresentados nos próximos subitens desta dissertação.

Portanto, podemos afirmar que várias gerações de assistentes sociais participaram da formação histórica da profissão, que em 2016 completou 80 anos de existência. Enquanto categoria profissional temos como característica, dentre as profissões liberais, a construção coletiva e a articulação entre as entidades de formação - a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e do exercício profissional - Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS/CRESS). A articulação das entidades representativas do Serviço Social possibilitou a construção de um Projeto Profissional da profissão, denominado Projeto Ético-Político.

Na história do Serviço Social brasileiros há diversos acontecimentos que são de grande relevância e são resultados de processos coletivos da categoria profissional. São eles: A criação da ABEPSS em 1946; da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO - em 1988 com a criação da Subsecretaria de estudantes de Serviço Social (SESSUNE), em 1993 é recebe uma nova nomenclatura denominada ENESSO; da Associação Nacional de Assistentes Sociais ANAS de 1983 a 1989, do Primeiro Código de Ética em 1947e da Lei de Regulamentação criada em 1957; do Congresso da Virada em 1979; da Revisão curricular de 1982; do código de 1986 sua reformulação em 1993.

Articulados historicamente com as mudanças ocorridas no Serviço Social brasileiro estão os conselhos profissionais que tem o papel de fiscalizar o exercício profissional do assistente social. Por meio de uma perspectiva histórica a presente dissertação abordará a criação da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora que está inserida no circuito histórico dos Conselhos Regionais de Serviço Social no país.

No próximo subitem será tratado sobre o contexto histórico da ditadura militar no Brasil que foi o contexto do processo de renovação do Serviço Social, período em que a profissão foi sendo tensionada por estes acontecimentos e impulsionou o “processo de ruptura” com o tradicionalismo profissional.

1.3 Contexto da ditadura militar no Brasil

O período da ditadura militar no Brasil articulou-se ao contexto mundial da década de 1960, marcado por diversos golpes militares na América Latina e por uma profunda mudança na divisão internacional do trabalho. Os países imperialistas, tendo como liderança os Estados Unidos da América (EUA), substanciaram, incentivaram e financiaram uma “contrarrevolução preventiva” em nível mundial com consequências impactantes para os países do terceiro mundo, que estavam vivenciando processos revolucionários e de mobilização dos trabalhadores. Um dos principais objetivos da contrarrevolução preventiva era enquadrar e paralisar os principais atores políticos que resistiam as mudanças impetradas pelos grupos econômicos dos países capitalistas. (NETTO, 2005, p. 16)

“A finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores de internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadoras contra a revolução e o socialismo”. (NETTO, 2005, p. 16).

Nas nações onde a “contrarrevolução preventiva” foi bem sucedida houve a consolidação de um padrão econômico voltado aos interesses imperialistas, a construção de estruturas institucionais que conseguiram evitar a efetivação de projetos nacional-populares e democráticos, e um discurso explicitamente contra o comunismo. Para Netto (2005), pensar a contrarrevolução preventiva num contexto mundializado é importantíssimo, porém é necessário entender os processos históricos que são peculiares das nações que sofreram esses ataques diretos do capital. Desse modo, o golpe militar deve ser analisado a partir da realidade da sociedade brasileira. (NETTO, 2005, p.17).

A entrada do Brasil no sistema capitalista aconteceu de maneira tardia e dependente, o processo de formação de um país moderno possui uma peculiaridade histórica representada por Netto, a partir de três fenômenos (baseado em Fernandes 1975, Prado Jr. 1963 a 1965):

- 1) O desenvolvimento capitalista no Brasil não rompeu com o *atraso*, ou seja, manteve a estrutura do latifúndio do sistema colonial integrando a dinâmica do capital.
- 2) Houve a exclusão das forças populares dos processos decisórios da sociedade brasileira, realizada pela classe dominante que sempre buscou formas de neutralizar qualquer insurgência de setores excluídos da população para manter intacto seu projeto de poder.
- 3) O Estado Brasileiro desde a década de 1930, se comporta como aquele que impede o desenvolvimento da sociedade civil, atuando na “desestruturação, na “incorporação desfigurada” e na repressão de grupos políticos que tendem a defender os interesses das classes subalternas.

Conforme Netto (2005) O “desenvolvimento tardio” do capitalismo brasileiro tornou-o “heteronômico e excludente”, baseadas em decisões que foram definidas “pelo alto” por núcleos que estavam inseridos na estrutura de Estado. No início da década de 1960, o padrão econômico baseado na industrialização pesada e no Plano de Metas começou a perder força e gerar sérias críticas no âmbito da sociedade civil, ao mesmo tempo, as forças mais progressistas e democráticas ganharam força no Brasil. Após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961, assumiu o Presidente João Goulart que tinha como meta modificar a estrutura do Estado para atender as demandas dos trabalhadores.

“(…) Com Goulart à cabeça do executivo, espaços significativos do aparelho de Estado foram ocupados por protagonistas comprometidos com a massa do povo e, mesmo enfrentando um legislativo onde predominavam forças conservadoras, tais protagonistas curto-circuitaram em medida ponderável as iniciativas de repressão institucional”. (NETTO, 2005, p. 21).

A ação do governo de João Goulart fortaleceu as forças democráticas, o movimento sindical e os movimentos sociais no Brasil, tendo como referência as *reformas de base*. Essas reformas formavam um conjunto de medidas que visavam diminuir a desigualdade social e promover o desenvolvimento do país, nas seguintes áreas: bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária.

É importante salientar que entre 1961 a 1964, houveram grandes mobilizações da classe trabalhadora, que envolveu também parte da pequena burguesia. A insurreição da classe trabalhadora nesse período não significou uma “revolução social comunista”, mas havia dentro desses movimentos atores sociais com uma perspectiva classista que politizavam ainda mais as reivindicações estando inserido em sindicatos operários, nas palavras do autor:

“(…) a ampla mobilização de setores democráticos e populares, que encontrava ressonância em várias instâncias do aparelho estatal, não caracterizava um quadro pré-revolucionário. Não fora o golpe, é bastante provável que seus desdobramentos originassem um reordenamento político-social capaz de engendrar uma situação pré-revolucionária; no entanto, o contexto de precipitação social ocorrente entre 1961 a 1964 não a tipificava.” (NETTO, 2005, p. 22).

O governo de “Jango”, como era apelidado o ex-presidente, era permeável as reivindicações históricas da classe trabalhadora, tornando esse período propício para mudanças profundas na política e na economia:

“O período Goulart foi fértil para a organização da classe trabalhadora; um governo que buscava o apoio dos trabalhadores criava um clima político que permitia o desenvolvimento de formas de organização mais profundas e efetivas”. (ALVES, 1984, p. 22).

Segundo Alves (1984), o governo de Jango enfrentou dificuldades para estabelecer os novos rumos da economia. Dessa maneira, em 1963 as condições objetivas estavam colocadas: ou a indústria brasileira assumia a industrialização pesada ou seria feito um rearranjo político-econômico voltado para os interesses imperialistas, dando continuidade à política anterior. A gestão do governo ficou numa situação difícil, pois se aderisse a primeira opção estava correspondendo a expectativa dos setores democráticos e com certeza enfrentaria uma enorme resistência no Congresso Nacional formada pelo grupo conservador, causando grande dificuldade de governabilidade para o Estado. A segunda opção desagradaria os setores democráticos e daria tranquilidade a grande parte da burguesia brasileira.

Diante dessas contradições, o Estado brasileiro não conseguiu um equilíbrio entre as demandas do capital e do trabalho. Além disso, houve a formação de diversos grupos políticos que disputavam “os corações e as mentes” da população que era formada pela elite brasileira que buscava legitimidade social para se contrapor aos avanços político-institucional do governo João Goulart objetivando enfraquece-lo. Entre 1963 a março de 1964, a base governista de Goulart perdeu a sua força, por conta da própria dinâmica da economia e o campo democrático estava fragmentado. Já as forças conservadoras, nesse momento buscaram a unidade em diversos setores conseguindo alcançar uma relativa “legitimidade social”. (ALVES, 1984, p. 23)

O resultado dessa luta foi a derrota das forças democráticas e a imposição de um pacto “contrarrevolucionário” da burguesia brasileira culminando num golpe de Estado e usurpação de poder. Para Netto (2005), o golpe militar não foi somente uma perda do campo democrático, mas uma derrota de “*alternativa de desenvolvimento econômico-social e político*” que poderia possibilitar uma maior distribuição de renda e o aumento da participação popular.

A ditadura militar brasileira, denominada por Netto, como *ciclo da autocracia burguesa*, teve início em abril de 1964 baseou-se na Doutrina de Segurança Nacional para organizar a tomada de poder. Naquele período houve uma ação organizada que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro associado e dependente, o governo dos Estados Unidos e os militares brasileiros, principalmente a Escola Superior de Guerra (ESG).

“A Escola Superior de Guerra coordenava as iniciativas dos conspiradores civis e militares. A necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas estruturas para impor uma variante autoritária foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento ministrada na Escola Superior de Guerra” (ALVES, 1984, p. 24).

A doutrina de Segurança Nacional representou um conceito de “corpo orgânico” a partir de uma teoria de guerra, de revolução e de “subversão interna”. Essa doutrina não pretendia o apoio popular para se manter no poder, mas buscou legitimidade por meio do desenvolvimento econômico e de uma postura de “defensora” da Nação, contra os intentos dos “inimigos externos e internos”, valendo-se de uma guerra psicológica. O discurso utilizado para manter a dominação política estava pautado “nos inimigos ocultos e desconhecidos” espalhando o medo e a desconfiança na população (ALVES, 1984, p.26 e 27).

Os militares alinhados com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional traçaram uma perspectiva de ação que objetivou atingir algumas áreas específicas como: a política, a economia, a área social e a militar (ALVES, 1984, p. 56).

Uma das ações que materializou a estratégia de coerção do Estado foi a criação do Inquéritos Policial-militares (IPM’s). No governo do Presidente Castelo Branco, foram criadas comissões especiais de inquérito em todas as hierarquias do Estado que abrangiam todos os órgãos: municipais, estaduais e federal. A vigilância era realizada em universidades federais, empresas estatais, órgãos municipais, dentre outros espaços. O objetivo desses inquéritos era monitorar as “atividades subversivas” para identificar possíveis “inimigos internos”.

“Os IPM’s tornaram-se uma fonte de poder de facto para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar as investigações. Configuravam o primeiro núcleo de um Aparato Repressivo em germinação e o início de um grupo de pressão de oficiais de linha-dura dentro do Estado de Segurança Nacional”. (ALVES, 1984, p. 57).

Imediatamente ao golpe militar, uma série de detenções foi desencadeada pelo governo em todo território nacional. Houve uma mobilização compulsória dos órgãos militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) para realizar uma “varredura geral” na busca de opositores ao regime que estavam inseridos em partidos políticos, movimentos sociais,

movimento estudantil, dentre outras entidades. Os mais visados pelo regime eram lideranças sindicais e estudantis, professores, intelectuais, artistas e militantes de movimentos católicos. (ALVES, 1984, p. 59).

As organizações estudantis foram perseguidas e vigiadas pela ditadura militar naquele período, uma das mais conhecidas e atuante era a União Nacional dos Estudantes (UNE). Diante disso, o governo militar extinguiu a participação dos estudantes no movimento estudantil, impedindo as atividades de cunho político e só eram permitidas ações meramente administrativas. A UNE era uma entidade extremamente combativa e não acatou passivamente as arbitrariedades da ditadura, contudo o governo agiu ferozmente contra a entidade para dismantelar a organização, como relata Alves:

“No próprio dia do golpe, 1º de abril, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi invadida por tropas e incendiada. Centenas de Estudantes foram detidos em todas as universidades, sendo a UNE oficialmente extinta e dismantelada pelo governo militar. Desenvolveu-se então uma nova estrutura de organização estudantil, corporativamente controlada por seus vínculos com o Ministério da Educação.” (ALVES, 1984, p.68).

Entre 1964 a 1967, no governo do Presidente Castelo Branco, a ditadura buscou a legitimação política para implementar o seu projeto modernizador no país, de um lado o governo fortaleceu os laços com os apoiadores do golpe e de outro criou medidas institucionais para paralisar as forças democráticas. Com a saída de Castelo Branco, em 1968, assumiu o poder o general Costa e Silva que utilizou todo aparato repressivo do Estado para extirpar qualquer reação da oposição. Uma das principais ações de controle e repressão do Estado foi a aprovação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que cancelou todos os dispositivos legais da Constituição de 1968, utilizados pela oposição. Houve a eliminação dos direitos políticos e da ampla defesa, ou seja, qualquer pessoa considerada suspeita de “subversão a ordem social”, poderia ser presa sem qualquer ordem judicial. Para Netto (2005), nesse momento a ditadura militar assumiu o seu caráter “fascista” e abandonou qualquer discurso moderador do primeiro governo. O aparato policial e investigativo, criado pelo regime, tentava aniquilar qualquer forma de organização política e tinha o objetivo de conduzir as forças democráticas para a ilegalidade.

A formalização do AI-5 permitiu ao governo militar uma certa “liberdade” para usufruir do seu aparato repressivo mais avançado. Naquele período houve o cerceamento

ao Judiciário e o cancelamento do *habeas corpus* em caso de “crimes políticos”. A polícia militar tinha plenos poderes para realizar prisões arbitrárias e sem acusação direta. Além disso, uma das “faces mais horrendas” da ditadura militar no Brasil foi a prática da tortura por parte significativa dos agentes de segurança do Estado que por meio de métodos sórdidos e brutais torturavam prisioneiros para arrancar “informações”. (ALVES, 1984, p. 135).

Mesmo com a intensa repressão física e psicológica, a ditadura militar não conseguiu eliminar definitivamente todos os seus opositores. Os esforços empregados para atingir os “inimigos da nação” não foi suficiente para dismantelar a “espinha dorsal” daqueles que eram contra o regime. Diversos setores da população que não ofereciam “risco” para os intentos do Estado de Exceção começaram a se organizar e a compreenderem a conjuntura política brasileira. Esse grupo era majoritariamente formado pela classe média, os trabalhadores e grupos da Igreja Católica:

“Os focos originais de oposição não foram eliminados pelo poder coercitivo do Estado. Na realidade, fortaleceram-se com a adesão de outros setores e ganharam legitimidade com a repercussão de suas atividades no Congresso Nacional.” (ALVES, 1984, p. 136).

O governo militar nesse período passou a ter maior controle da máquina pública, criando sua própria estrutura estatal, e adequando o Estado ao projeto de modernização através da abertura econômica ao capital internacional, essa mudança é um dos vetores que possibilitou um grande crescimento econômico, no governo do presidente Médici (1969 a 1974), que ficou conhecido como “milagre econômico”. A entrada de capital internacional provocou a instalação de diversas empresas multinacionais no país e o aumento das exportações agrícolas. Contudo, esse desenvolvimento não teve rebatimentos positivos para a população, pois houve o aumento das desigualdades sociais e da pobreza expressa no arrocho salarial dos trabalhadores. (NETTO, 2005).

Em 1974, no governo Geisel, o “milagre brasileiro” iniciou um processo de esgotamento e a insatisfação dos trabalhadores cresceu proporcionalmente a crise da ditadura militar.

“Se 1968 marcou uma inflexão para cima do sistema autocrático burguês, 1974 marcou-a para baixo: abre o momento derradeiro da ditadura, centralizado pelo aprofundamento da crise do “milagre” e por uma particular estratégia de sobrevivência implementada pelo mais alto núcleo militar do regime – estratégia expressa claramente por Geisel e sua equipe, autodenominada “processo de distensão” e que avançando no governo Figueiredo constituirá o projeto de auto reforma com que o Estado forjado pela ditadura procurará transcendê-la.” (NETTO, 2005, p. 41).

Com o aumento das desigualdades sociais e a retomada da organização sindical dos trabalhadores urbanos e rurais. O governo iniciou um processo de abertura política que foi desenvolvida oficialmente pelo Presidente General João Batista Figueiredo, entre 1979 a 1985. Essa abertura foi uma das estratégias do Estado para dar continuidade ao “processo de distensão” do Governo Geisel, bem como ampliar a estabilidade política no país.

Cabe destacar que no ano de 1977 ocorreu as primeiras mobilizações operárias no período do regime militar, oriundas da região do ABC de São Paulo bem como a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) com várias mobilizações estudantis. Outras organizações passam a se manifestar nesse período, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Igreja Católica representadas, pelas comunidades eclesiais de base. Um dos vetores de unificação e consenso da organização política contra o regime militar era a plataforma de luta pela redemocratização do país. (ABRAMIDES E CABRAL, 1995).

Com a pressão da sociedade civil em torno da democracia e dos direitos humanos e civis no Brasil, o Estado promulgou a Lei de Anistia em 1979, que consistiu no regresso de militantes políticos que foram presos e exilados pelo governo militar. Outra conquista nesse período foi o voto direto para governadores nas eleições de 1982 e a eliminação do bipartidarismo que viabilizou a formação de novos partidos políticos no país. Na década de 1980, o Brasil estava vivenciando uma grave crise econômica e fiscal. Com a liberalização da economia houve o aumento do desemprego, dos preços dos insumos básicos para a população e da desigualdade social. Devido a isso cresceu e adensou as mobilizações dos trabalhadores diante do quadro de aumento dos custos de vida e os baixos salários.

Podemos afirmar que entre 1979 a 1984 ocorreu o processo reorganização política dos sindicatos e movimentos sociais contra o regime militar e pela expansão dos direitos sociais para a população. A mobilização da sociedade civil em torno da redemocratização, através do voto direto para Presidente da República foi representado pelo movimento das “Diretas Já”, um movimento civil que lutava por eleições diretas e livres para o Executivo. A eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 no colégio eleitoral, indicou mudanças porém não foi suficiente para arrefecer as massas que continuou o seu processo de lutas, através da discussão de uma nova Constituinte.

Como foi dito acima, foi um contexto de grandes mobilizações de lutas populares e sindicais numa perspectiva classista, que possibilitou uma mudança no seu sistema político e a conquista de direitos sociais aos trabalhadores que foram garantidos na Constituição de 1988:

“Os trabalhadores – a classe operária, os assalariados, os pequenos comerciantes, os camponeses, os estudantes – começam a se organizar e buscam ampliar os canais de participação na sociedade civil, dirigindo suas reivindicações por intermédio dos movimentos populares e sindicais. Essa organização se concretiza na perspectiva da autonomia e liberdade dos movimentos em relação ao Estado e aos partidos políticos” (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 73).

A relação entre o período da ditadura militar e o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, está baseado nas “novas condições” do exercício profissional nesse contexto. Veremos a seguir, a partir da produção celebre de Netto (2005), o vínculo entre a renovação do Serviço Social com os processos engendrados pelo regime militar.

1.4 Processo de renovação do Serviço Social brasileiro

O período da ditadura militar contribuiu para as intensas mudanças ocorridas no interior da profissão, o fenômeno mais característico destas transformações refere-se à *renovação do Serviço Social brasileiro*, conforme análise desenvolvida por Netto (2005). A palavra renovação significa efeito de renovar, uma ação que possibilita a criação de algo novo. Foi exatamente isso que aconteceu com o Serviço Social no Brasil, houveram

alterações na natureza, na funcionalidade, nas demandas práticas, na inserção sócio ocupacional, nos referenciais teóricos, na formação profissional, e na organização política da categoria.

No conteúdo do Serviço Social *tradicional* o fazer profissional era considerado como uma vocação, ou seja, uma “aptidão natural” de determinados indivíduos que tinham um perfil ético-moral para exercer a profissão. Nesse sentido, o assistente social deveria ser exemplo de integridade, honestidade não só no cotidiano profissional, mas na sua vida privada. De maneira geral, a atividade profissional tinha o objetivo de minimizar os “desajustes sociais”, por meio de uma atuação moralizadora, em que os “problemas sociais” seriam tratados de forma fragmentada e individualizada. (BARROCO, 2001, p. 93 e 94).

“As configurações do ethos profissional, em sua origem, condicionam a imagem e auto representação do Serviço Social tradicional: uma profissão mediada por valores humanistas, com forte apelo ético-moral. Disto, porém, não decorre ético-político permanente, nem tampouco uma produção teórica sistemática; com isso, a elaboração teórica da ética profissional fica basicamente restrita aos Códigos de Ética, o que só vem se alterar nos anos 90” (BARROCO, 2001, p. 95).

O processo de renovação da profissão é um fenômeno peculiar que aconteceu no país. Mas cabe destacar que o Serviço Social latino americano nas décadas de 60 e 70, viveu um processo de questionamentos de suas bases que é conhecido como “Movimento de Reconceituação”, que ocorreu entre 1965 a 1975.

O movimento de reconceituação não aconteceu descolado da conjuntura política peculiar da América Latina. Na década de 1960 havia tensionamentos sociais voltados para a libertação nacional dos países da latino-americanos com a finalidade de “romper com as amarras imperialistas” oriundas das transformações societárias da sociedade capitalista, que aprofundou cada vez a mais a miséria e a desigualdade. As discussões estavam em torno da “superação do subdesenvolvimento” que culminou num questionamento sobre o papel dos assistentes sociais diante das manifestações da questão social. (NETTO, 2005, p.146).

Uma das principais marcas do movimento de reconceituação é a aproximação com a tradição marxista, que de maneira inédita apareceu no conteúdo teórico do Serviço Social. O contato com tradição marxista, inicialmente era distante das fontes originais de Karl Marx, os textos eram baseados em manuais o que prejudicou a interpretação correta acerca do Marxismo. Apesar da aproximação com a tradição marxista ocorrer de maneira equivocada essa iniciativa possibilitou um legado importante na releitura do Serviço Social a partir da perspectiva crítica. Nas décadas de 1970, o movimento de reconceituação começa um processo de paralisação paralelo chegada das ditaduras militares nos países latino-americanos. (NETTO, 2005, p. 148).

Retornando ao Processo de Renovação, de acordo com Netto, "[...] a renovação do Serviço Social, no Brasil, mesmo que não se possa reduzir os seus múltiplos condicionantes às constrições do ciclo ditatorial, é impensável, tal como se realizou, sem a referência à sua dinâmica e crise". (NETTO, 2005, p. 116).

O vínculo estabelecido entre o processo de renovação do Serviço Social e o período da ditadura militar não significou o abandono de práticas profissionais oriunda da fundação do Serviço Social no Brasil. Pelo contrário, durante o final da década de 1960 e entrada da década de 1970, o discurso e a ação governamental reforçou as características do Serviço Social “tradicional” para preservar a subalternidade do exercício profissional com o intuito de fortalecer somente profissionais “executores terminais de políticas sociais” que cumprissem à risca as determinações do seu empregador. (NETTO, 2005, p. 118).

O Serviço Social nesse período vivenciou “*condições novas*” impostas pela dinâmica da ditadura militar que influenciou as modalidades interventivas da profissão. Essas “*condições novas*” descritas por Netto vinculou-se a reorganização do Estado e as mudanças ocorridas na sociedade brasileira que atingiu o Serviço Social: no exercício profissional e na formação profissional. (NETTO, 2005).

Evidenciou-se o crescimento do “*mercado nacional dos assistentes sociais*”. O desenvolvimento das forças produtivas na conjuntura político-econômica peculiares do período ditatorial “*saturou o espaço social brasileiro com todas as refrações da “questão social”*” e implicou na criação de políticas sociais oriundas do modelo estatal que possibilitou o alargamento do mercado de trabalho para os assistentes sociais. O Estado, foi o principal empregador de assistentes sociais logo depois as grandes e médias

empresas. (NETTO, 2005, p. 119 a 121). A fundação da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora que ocorreu em 1975 está intrinsecamente relacionada a ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais em Juiz de Fora que fortaleceu a profissão no município e possibilitou um processo de mobilização da categoria em meados da década de 1970.

A expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais instaurou um novo padrão de exigências para o exercício profissional. A inserção de profissionais em estruturas organizacionais “mais complexas” modificou substantivamente a relação do assistente social com as instituições empregadoras. Dessa maneira, a prática profissional ganhou novos contornos exigindo uma postura sintonizada aos critérios burocráticos e administrativos dos órgãos empregadores. As condições sócio históricas impostas pela ditadura militar e permitiu o surgimento de um “*novo perfil profissional*” com a incorporação gradativa de procedimentos cada vez mais racionais e técnicos, contribuindo para a “*erosão do Serviço Social Tradicional*”.

Devido ao crescimento do “mercado nacional” dos assistentes sociais houve uma expansão vertiginosa de escolas públicas e privadas de Serviço Social no país. Era necessário formar profissionais capazes de responder as demandas impostas pelo Estado e pelo capital.

Esse processo teve impactos diretos na estrutura das escolas com o objetivo de romper definitivamente com o “confessionismo”, o “paroquialismo” e o “provincianismo” que estavam presentes no ensino do Serviço Social no Brasil. (NETTO, 2005, p. 124)

O processo de desenvolvimento da formação profissional dos assistentes sociais durante o período da ditadura militar foi caracterizada pela “inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário” que não foi uma mera formalidade jurídica, mas significou a incorporação de disciplinas de cariz acadêmico, modificando as condições de ensino e desvinculando o aprendizado de escolas que eram isoladas, com baixo investimento financeiro, com um corpo docente desqualificado e que possuía um número reduzido de alunos. (NETTO, 2005, p. 124).

A formação profissional nesse moldes tinha o objetivo de atender as demandas do mercado que requeria um profissional “moderno” com uma base fundamentada na técnica e na profissionalização. É nesse contexto que se desenvolveu a renovação do Serviço

Social que proveu as “*balizas histórico-sociais e ideoculturais no interior das quais a profissão experimentará as maiores rotações desde que surgiu no país*”. (NETTO, 2005).

A primeira faculdade de Serviço Social em Juiz de Fora foi inaugurada em 1958 por um grupo da Igreja Católica e dois anos depois temos a fundação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 1960. Em 1974, a Faculdade de Serviço Social é incorporada ao circuito universitário da UFJF e iniciou um processo de formação profissional que se desvinculou paulatinamente da estrutura eclesial para um contexto complexo e de debate da Universidade. A mudança da Faculdade para o contexto acadêmico refletiu na profissão em Juiz de Fora, bem como na estruturação da Delegacia, e na formação dos próprios dirigentes da entidade. A questão será tratada no capítulo III desta dissertação.

O processo de renovação do Serviço Social brasileiro, sob a conjuntura da ditadura militar indicou que a dinâmica profissional, se movia além do atendimento as demandas dos organismos institucionais desse período, mas desenvolveu potencialidades a profissão que rebateriam posteriormente no interior da categoria profissional. (NETTO, 1996, p. 127).

O panorama do Serviço Social neste período foi descrito por Netto: como um “*caleidoscópio de propostas teórico-metodológicas*”, marcadas por “*fraturas ideológicas*” e projetos profissionais em confronto. É um cenário completamente diferente “*daquele em que se moveu a profissão até meados dos anos de 1960*”. No quadro anterior, o Serviço Social não apresentava polêmicas relevantes, mostrava um certo caráter homogêneo nas suas projeções interventivas, indicava uma grande unidade nas suas propostas profissionais e sinalizava para uma “*formal assepsia da participação político-partidária da categoria profissional*”. (NETTO, 1996, p. 128).

A ruptura tem suas bases na laicização do Serviço Social, que devido a novas condições postas pela ditadura militar ao exercício profissional, permitiu a diferenciação da categoria em todos os seus níveis e a possibilidade de disputa pela hegemonia no interior da profissão. É um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a ditadura militar, desde o final da década de 1950, através do desenvolvimento capitalista no Brasil que relacionou-se com o crescimento do mercado de trabalho dos assistentes sociais e das Escolas de Serviço Social. (NETTO, 1996, p. 128 e 129).

Além da laicização, destacou-se nesse período a possibilidade de oposição e contestação a funcionalidade e a congruência das requisições postas ao Serviço Social pela ditadura militar. O caráter contraditório dos fenômenos e dos processos históricos é relevante nesse contexto: ao modificar a materialidade da prática profissional e redimensionar as condições da formação dos quadros de assistentes sociais, a ditadura militar comportou tendências que condensaram as forças capazes de apontar para a sua eliminação:

(...) “Em poucas palavras, isto equivale a afirmar que, instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e as concepções profissionais que ela demandava”. (NETTO, 1996, p. 129).

A renovação do Serviço Social expressou o conjunto de características novas que na ditadura militar a profissão articulou “*à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo*” objetivando colocar-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, por meio de respostas a demandas sociais e de “*validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.*” (NETTO, 2005, p. 131).

Nas décadas de 1970 e 1980 a categoria profissional aumentou substantivamente sua produção teórica e acadêmica, que eram apresentados em congressos e seminários do Serviço Social, possibilitando a consolidação de um pluralismo profissional na produção teórica. (NETTO, 1999, p.13). Conforme Netto (2005), nesse período três direções tiveram destaque no Serviço Social brasileiro: a Perspectiva Modernizadora, a Reatualização do Conservadorismo e a Perspectiva de Intenção de Ruptura.

A *perspectiva modernizadora* é a representação do Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro e mantinha uma relação direta de continuidade com o acúmulo profissional realizado na transição da década de 1950 para a de 1960. Essa vertente buscou utilizar os valores e concepções mais tradicionais da profissão, não para superá-los, mas para inseri-los numa lógica que respondesse a concepção modernizadora, ou seja, apregoava uma recuperação de antigas concepções profissionais, mas sob novas bases.

Incorporou as teorias funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas com base na matriz positivista, direcionadas à modernização conservadora para o combate à pobreza na perspectiva da integração social. As formulações dos documentos de Araxá e Teresópolis são as principais produções dessa perspectiva, tinham como núcleo central a tematização do Serviço Social “*como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento*”. (NETTO, 2005, p. 155 e 156).

A segunda direção é a *Reatualização do Conservadorismo* que consistiu na recuperação dos componentes mais “estratificados da herança histórica e conservadora da profissão”. Tinha como princípio o repúdio simultâneo aos padrões vinculados a tradição positivista e aos referenciais relacionados ao pensamento crítico-dialético de raiz marxiana. Essa perspectiva teórica privilegiou uma visão microscópica da intervenção profissional subordinada ao pensamento católico tradicional articulado a um viés moderno, isto é, uma Reatualização do passado profissional a partir de matrizes teóricas mais sofisticadas. (NETTO, 2005, p. 157 e 158).

A terceira direção identificada do processo de renovação é a “*Intenção de Ruptura*” com o conservadorismo, que surgiu no seio do circuito universitário em meados da década de 1970. A sua elaboração ocorreu na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e ganhou repercussão nacional, extrapolando os “muros” da Universidade, na década de 1980. Diferente das duas tendências teóricas, essa perspectiva tinha como centralidade a crítica aos aportes teóricos, metodológicos e ideológicos da herança tradicional da profissão. Dessa forma, a perspectiva de Intenção de Ruptura tinha na sua estrutura a particularidade de ser divergente direta da ditadura militar. (NETTO, 2005, p. 247).

O caráter de oposição da “intenção de ruptura” é oriundo do processo de crise da ditadura militar e também pela reinserção dos trabalhadores na cena política que estava alinhada com a resistência democrática. Por conta disso, essa perspectiva pôde “transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis”. Deste modo, as lutas contra a ditadura e a conquista da democracia, oriundas do movimento das classes sociais subalternas, permitiu a disputa de diferentes projetos societários e profissionais no interior da profissão. (NETTO, 2005, p. 247).

A entrada do Serviço Social no ensino universitário foi decisiva para o

desenvolvimento da intenção de ruptura que tinha a finalidade de romper com o tradicionalismo no Serviço Social. A aproximação com a academia possibilitou a construção de uma base teórica capaz de desvincular a atuação profissional do conteúdo tradicional da profissão.

“(…) a perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas: esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico metodológicas e prático profissionais” (NETTO, 2005, p. 257).

As bases sociais, ideológicas e políticas da perspectiva de Intenção de Ruptura estão inscritas no processo de democratização e são resultado dos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores que foram diretamente atingidos na ditadura militar. (NETTO, 2005 p. 257).

A vinculação dessa perspectiva com um bloco político de forças definido, isto é, um grupo que se opunha claramente a ditadura militar, configurou um caráter político ao movimento de Intenção de Ruptura. Diferentemente da corrente modernizadora e da Reatualização do conservadorismo essa direção conseguiu questionar a ideia de assepsia e neutralidade política que havia no fazer profissional do assistente social. (NETTO, 2005, p. 259).

Os valores democráticos e populares foram incorporados por parte da vanguarda profissional do Serviço Social. De acordo com Netto: *“Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes”* (NETTO, 1999, p.11).

O surgimento da vertente de Intenção de Ruptura possui uma relação direta com a experiência acadêmica, num projeto de extensão, ocorrido na década de 1970, na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerias, entre 1972 a 1975 na cidade de Belo Horizonte, denominado como o “Método BH”. É importante pontuar que a capital de Minas Gerais, em meados da década de 1970, abrigou movimentos sociais, sindicatos, que formaram uma oposição à ditadura militar e quadros importantes do movimento estudantil, com raízes revolucionária e socialista. Deste modo,

Belo Horizonte foi um território propício para a construção do método BH. (NETTO, 2005, p. 261).

O contexto acadêmico da Faculdade de Serviço Social da PUC favoreceu o florescimento o desenvolvimento dessa experiência. No quadro docente⁵diversos profissionais, formados na conjuntura do golpe de 1964, tiveram a influência intelectual de assistentes sociais ligados ao movimento de reconceituação, como Leila Lima Santos (Diretora da PUC MG entre 1972 a 1975) e Ana Queiroga (Docente da PUC MG nesse período). Essa peculiaridade na formação foi determinante para criar grupos de professores que posicionavam-se a favor da criação que Netto denomina como a “*primeira formulação brasileira da intenção de ruptura*”. (NETTO, 2005, p. 262).

De acordo com Leila Lima Santos o método BH é resultado de uma “reestruturação” dentro da Faculdade de Serviço Social da PUC-MG como veremos no depoimento abaixo:

“Eu acho que a grande reestruturação que nós fizemos na Escola, o grande impulso foi realmente a redefinição de uma concepção geral da formação em termos de ênfase no estágio acadêmico, no estágio prático, com esforço muito concentrado, muito pensado na incorporação das Instituições que ofereciam oportunidades de formação para os alunos, à vida da Escola”. (RODRIGUES, 1991, p. 295).

O grupo formado por docentes e discentes da PUC-MG formularam uma “*crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional*” e apresentaram uma nova possibilidade que tinha o propósito de “*romper com o tradicionalismo*” na perspectiva teórico-metodológica, no exercício profissional e na formação profissional. No ano de 1975 a experiência do método BH foi interrompida bruscamente, no âmbito teórico e no âmbito da pesquisa, devido a uma crise que culminou na demissão dos principais criadores impedindo a continuidade do projeto. (NETTO, 2005, p. 263). O término desse projeto não significou a derrocada da intenção de ruptura no Serviço Social tradicional. Os reflexos desse movimento apareceram fortemente na produção acadêmica do Serviço Social. Destacaram-se nesse período a aproximação com a tradição marxista tornando

⁵ Na tese de Doutorado da autora Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Silva, “Aproximação do Serviço Social a tradição marxista: caminhos e descaminhos” apresentado na PUC de São Paulo em 1991, está escrito uma série de depoimentos de figuras importantes do Serviço Social brasileiro, dentre elas Leila Lima Santos que abordou a sua trajetória no método BH.

possível uma análise crítica da historicidade do Serviço Social. Cabe destacar que essa vertente teve grande influência de autores que foram importantes para o Serviço Social brasileiro, dentre eles: Leila Lima Santos que é de Belo Horizonte e Vicente de Paula Faleiros (NETTO, 2005, p. 271).

A direção da intenção de ruptura questionou veementemente a ditadura militar e os professores, profissionais e estudantes que participaram do método BH fortaleceram esse posicionamento:

(...) “Sem condições institucionais para a implementação do projeto de ruptura nos anos setenta – não é casual o caráter impar do trabalho da equipe de Belo Horizonte – foram eles que estabeleceram, no final da década, as bases para a retomada da crítica ao tradicionalismo; das formas as mais variadas, deram a esta retomada a ressonância que lhe coube no período de transição democrática; e tiveram um papel significativo quando se põe as circunstâncias para que as linhas de ruptura transcenda os muros da academia e penetre a categoria profissional.” (NETTO, 2005, p. 270).

No início a aproximação com a teoria marxista ocorreu através da militância política, principalmente de grupos oriundos das mobilizações contrárias ao regime militar entre 1964 a 1968. A leitura do conteúdo de Marx era realizado por meio de manuais, panfletos, de forma instrumentalizada e distante de uma reflexão teórica aprofundada e baseada nas fontes originais.

“Neste primeiro momento, pois não é de se estranhar que a perspectiva da intenção de ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em extratos do maoísmo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista donde a reiteração de discussões sobre “idealismo” e “materialismo”, “ciência” e “ideologia”, “teoria” e “prática”, “prática teórica”, etc.” (NETTO, 2005, p. 268).

De acordo com Netto (2005), nos momentos posteriores a tradição marxista adquiriu notoriedade no seio da Universidade, denominado como marxismo acadêmico, com o conteúdo mais elaborado. Já no terceiro momento, numa conjuntura de avanço das forças democráticas, as elaborações teóricas recorreram as fontes originais. A produção

de Marilda Iamamoto, a primeira no Serviço Social fundamentada na leitura original de Karl Marx, representou a “maioridade Intelectual” da perspectiva de intenção de ruptura e conseguiu ultrapassar os “muros” da Universidade e alcançar a profissão em todos os seus aspectos tornando-se referência do avanço teórico do projeto de ruptura no país. (NETTO, 2005, p. 275 e 276).

O processo de mobilização e politização de discentes e estudantes de Serviço Social nas décadas de 1970 e 1980, envolveu as várias concepções teórico-metodológicas e políticas, como abordamos acima. Um dos eventos marcantes que representou a concepção da intenção de ruptura com o conservadorismo foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ocorrido em 1979, como veremos a seguir, o “congresso da virada” demonstrou a consolidação das mudanças ocorridas na profissão na construção de novo projeto profissional.

1.5 III CBAS e sua importância histórica

Um dos eventos da categoria que também é uma das referências do Serviço Social brasileiro foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 1979, conhecido como “Congresso da Virada” pode ser considerado como símbolo e referência do processo de politização dos assistentes sociais e discentes e da retomada das entidades sindicais no Brasil. O “Congresso da Virada” possui 37 anos de história e o seu significado continua sendo analisado e estudado na atualidade por pesquisadores do Serviço Social.

É importante ressaltar que nos períodos anteriores ao “Congresso da Virada” o Serviço Social tinha em suas discussões e quadros políticos uma expressiva resistência a valores democráticos e emancipatórios. Esse posicionamento operava dentro das instâncias e fóruns da profissão que diante de uma aguda crise da ditadura militar em meados da década de 1970, não se opuseram ao regime carregando o moto da “neutralidade” política e profissional.

“(…) Neste aspecto, o que particulariza a situação do Serviço Social (embora numa análise mais abrangente tardia manifestação opositiva à ditadura por parte das instancias e fóruns representativos da categoria

profissional: O que sobressai, quando se estuda o Serviço Social sob a autocracia burguesa, é a olímpica “neutralidade” dessas instâncias e fóruns em face do regime ditatorial”. (CFESS, 2009, p.30).

No final da década de 1970, como já assinalamos, houve o ressurgimento da classe operária no cenário político brasileiro com uma oposição declarada a ditadura militar. O III Congresso relacionou-se diretamente com esse fato, pois foi nesse evento que parte da categoria pôde denunciar abertamente o conservadorismo das instâncias e fóruns da profissão. (CFESS, 2009, p. 31). A conexão entre a retomada dos sindicatos dos trabalhadores e o III CBAS é importante para entender os acontecimentos do evento em que houve uma “virada” na mesa oficial do Congresso que retratou o reaparecimento da luta dos trabalhadores pela redemocratização do país.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)⁶, aconteceu na cidade de São Paulo, nos dias 23 a 28 de setembro de 1979. A realização deste evento contou com a participação direta das entidades representativas do Serviço Social naquele período como a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS).

Nos primeiros CBAS a organização do evento era de responsabilidade exclusiva do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS). Diferentemente dos dois primeiros encontros a construção do III CBAS ficou dividida: de um lado estavam as direções conservadoras do Conjunto CFAS/CRAS e do outro lado as 18 entidades sindicais que representavam a CENEAS e formavam um grupo de oposição política a organização oficial do Congresso.

É importante informar que antes da realização do III CBAS, houve o III Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais. Este encontro foi estratégico para definir o conteúdo político das entidades sindicais que iriam participar do III CBAS.

As lideranças sindicais do Serviço Social tinham clareza do caráter conservador do grupo político que organizou o congresso e compreendiam que as condições objetivas de lutas sociais e de enfrentamento direto à ditadura militar fortaleceu politicamente as entidades sindicais do Serviço Social. Portanto, existiu a consciência de uma luta pela

⁶ As reflexões sobre o III CBAS foram retiradas de uma produção literária do Conselho Federal de Serviço Social no ano de 2009, “30 anos do Congresso da Virada”.

hegemonia de projetos profissionais diferentes, dentro do III CBAS. Dentre os sindicatos destacou-se o Sindicato de Minas Gerais que estava presente no Congresso. Durante o III Encontro ocorreu a renovação com o CELATS, que apoiou politicamente e financeiramente os sindicatos de assistentes sociais contribuindo para a criação da ANAS.

Nesse período houve a retomada das lutas sociais e dos sindicatos e dos movimentos sociais – que tinham uma perspectiva classista, com a presença marcante do movimento operário. Nesse período, houve um embate direto a ditadura militar. Além disso, diversas mobilizações e greves operárias marcou esse período e atingiu um novo patamar na luta de classes no Brasil, no final da década de 1970. (CFESS, 2009).

A participação das entidades profissionais, na qual abordaremos nesse trabalho em outro subitem, que representou o Serviço Social (sindicatos e associações) no processo de mobilização dos movimentos sociais e da classe operária foi decisiva para fomentar o debate na categoria que se expressou no “*Congresso da Virada*”.

A direção da CENEAS articulou questões peculiares do Serviço Social com as lutas mais amplas dos trabalhadores. Entre 1977 a 1979, as entidades sindicais participaram da Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), em seguida se organizaram na Central Única dos trabalhadores (CUT) a partir de 1983.

Dentro das entidades sindicais da profissão havia uma gama de assistentes sociais envolvidos em experiências políticas de oposição ao regime militar, de participação em movimentos sociais e alguns que já atuavam nos seus espaços sócio ocupacionais de uma maneira mais crítica. Destacou-se a presença do movimento estudantil do Serviço Social que também foi importante no Congresso da Virada.

A comissão organizadora do III CBAS criou uma comissão de honra que homenageou os dirigentes da ditadura militar que foram convidados para a mesa de abertura e de encerramento. O presidente general Figueiredo estava presente.

Os dirigentes sindicais se inseriram na organização dos grupos temáticos. A participação dos assistentes sociais sindicalistas e de diversos sujeitos nesse grupos deram um conteúdo crítico as discussões. Houve uma crítica as ações da ditadura militar contra seus opositores através da tortura, da violência, dos assassinatos, e demais barbaridades.

A inserção desses militantes nos grupos de discussão foi decisiva para o “*Congresso da Virada*”.

A comissão organizadora alterou a programação do Congresso, a partir das deliberações das assembleias. Houve a aprovação de uma Manifesto acerca do posicionamento político da categoria. A composição da mesa de encerramento, destaca-se a presença do ex-presidente Luís Inácio da Silva e da presidente da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de SP – a ex-prefeita Luiza Erundina que fez um discurso histórico no Congresso.

Deste modo, esse processo alcançou a subjetividade da categoria profissional e se manifestou na organização político-sindical e em todas as estruturas do Serviço Social, dando uma direção política à profissão demonstrada no compromisso com os interesses primordiais e históricos da classe trabalhadora.

O III CBAS em 1979 demonstrou o posicionamento ético-político dos assistentes sociais, que assumiram o seu compromisso frente as demandas da classe trabalhadora. O contexto era de reorganização política da sociedade e de luta pela democracia e direitos civis, no marco da ditadura militar. Nesse período os valores ético-políticos arrolados no projeto profissional de ruptura ganharam notoriedade na organização política da categoria. O movimento pela redemocratização do país, na década de 80, deu subsídio objetivo para a compreensão das conquistas realizadas pela vertente de ruptura. (BARROCO, 2001).

Nesse período a militância da categoria profissional chega a sua maturidade e se expressou na organização sindical dos assistentes sociais brasileiros; na vinculação das lutas mais abrangentes dos trabalhadores e na incorporação dentro das entidades representativas do Serviço Social. Os indiscutíveis avanços no campo político do Código de 1986 coroaram o rompimento com o conservadorismo no interior da profissão, contudo as dimensões éticas⁷ e profissionais não foram suficientemente esclarecidas, o que conduziu para a Revisão do Código de 1986 na década de 1990. (BARROCO, 2001).

Nas entrevistas com as assistentes sociais que participaram da criação e consolidação da Delegacia Seccional de Juiz de Fora, o referido congresso foi citado e

⁷ Sobre as dimensões éticas cabe a leitura da Maria Lúcia Barroco (2001) “Ética e Serviço Social” Pág. 166 a 175.

analisado por algumas das entrevistadas e houveram opiniões e impressões divergentes acerca do III CBAS. Devido à importância histórica desse Congresso para o Serviço Social brasileiro será discutido o posicionamento político das entrevistadas nesse processo que teve rebatimentos na organização política e condução da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ocorrido em 1979 foi um “divisor de águas” para o Serviço Social no posicionamento político de parte da categoria na direção de uma ruptura com o conservadorismo na profissão. A “virada de mesa” do Congresso também mostrou de maneira objetiva que a profissão não concordava com as ações arbitrárias e violentas da ditadura militar. Além disso, verificou-se a vinculação do Serviço Social com as demandas dos trabalhadores por meio da presença de lideranças sindicais nas mesas finais do evento.

Diante dos fatos ocorridos naquele Congresso parte das entrevistadas considerou esse tema marcante para a trajetória profissional e expressaram suas opiniões e visões do evento, enriquecendo o debate acerca da reconstrução histórica da Seccional de Juiz de Fora.

No contexto de Juiz de Fora durante a gestão da Delegada Eleni da Cunha Horta de 1978 a 1981, antes do III CBAS a Diretoria da Delegacia em parceria com a Faculdade de Serviço Social da UFJF, no mês de Julho de 1979, deliberou pela criação de um “*Grupo de Estudos Preparatórios para o III CBAS*”. Quaisquer assistentes sociais poderiam fazer o curso independentemente se iriam ou não ao congresso. O curso foi realizado na Faculdade de Serviço Social da UFJF. Foram destinadas 20 vagas, para a 2ª Delegacia de Juiz de Fora, e os critérios de inscrição eram por ordem de chegada. Os estudantes de Serviço Social tiveram direitos a 02 vagas. Em Juiz de Fora cerca de 12 profissionais foram para o Congresso, conforme a Delega Eleni.

O Congresso foi o seguinte. Todo Congresso tem um tema. E nós nos preparamos, em Juiz de Fora, mas não apresentamos nenhum trabalho. Foi uma delegação de Juiz de Fora que contava com 10 a 12 pessoas. Eu lembro da Badinha, Ana e a Talita. Nós fomos ficamos num hotel em São Paulo. Aquela menina que gosta muito de falar sobre isso a Marilene Sansão (não sabe ao certo o primeiro nome) ela formou depois de mim, acho que um ano depois. Foi professora e posteriormente diretora da Faculdade. O marido foi até preso porque ele era militante político e ela foi com a gente. Ela deve lembrar muito

porque foi muito interessante nós fomos (risos). (Eleni da Cunha Horta, Entrevistada)

No que diz respeito ao III CBAS, a assistente social Eleni destacou a presença da assistente social Luísa Erundina de Sousa⁸, uma das lideranças do Serviço Social naquele período. A história de vida de Erundina entrecruza-se com as lutas do Serviço Social. Em 1971 chega no estado de São Paulo, após sofrer perseguição política na Paraíba, e como assistente social atuou nas favelas e pôde a conhecer a realidade dos trabalhadores. A assistente social Luísa Erundina foi presidente da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo – APAS/SP, e da CENEAS.

“Minha participação no processo de construção do III CBAS foi uma decorrência da longa trajetória que percorri, juntamente com meus colegas de profissão, desde que saí da Paraíba, fugindo da perseguição política da ditadura, e chegando a São Paulo em 28 de janeiro de 1971. De que me acusavam então? Do crime de tentar ajudar os trabalhadores rurais a se conscientizarem dos seus direitos e a se organizarem para lutar por esses direitos”. (CFESS, 2009, p. 117).

Na visão de Eleni a presença de Luísa Erundina, e alguns alunos ligados a ela, tinham o intuito de “destruir” o congresso e de fazer uma articulação com os assistentes sociais que convergiam para a mesma proposta.

“Quando chegou lá no primeiro dia a Luísa Erundina era professora da Faculdade em São Paulo de Serviço Social e petista, na época nem sei se o PT já existia, era militante da esquerda com relação ao governo da época. Ela pega as alunas dela da faculdade e faz um movimento para desmanchar o congresso, só que eu não estava sabendo de nada. Ninguém estava sabendo só da esquerda lá (risos). O tema proposto não agradou a Luísa Erundina porque ela estava movimentando de outra forma.” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada).

Durante o seu relato, Eleni salientou o momento em que houve a articulação para modificar os rumos do Congresso nas discussões dos grupos. Além disso, sentiu-se

⁸ A assistente social Luísa Erundina de Sousa nasceu no dia 30 de novembro de 1934, no sertão do estado da Paraíba. Graduou-se em Serviço Social em 1966 pela Universidade Federal da Paraíba e fez mestrado na Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

frustrada ao ver aquele movimento de contestação de parte da categoria no congresso. De acordo com ela o evento foi uma “decepção”, pois a atitude de Luísa Erundina prejudicou o andamento “ordeiro” do evento e quebrou os protocolos estabelecidos pela comissão organizadora.

“Quando abriu a plenária apresentou tudo, dividiram a gente em grupo para discutir a temática lá do dia. Eu estou lá na sala encantadíssima com que tava lá...entra de repente a Luíza Erundina e uma turma lá, “gente pode dissolver isso aí que não vai ter o Congresso, vamos voltar para plenária”. (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

A delegada fez críticas diretas ao posicionamento das profissionais que estavam naquele congresso construindo a ruptura com o conservadorismo dentro da profissão.

“(...) Ela realmente foi muito “peituda” e teve o momento dela. Gente é uma desconsideração com quem ficou dias e dias fazendo um trabalho. Mas eu não conseguia falar nada e nem tinha peito para falar porque embora a maioria não estivesse concordando mas aqueles 300 protestantes eles tinham uma voz...pois eram estudantes e com bandeira lá de São Paulo mesmo. Qualquer coisa que falavam eles levantavam, foi tudo muito bem feito e bem organizado para desmontar o congresso. Eles cercaram de uma tal forma que se você falasse alguma coisa eles vaiavam. Para mim foi uma decepção. Porque eu tinha ido no congresso, estudado pensando aprender as coisas ali. Na verdade eles aproveitaram para fazer um momento político.” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

Outro líder sindical citado pela entrevistada foi o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, um dos principais líderes sindicais do estado de São Paulo na década de 1970. Um dos convidados a participar da “mesa da virada” representando a luta dos trabalhadores contra a ditadura militar. A ex-delegada incomodou-se com presença do sindicalista:

“O Lula sentado lá na mesa deu palestra. Foi aí que tive ódio. Quando eu vi aquilo para mim foi uma afronta, o que o Lula é? Nem é assistente social. Eu assisti o congresso de outra forma, só se falou de capitalismo selvagem. A Luíza Erundina arrebatou outras pessoas lá mas só que da ala dela do futuro PT” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

Na visão da entrevistada a maioria dos assistentes sociais presentes não coadunaram com o movimento político e teórico de intenção de ruptura materializado no congresso. Ao ser perguntada sobre a reação daqueles profissionais que não concordaram com as mudanças dos rumos daquele evento, a ex-delegada respondeu que não houve qualquer resistência direta, pois havia uma articulação coesa dos assistentes sociais que formavam a oposição no III CBAS:

Não fizeram nada, porque o congresso estava sendo realizado em São Paulo, a faculdade de São Paulo, a Luiza Erundina tinha uma liderança com os alunos dela e na faculdade ela estava liderando já o movimento para a mudança no que ela chegou lá ela conseguiu fazer isso. Como ela conseguiu derrubar aquilo tudo? Eram 3000 e 300 alunos mas tinham também só os alunos mas também gente que foi para o congresso com essa ideologia. A gente percebia que quando o Lula falava, aí ele começou a dominar o negócio, bandeira... A gente via que quem levantava, ovacionava e a gente olhava para a plateia a maioria estava quieta não fazendo nada e esses que estavam contra ficavam “É isso mesmo!”. Não teve uma outra liderança para contra-atacar.”
(Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

Ao realizar uma análise geral do Congresso a ex-delegada não escondeu em nenhum momento a sua indignação e decepção com o III CBAS, não só pela “mesa da virada”, mas pelos assistentes sociais que vieram de diversos lugares do país e não tiveram seus trabalhos apresentados:

“Eu percebi o silêncio, a decepção, a cara, “palhaçada fazer isso com a gente” e tive muita pena de gente que fez um trabalho todo. Eu questionava porque não avisaram isso antes? Quem quisesse vir... A estratégia era essa de chamar a atenção. Eu guardei uma magoa só por isso, porque não era o momento (III CBAS), podia ter feito na véspera e mandado um telegrama para todo mundo “o congresso foi desmanchado”, eu fui com uma perspectiva, gastei dinheiro de hotel”.
(Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

No que concerne a repercussão do III CBAS para a categoria profissional em Juiz de Fora, Eleni respondeu que os assistentes sociais já estavam mostrando claramente o seu posicionamento político no interior do Serviço Social.

“Quando nós voltamos para falar do congresso com os colegas cada um tinha uma visão, de acordo com a sua visão política, então por exemplo. Eu era da direita, mas eu não militava. “Sempre fui muito quadrada”. Precisa fiscalizar não importa se é amiga tem que fazer de acordo com a lei, eu era muito assim. Eu fui no congresso independente do que estava rolando e era uma época política bem quente, mas eu não fui pensando nisso. Eu fui no que nós preparamos eu lembro que nós tivemos um encontro”. (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada).

Destacou que a presença de um conteúdo crítico e combativo ao tradicionalismo no Serviço Social estava presente na sua formação profissional, na qual os docentes da faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora já expunham para os alunos literaturas com um viés mais crítico e questionador a ordem vigente.

“Enquanto profissionais nós observamos, isso bem antes. Por exemplo, José Paulo Netto nas nossas aulas, a Elisa também, os livros, as bibliografias que eles indicavam eram todas bem instigantes que levavam a gente a questionar já estava tudo fermentando na nossa profissão.” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

Ao final reiterou o seu posicionamento quanto ao congresso, comparando a ação política de parte da categoria no III CBAS com o autoritarismo de Estado protagonizado pela ditadura militar no Brasil.

“(...) Eu acho que se eu não tivesse...teria sido militante petista. Mas quando eu vi, nossa gente que absurdo! A Luiza Erundina, para mim tudo caiu. Eu achei ali um autoritarismo. Existia um autoritarismo do governo na época, mas ao mesmo tempo era um autoritarismo também e um desrespeito aos colegas.” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

As entrevistadas Angélica Sales e Ana Maria Arreguy Mourão divergiram de sua antecessora, no que diz respeito ao III CBAS. Angélica considerou o evento um marco para a categoria profissional, principalmente no que tange ao posicionamento do Serviço Social em favor dos direitos da classe trabalhadora no Brasil. A mesma considerou salutar a “virada de mesa” do Serviço Social.

“Em 1980 fui ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado no Anhembi em São Paulo, foi um congresso muito bom, no final, quando nossa categoria “virou a mesa”, digo que houve uma tomada de posição frente aos encaminhamentos dos trabalhadores. O tema central do encontro envolvia a Política Social, mas estava naquele momento faltando um maior aprofundamento das questões trazidas no mesmo.” (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

A ida de Angélica para o III CBAS foi decisiva para a aproximação com o CRAS e influenciou diretamente a formação da chapa da gestão de 1981 a 1983, como podemos comprovar no relato abaixo:

“Então em Juiz de Fora, começou acontecer reuniões para decidir os rumos da Delegacia/Seccional, lembro-me de uns encontros na casa da Leninha (Marilene Sansão), no qual discutimos de uma nova chapa, tendo em vista que a Eleni da Cunha Horta estava concluindo o seu mandato e não poderia continuar. (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

Ana Mourão destacou que o III CBAS de 1979 foi o “limite” da categoria que já buscava a ruptura com o Serviço Social tradicional. A “virada de mesa” ocorrida no evento foi decisivo para mostrar que a profissão estava mudando o foco e posicionando-se ao lado das lutas dos trabalhadores brasileiros.

“Foi nessa época que os assistentes sociais começaram a se organizar enquanto categoria. O ano de 1979 foi o limite que nós aguentamos, nós que eu digo é a categoria, para romper com aquele estado de coisas. O “congresso da virada” foi um marco por isso. Foi retirado da mesa todos os representantes do governo e nós colocamos a Erundina e aqueles que defendiam as causas populares tomamos o consenso a partir do movimento de reconceituação e aí fomos!” (Ana Maria Arreguy Mourão – Entrevistada)

A partir dos depoimentos acima, pode-se destacar o posicionamento político da entrevistada Eleni que difere das demais assistentes sociais. A sua visão e experiência do III CBAS são negativas, pois a mesma não concordou com o movimento de intenção de ruptura. Num outro polo está o posicionamento de Angélica que inspirada no III CBAS começou sua carreira como Delegada de Juiz de Fora. Para ela o Congresso foi algo positivo e importante para a sua trajetória profissional.

Portanto houve uma conjuntura ímpar da sociedade brasileira, com a retomada das lutas dos movimentos sociais organizados – sindicais e populares – que tinham uma perspectiva classista, com a presença marcante do movimento operário. Aconteceram diversas mobilizações e greves operárias que atingiram um novo patamar na luta de classes no final da década de 1970.

Durante o processo de renovação do Serviço Social brasileiro a organização política da categoria se fortaleceu nos sindicatos de assistentes sociais em diversos locais do Brasil. Essa organização é anterior aos Conselhos profissionais e iniciou-se nas Associações profissionais até a consolidação dos sindicatos. A seguir será apresentado o papel da organização sindical para o fortalecimento político dos Conselhos profissionais do Serviço Social.

É importante salientar que o processo de redemocratização da sociedade brasileira ocorrida década de 1980 possibilitou as condições objetivas para o florescimento da vertente de intenção de ruptura. Na década de 1980, o que se viu foi à expansão das demandas democráticas populares na vida social brasileira:

“A mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a revitalização das suas entidades representativas; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo, associações de moradores) e democrático (estudantes, mulheres, “minorias”, etc); a dinâmica da vida cultural, com a reativação do protagonismo de setores intelectuais; a reafirmação de uma opção democrática por segmentos da Igreja Católica e a consolidação do papel progressista desempenhado por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – tudo isso pôs na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais” (NETTO, 1999, p. 10).

A seguir apresentaremos no Capítulo II o processo de transição política do Conjunto CFESS/CRESS tendo como partida a articulação sindical do Serviço Social e seu papel no processo de politização da categoria profissional.

2 Serviço Social e a transição política do conjunto CFESS/CRESS

Neste capítulo abordaremos a importância da organização sindical do Serviço Social brasileiro para os processos de mudanças ocorridos nas entidades representativas da profissão, principalmente o Conjunto CFESS/CRESS. Posteriormente, apresentaremos o histórico dos Conselhos profissionais do Serviço Social, sua relação com o Projeto Ético-Político e sua estrutura na atualidade. O objetivo deste capítulo é demonstrar o papel do Conjunto CFESS/CRESS nas mudanças ocorridas na profissão e dar subsídio para o debate acerca da reconstrução histórica da Seccional de Juiz de Fora.

2.1 Papel da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) na formação política dos assistentes sociais brasileiros.

A retomada da organização dos trabalhadores no final da década de 1970, no período de crise da ditadura militar, foi decisiva para modificar o contexto social no Brasil. Como vimos acima, a conjuntura política da sociedade brasileira estava num momento de efervescência dos movimentos sociais e de retomada dos sindicatos. A classe trabalhadora retorna a sua organização política, principalmente nos sindicatos operários, protagonizando greves, paralisações, ocupações de fábrica, dentre outras ações.

Essa nova dinâmica social exigiu dos assistentes sociais uma nova postura frente às demandas postas pela população que lutavam por melhores condições de vida na sociabilidade brasileira. Parte da categoria profissional, influenciada pela conjuntura política, decidiu por participar de organizações da classe trabalhadora (Sindicatos, organizações e movimentos sociais) na luta pela redemocratização e pela ampliação dos direitos sociais ou seja, ocorreram mudanças profundas na dimensão política do Serviço Social brasileiro influenciando as entidades representativas da profissão.

A dimensão política do fazer profissional⁹ do assistente social está diretamente relacionada ao significado social da profissão e não deve ser analisada de maneira isolada, mas conectada com a conjuntura social, o Estado e a sociedade civil para descobrir a sua

⁹ As reflexões foram retiradas do tópico a dimensão política da prática profissional do livro *Renovação e Conservadorismo* de Marilda Yamamoto ano 2004.

utilidade e o seu papel na vida cotidiana. Compreender o “sentido político do Serviço Social” é ir além da imagem social da profissão que se mostra socialmente como um fazer voltado para a filantropia, ou por atividades meramente burocráticas na distribuição de benefícios sociais. (IAMAMOTO, 2004, p. 121).

O Serviço Social, como foi abordado no capítulo I, é essencialmente envolvido pelos interesses das classes sociais que estão inseridas na organização social que permeiam a ação profissional do assistente social e não podem ser eliminadas desse circuito. Diante disso, os profissionais devem criar estratégias profissionais políticas que privilegiem alguns desses atores. Deste modo, a prática profissional possui uma ineliminável dimensão política. Essa dimensão adquiri corporeidade na atuação profissional que é pressionada pelas estratégias das classes sociais para o conjunto da sociedade que influenciam a atuação do Estado, as políticas sociais e as instituições que empregam os assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2004, p. 12)

A organização sindical do Serviço Social se inicia no ano de 1978 no I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais em Belo Horizonte. A Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) foi criada em 1979 no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais. (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, pag. 119).

A Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS)¹⁰ surgiu no ano de 1983 e representou um marco da organização sindical do Serviço Social no Brasil, congregava associações e sindicatos, numa perspectiva classista e autônoma. Foi criada no mesmo período de ascensão da Central Única dos Trabalhadores (CUT), na qual era filiada, sendo formada por 28 entidades espalhadas por todo o Brasil. Teve o papel de organizar os assistentes sociais em todo território nacional tendo como diretrizes: a organização política da categoria profissional, a democracia e a articulação das entidades sindicais com profissionais da América Latina. A extinção definitiva da ANAS ocorreu no ano de 1994 na VI Assembleia Nacional Sindical. (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, 132).

¹⁰ A CENEAS/ANAS participaram das lutas dos sindicatos do ABC Paulista, no final da década de 1970. As associações e organizações sindicais do Brasil inteiro seguem um caminho de construção de uma central sindical para centralizar as lutas e demandas dos trabalhadores da cidade e do campo. Em 1982, após a 1ª Conferência Nacional da classe trabalhadora (CONCLAT), ocorre a fundação da Central Única dos trabalhadores. A CENEAS/ANAS estavam presentes no Congresso de Fundação da CUT e nos congressos posteriores, até 1992. (CFESS, 2009).

As coordenações da CENEAS e as direções das ANAS tinham uma estrutura sindical que prezou pela participação dos assistentes sociais da base, através de planos de gestão local, estadual e nacional que contou com a representação de profissionais de todo o país nos fóruns democráticos. Eram entidades sindicais tinham uma vinculação política com um *sindicalismo autônomo e de lutas*. (CFESS, 2009) (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p. 141)

A CENEAS era formada pelas entidades sindicais e pré-sindicatos que eram as Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS). A coordenação executiva tinha a função de coordenar, articular e assessorar os sindicatos locais e regionais com a finalidade de unificar as pautas e defender os interesses da categoria profissional. (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p.144).

A CENEAS/ANAS construíram uma ampla pauta de reivindicações que iam além das demandas corporativas do Serviço Social. Dessa maneira, atuavam na luta contra a exploração do trabalho, a pobreza e a miséria da população. As entidades sindicais do Serviço Social articularam-se com os movimentos sociais e partidos políticos de caráter classista, ampliando a perspectiva de luta para a construção de uma nova sociabilidade. (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p. 155).

As pautas de luta específicas do Serviço Social na década de 1980, aglutinadas na estrutura sindical eram: melhorias nas condições de trabalho, salário e carga horária, ampliação dos postos de trabalho para o assistente social, abertura de concursos públicos, readmissão de profissionais que foram demitidos de maneira arbitrária e a denúncia a projetos que prejudicavam a população. (CFESS, 2009)

A ANAS prezou pela autonomia em relação a organismos estatais e possuía uma estrutura extremamente democrática, com eleições diretas e assembleias com as bases regionais. A sua organização interna demonstrou o avanço político das organizações da categoria, potencializando assim a vertente crítica do Serviço Social conhecida como “intenção de ruptura”. (CFESS, 2009).

Os sindicatos dos assistentes sociais participaram ativamente da construção da CUT, assumindo em algumas ocasiões as direções regionais, estaduais e nacional da entidade. Os principais posicionamentos de lutas da ANAS/CENEAS articulada a CUT foram: A luta contra a ditadura e pela redemocratização; luta contra a política econômica

do governo Sarney, e pela aumento do salário mínimo; e a luta pela autonomia e liberdade do movimento sindical. (CFESS, 2009).

A nova estrutura sindical proposta pela CUT, aprovada em 1986 no CONCURTO, que unificou os trabalhadores por ramo de produção e desmontou o corporativismo das categorias profissionais, foi um grande desafio para a entidade naquele período. Essa estrutura sindical era baseada na autonomia, democracia, liberdade política dos sindicatos e sustentabilidade financeira.

A ANAS estava imersa no processo de afirmação do “novo sindicalismo” e se esforçou para concretizar a nova estrutura sindical aprovada democraticamente pela CUT. O sindicalismo autônomo, classista e que não estava atrelado ao Estado foi denominado de *Novo Sindicalismo*. Esse modelo sindical de massas influenciou as entidades sindicais do Serviço Social, e adensou o conteúdo de lutas da categoria, através da crítica a ditadura militar, ao imperialismo e ao capitalismo.

Entre 1987 a 1989 no III e IV Congressos da ANAS houve diversas discussões com a categoria profissional, bem como com as outras entidades do Serviço Social o CFAS e a ABESS para legitimar a decisão e fortalecer os vínculos entre as organizações profissionais. Esse processo de transição tinha a finalidade de fomentar e fortalecer a organização sindical dos assistentes sociais por ramo de produção. A construção de sindicatos por ramos de produção avançou e no serviço público em especial, os trabalhadores desenvolveram sindicatos por ramos de atividade econômica como por exemplo na áreas da saúde, previdência e educação. A ANAS foi extinta em 1992. (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p. 184)

O direcionamento político dado aos assistentes sociais eram que os mesmos se filiassem a sindicatos por ramo de atividade, devido a sua inserção histórica no serviço público fortalecendo os sindicatos dos servidores públicos. Nesse processo transitório os sindicatos de assistentes sociais sofreu grande baixa de participação dos profissionais. Para Abramides e Cabral não houve uma política direta que contribuísse para a compreensão das mudanças de sindicato de categoria profissional para sindicato por ramo de atividade:

“(…) as entidades sindicais de assistentes sociais sofrem um esvaziamento que é esperado, porém não é prontamente identificado

pelas direções. Consequentemente, não se teve uma política clara que possibilitassem a passagem do sindicato de categoria para o de ramo de atividade de forma organizada. (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 188)”

A transição de um sindicalismo corporativo para um sindicalismo por ramo de atividade não foi devidamente concluído no Serviço Social brasileiro, desde a década de 1990. A compreensão disso advém de alguns fatores: 1) algumas áreas de atuação não tinham tradição sindical 2) e alguns sindicatos não conseguiam absorver demandas específicas do Serviço Social 3) e adensando esse processo muitos assistentes sociais trabalham como terceirizados, subcontratados, contrato temporários dificultando a sindicalização desses profissionais.

No que diz respeito às entidades sindicais da profissão, após a deliberação nacional pela sindicalização por ramo de atividade, algumas não conseguiram realizar o debate necessário e alguns sindicatos mantiveram o funcionamento desconsiderando a decisão coletiva da categoria.

A CUT não conseguiu manter a estrutura sindical por ramos e a conjuntura política da década de 1990 foi desfavorável para a organização política no Brasil, por conta reestruturação produtiva e do avanço do neoliberalismo que atingiu diretamente os trabalhadores. Nos anos 2000 surgiu a Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS), criada por sindicatos que fecharam e posteriormente foram reabertos. De acordo com Abramides e Cabral a entidade seguiu um rumo diferente da ANAS.

Deste modo, o processo de mobilização no interior dos sindicatos da categoria iniciou de elaboração de estratégias políticas para formar chapas de oposição e disputar os Conselhos regionais e o Conselho Federal de assistentes sociais. O Conselhos Profissionais de Serviço Social, denominados como Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS) e Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), nesse período tinham em seus quadros políticos profissionais em sua maioria atrelados a perspectiva modernizadora.

Nas eleições dos Conselhos profissionais, a CENEAS se saiu vitoriosa, na maioria por entidades do exercício profissional que estava “nas mãos” do setor conservador do Serviço Social, estabelecendo uma renovação política nos conselhos profissionais. A partir desta data, a CENEAS passou a construir os congressos e a estabelecer novas

diretrizes políticas baseadas na construção de um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. (CFESS, 2009). Portanto, a ANAS e os sindicatos regionais foram decisivos para o processo de politização da categoria. A seguir apresentaremos o histórico do Conjunto CFESS/CRESS.

2.2 A História do Conjunto CFESS/CRESS

Neste tópico¹¹ abordaremos a transição política do conselho Federal e dos Conselhos Regionais do Serviço Social que eram no seu surgimento entidades prioritariamente burocráticas, distantes das discussões políticas e consideradas entidades conservadoras. Durante o Processo de Renovação da profissão modificaram sua atuação, acompanhando o cenário nacional e a disputa de diversas matrizes teóricas e metodológicas dentro do Serviço Social.

Os conselhos de fiscalização das profissões liberais no Brasil surgiram em meados da década de 1930 quando o Estado, regulamentou as profissões e as atividades dos profissionais liberais. As entidades de fiscalização profissional sofriam uma forte intervenção do Estado e tinham pouca autonomia administrativa. (RAMOS, 2005, p. 121 e 122).

Nesse período, caracterizado pela intransigência do Estado, surge o primeiro conselho profissional do país, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) inaugurado no dia 18 de Abril de 1930, pelo decreto 19.408, art. 417. O controle do Estado sobre as profissões aconteceu de forma descentralizada, através do estabelecimento de pessoas jurídicas para o exercício da fiscalização. Após a criação da OAB, outras categorias profissionais passaram a reivindicar sua regulamentação, devido ao crescimento do mercado de trabalho e da expansão dos cursos superiores no Brasil. (RAMOS, 2005, p. 122).

O Serviço Social brasileiro, na década de 1950, foi uma das primeiras profissões da área social a ser regulamentada pelo Estado como profissão liberal, de nível superior

¹¹ Algumas reflexões sobre o histórico do Conselho Federal de Serviço Social foram retirados do meu trabalho de conclusão de Curso sobre a “Efetivação do Projeto ético-político: Atuação do Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região”.

universitário e com atribuições específicas. Para o cumprimento da legislação que se refere às profissões, o governo Federal atribuiu ao Ministério da Educação a responsabilidade pelo ensino e formação profissional, e ao Ministério do Trabalho, através dos Conselhos Federais e Regionais, a fiscalização e habilitação do exercício profissional¹². (ARREGUY, 2000).

A primeira Lei de Regulamentação do Serviço Social brasileiro foi promulgada através da Lei nº 3252 de 27 de agosto de 1957, sendo revisada através do decreto 994 de 15 de Maio de 1962¹³, que no 6º artigo, estabeleceu a disciplina e fiscalização do exercício profissional ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). No 7º artigo do decreto 994 de 1962, observamos a jurisdição dos CRAS em todo território nacional na década de 1960. O CRAS da 6ª Região abarcava Belo Horizonte e Espírito Santo.

“Para efeito da Constituição e da jurisdição dos C. R. A. S. fica o território nacional dividido nas seguintes regiões: 1º Região: Amazonas, Pará Territórios do Acre, Rio Branco, Rondônia e Amapá, com sede em Belém; 2º Região: Maranhão e Piauí, com sede em São Luiz; 3º Região: Ceará e Rio Grande do Norte, com sede em Fortaleza; 4º Região: Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Território de Fernando de Noronha, com sede em Recife; 5º Região: Sergipe e Bahia, com sede em Salvador; 6º Região: Espírito Santo e Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte; 7º Região: Estado de Guanabara e Estado de Rio de Janeiro, com sede no Rio de Janeiro; 8º Região: Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso, com sede em Brasília; 9º Região: São Paulo com sede na Capital; 10º Região: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.” (ART. 7º DECRETO 994 DE 1962).

A gênese das “entidades de fiscalização” do Serviço Social está atrelada ao Processo de Renovação, que foi abordado no segundo capítulo desta dissertação. Nesse período, principalmente durante a vigência da ditadura militar houve a expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais tendo como maior empregador o Estado.

Na década de 1960 a “limitação dos textos legais vigentes à época” exigiu a necessidade de revisão por causa das dificuldades enfrentadas para se exercer a

¹² A apresentação do histórico dos Conselhos Profissionais do Serviço Social brasileiro é baseada na Dissertação da Docente Ana Maria Arreguy Mourão, UFRJ; 2000.

¹³ A Lei encontra-se na íntegra no link <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-994-15-maio-1962-351749-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado no dia 27 de outubro de 2016.

fiscalização. Por conta disso, foi realizado o Encontro Nacional de 1966 que reuniu o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de todo o Brasil para discutir e debater e aprimorar a fiscalização do exercício profissional do assistente social. Esse Encontro foi o primeiro ajuntamento nacional dos Conselhos de fiscalização do Serviço Social. Nesse evento houve a criação de uma comissão que realizou um estudo acerca das atribuições profissionais dos assistentes sociais. A partir desse estudo foi criada a primeira normativa interna que abarcava as “diretrizes básicas para fins de fiscalização do exercício profissional”, escrita na Resolução CFAS nº 3 de 1968. (ABREU, 2012, p. 58).

Nas décadas de 1970 e 1980, a conjuntura política brasileira indicava um “processo de rearticulação” dos trabalhadores nos sindicatos e nos movimentos sociais, pela redemocratização do país e pela ampliação dos direitos sociais. Como citamos no capítulo I, no Serviço Social houve o surgimento de diversas matrizes teóricas e metodológicas na qual destacou-se o projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo.

Esse processo influenciou as ações profissionais dos assistentes sociais no seu cotidiano de trabalho o que possibilitou a construção de novo um posicionamento político. As demandas postas pelos trabalhadores e as respostas profissionais dos assistentes sociais no período da ditadura militar começaram a ganhar corpo nos debates dos seminários, fóruns e congressos da categoria.

Um dos reflexos dessas mudanças que ocorreu no conjunto CFAS/CRAS foi a criação da Resolução do CFAS nº 135 de 18 de Outubro de 1980, que instituiu a contratação de assistentes sociais para realizar a fiscalização do exercício profissional, denominados como Agentes Fiscais. Houve também a criação de uma Comissão de Fiscalização e a implantação dos primeiros serviços voltados para o conhecimento da realidade do assistente social (ABREU, 2012, p.60).

“O ato de Fiscalização do exercício profissional a partir daí se norteia por princípios éticos e filosóficos que não o reduz somente em cobranças sanções ou enquadramentos – mas – voltado ao conhecimento da prática – contribui para a sua qualificação, garantindo assim o espaço profissional dos assistentes sociais. O desafio colocado remetia à compreensão deste ato legal com conteúdo político – direcionando para o fortalecimento do compromisso ético com os usuários dos serviços sociais (ARREGUY, 2000, p. 3)”.

A referida resolução “se constituiu como um marco para os Conselhos Regionais a nível nacional” e ultrapassou as ações punitivas e burocráticas. (ARREGUY, 2000).

Conforme indicamos acima, o processo de transição política do CFAS e dos CRAS teve o contributo direto da ANAS e dos sindicatos regionais do Serviço Social. O processo de democratização do CFAS ocorreu através de uma série de ações voltadas para a organização política e de aproximação com as demandas dos assistentes sociais brasileiros. Os Encontros Regionais e o Encontro Nacional passaram a ser executados pelas entidades sindicais que promoveram uma discussão coletiva e democrática com a categoria. Em 1987 ocorreu a primeira eleição livre, direta e de voto não obrigatório para a direção do CFAS:

“A mudança operada no Conjunto na década de 1980 é marcada principalmente pela renovação da direção do Conselho Federal e da maioria dos Conselhos regionais, que progressivamente atualizaram as suas práticas, passando a atuar de forma mais ampla, vinculando-se às lutas gerais pela democratização da sociedade brasileira e à defesa das políticas sociais públicas, no contexto da revisão da Constituição brasileira.” (ABREU, 2012, p. 60)

Abreu enfatizou um fato relevante para o Conjunto CFAS/CRAS, ocorrido em 1986, que reforçou a reorganização e a renovação das entidades de fiscalização do Serviço Social no que diz respeito à autonomia administrativa do Conselho adquirida após o rompimento com a supervisão ministerial do Estado, o que transformou o conselho num órgão “especial com autonomia financeira e administrativa”, sendo supervisionada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Tornando-se um órgão público da Administração Indireta, o CFESS teve a condição de cobrar anuidades dos profissionais para manter seu funcionamento interno. (RAMOS, 2005).

A revisão dos instrumentos normativos exigiu, diante do “patamar teórico-político” alcançado pela profissão, a revisão do Código de Ética Profissional de 1975, “de forma a materializar num instrumento normativo uma nova concepção, explicitando princípios éticos historicamente situados.” Essa nova concepção é expressa numa lógica em que a “neutralidade” dá lugar à contradição; e os deveres e os compromissos com a intervenção profissional visam “democratizar as informações, denunciar falhas de

comunicação, contribuir para alterar a correlação de forças, dentre outros.” A consequência disso é a formação de um novo perfil profissional, ligado ao avanço teórico-político alcançado pelo Serviço Social brasileiro no processo de renovação. Após diversas discussões nos seminários e congressos da categoria, foi promulgado o Código de Ética de 1986 que estabeleceu juridicamente, o compromisso do Serviço Social com as demandas da classe trabalhadora. Desse modo o Código de 1986 expressou a vertente de ruptura no bojo do processo de renovação do Serviço Social brasileiro. (ABREU, 2012, p. 60)

Apesar dos visíveis avanços políticos e normativos, se comparado aos códigos anteriores (1947, 1965 e 1975), o Código de Ética de 1986 apresentou insuficiência em alguns aspectos relativos a formulação ética que levou a sua revisão e a aprovação do Código de Ética de 1993.

De acordo com Abreu, o Código de Ética de 1993 conseguiu manter as conquistas de 1986 e avançou em aspectos relacionados ao exercício profissional. (ABREU, 2012, p. 61).

“A preocupação central no processo de reformulação do código foi a de garantir que este pudesse se constituir um instrumento político e educativo, sem deixar de contemplar, igualmente, os aspectos normativos e punitivos, o que aparecia como problema em 1986, haja vista que privilegiava notadamente as instruções teórico-metodológicas de condução da prática profissional.” (ABREU, 2012, p. 61).

A formulação do Código de Ética de 1993 e da Lei nº 8662 de 1993, que dispõe sobre o exercício profissional do assistente social, substituindo as legislações anteriores de 1957 e 1962 foram um dos instrumentos normativos que expressaram a construção do Projeto ético-político. A aprovação da Lei de Regulamentação nº 8662 de 1993, muda a nomenclatura dos conselhos de Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS), para Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), demonstrando que o foco da fiscalização é a defesa das prerrogativas profissionais. (VINAGRE, 2012, p. 7).

2.3 A estrutura política-normativa do Conjunto CFESS/CRESS

O Conselho Federal de Serviço Social¹⁴ é uma autarquia pública Federal que possui a atribuição de “orientar, disciplinar, normatizar e defender o exercício profissional do assistente social” no território nacional. De acordo com o art. 7º a Lei 8662 de 1993, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), o Conjunto CFESS/CRESS são órgãos de personalidade jurídica e forma federativa.

O CFESS é a instância superior que julga os processos éticos e delibera sobre a legislação profissional. No art. 8º da Lei 8662 de 1993 temos as atribuições do CFESS:

I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;

II - assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;

III - aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

IV - aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;

VI - julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;

VII - estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;

VIII - prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social.

O Conjunto CFESS/CRESS não tem nenhuma relação hierárquica com os órgãos da administração pública. A sede do CFESS fica localizada no Distrito Federal e sua estrutura é formada por órgãos deliberativos: O Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS e o Conselho Pleno. A diretoria é o órgão executivo, formado pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário e 1º e 2º Tesoureiro. Possui um órgão fiscal

¹⁴ As descrições das atribuições do CFESS foram disponibilizadas no site do CFESS. www.cfess.org.br. (Acessado no dia 18 de Junho de 2015).

que é o Conselho Fiscal. Também possui o órgão de fiscalização, contábil, Financeiro e Administrativo: Comissão Especial e órgãos de apoio: comissões, assessorias e grupos de trabalho. O CFESS é composto pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário e 1º e 2º Tesoureiro e membros efetivos do Conselho Fiscal. Ao todo são 09 (nove) membros efetivos e 09 (nove) membros suplentes somando 18 conselheiros. É importante frisar que os conselheiros e diretores do CFESS, CRESS/Seccionais não recebem nenhuma remuneração e exercem essa atividade de maneira voluntária e militância política.

O Encontro Nacional é o Fórum máximo de deliberação da categoria profissional, ele acontece anualmente e conta com a presença de delegados do CFESS e dos CRESS de todo o Brasil. O Conselho Pleno é outro órgão deliberativo do Conjunto CFESS/CRESS.

Os CRESS possuem o seu próprio Conselho pleno formado pelo colegiado de conselheiros da gestão. Na reunião são discutidos e deliberados assuntos peculiares do administrativo do estado e as ações políticas. Outra instância deliberativa é a Assembleia Geral que acontece duas vezes durante ao ano, e de maneira extraordinária, é constituída pelos assistentes sociais inscritos na jurisdição do CRESS que estão em plena condição de exercer a profissão.

O Conjunto CFESS/CRESS possui os órgãos de apoio que são formados pelas comissões, assessorias e os grupos de trabalho. As comissões e os grupos de trabalho são estruturados por meio das deliberações do Conjunto ou por demandas das próprias regionais. Existem as comissões regimentais e as não regimentais.

As comissões regimentais são baseadas pela resolução do CFESS e possuem funcionamento permanente. Tem a finalidade de atuarem quando houver violações a Lei nº 8662 de 1993 e do Código de Ética Profissional. Uma das principais comissões regimentais é a Comissão Orientação e Fiscalização (COFI). Como foi informado anteriormente, a Comissão de Fiscalização foi instituída pela resolução CFAS nº 135/80.

A COFI¹⁵ é responsável por fiscalizar os assistentes sociais nas respectivas instituições empregadoras. Tem a função de apurar denúncias e notícias de exercício ilegal da profissão, realizar trabalho educativo nas instituições de ensino de graduação

¹⁵As disposições sobre as competências estão circunscritas no Artigo 11º (Compete a COFI) da Resolução nº 512/207 de 29 de setembro de 2007 – reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização.

em Serviço Social e fazer orientações aos profissionais que recorrem ao CRESS. Além disso, é o espaço de pesquisas e levantamentos sobre a realidade profissional (produção de relatórios ou artigos), bem como de fiscalização de concursos, dentre outros. A COFI é regida pela Política Nacional de Fiscalização (PNF) que foi criada na década de 90 para normatizar a fiscalização profissional do assistente social.

A Política Nacional de Fiscalização surgiu a partir da necessidade de alavancar a organização de estratégias políticas e jurídicas conjuntas e unificadas do Conjunto CFESS/CRESS. Dessa maneira, foram realizados encontros regionais e nacionais para o aprofundamento das questões relativas à natureza da fiscalização, culminando na sua aprovação no XXV Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Fortaleza, de 09 a 12 de Setembro de 1996.¹⁶

No ano de 1997 a Comissão Nacional de Fiscalização elaborou diretrizes e estratégias para a PNF, a partir da realização de debates e demandas estabelecidas nos Encontros Regionais e do XXV Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. Portanto, a normatização das legislações profissionais articuladas com as deliberações e metas a serem cumpridas pelo Conjunto culminaram na aprovação da Resolução CFESS nº 382/99 e na instituição da PNF.

A implementação e a execução de parâmetros para a fiscalização possibilitaram a incorporação de novas ações políticas e normativo-jurídicas com vistas ao aprimoramento dos avanços alcançados. Assim, os delegados do 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Vitória no Espírito Santo no ano de 2006, deliberaram pela “sistematização de contribuições” dos CRESS e do CFESS para a revisão da PNF que foi feita pela Plenária Nacional CFESS/CRESS, de caráter deliberativo, realizada em Brasília em 2007.

A Política Nacional de Fiscalização (PNF) está fundamentada na Resolução CFESS nº 512/2007 de 29 de Setembro de 2007 – que reformula as normas gerais para o exercício profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização. Nessa resolução abrangem os parâmetros legais sobre: o serviço de orientação e fiscalização; da prevenção e a função e constituição e competências da Comissão de Orientação e Fiscalização

¹⁶As considerações sobre Política Nacional de Fiscalização foi fundamentada na brochura “Instrumentos para a Fiscalização do Exercício Profissional do/a Assistente Social” (CFESS; Brasília; 2007). Produzido em 2007, o presente documento é fruto do trabalho coletivo das Comissões de Orientação e Fiscalização do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social na gestão 2005/2008 do Conselho Federal de Serviço Social.

(COFI); a competência dos Agentes Fiscais; estabelece os Instrumentais da Fiscalização Profissional e das atribuições da Comissão Ampliada de Ética.

De acordo com o Art. 5º da Resolução CFESS nº 512/2007 - *Compete aos CRESS fiscalizar o exercício da profissão do Assistente Social, em seu âmbito de jurisdição, assegurando a defesa do espaço profissional e a melhoria da qualidade de atendimento aos usuários do Serviço Social.*

Para efetuar a função fiscalizadora do exercício profissional o CRESS deverá manter em caráter permanente uma Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) formada por no mínimo três membros:

De acordo com o Art. 6º - *Para realização da função precípua estabelecida pelo art. 5º, os CRESS deverão manter, em caráter permanente, uma Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI, formada, no mínimo, por três membros, assim constituída:*

I. Um Conselheiro, a quem caberá a coordenação;

II. Agentes Fiscais concursados;

III. Assistentes Sociais inscritos no CRESS, em pleno gozo de seus direitos, a convite da direção do CRESS.

Art. 7º - As ações referentes à fiscalização serão executadas por Conselheiros, membros das Seccionais e/ou agentes fiscais.

Em relação aos Agentes Fiscais¹⁷ estes são membros integrantes de todas as reuniões e atividades da COFI tendo a função de realizar atividades preventivas; dar encaminhamento às rotinas da COFI; realizar visitas rotineiras de fiscalização em entidades públicas ou privadas que possuem em seus quadros serviços específicos do Serviço Social; preencher o termo de fiscalização no final da visita apontando as irregularidades observadas; supervisionar estagiário de Serviço Social; dentre outras atividades. A PNF presume a utilização de recursos técnico-operativos¹⁸ para o exercício da ação fiscalizadora que estão estipulados no Art. 17º:

¹⁷ As competências dos Agentes Fiscais estão contidas no Artigo 13º (Compete aos Agentes Fiscais).

¹⁸ Sobre os instrumentais da Fiscalização Profissional, está contido no Artigo 17º da Resolução nº 512/207 de 29 de setembro de 2007.

Art. 17 – *Ficam instituídos os instrumentais básicos a serem utilizados no exercício da ação fiscalizadora que constarão como anexo da Política Nacional de Fiscalização, a saber:*

- I. *Relatório de Visita de Fiscalização – a ser utilizado pelo agente fiscal ou representante do CRESS/ Seccional, nas situações de visitas, sejam de caráter preventivo ou rotineiro.*
- II. *Relatório de Averiguação de Irregularidades – instrumental utilizado pelo Agente Fiscal para registro de ocorrência que infrinjam a Lei 8662/93 e o Código de Ética;*
- III. *Termo de Visita – a ser preenchido e entregue à instituição, cientificando-a do trabalho realizado, identificando irregularidades, se houver.*

No que diz respeito às atribuições da Comissão Ampliada de Ética¹⁹ esta tem a função de organizar debates acerca do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão; instrumentalizar os conselheiros e membros das seccionais para exercerem a função de multiplicadores dos preceitos éticos da profissão; dentre outras atividades.

O Conjunto CFESS/CRESS extrapolou as atividades de fiscalização profissional aos assistentes sociais, incorporando as lutas diversas da sociedade civil e da profissão, conforme o Projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro. A seguir será apresentado os fundamentos e a formação deste Projeto profissional que se construiu no Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro.

2.4 O protagonismo do Conjunto CFESS/CRESS na defesa do Projeto Ético-político.

A construção do projeto profissional do Serviço Social ocorreu no final da década de 1970, quando o Serviço Social brasileiro realizou a “recusa e crítica ao conservadorismo profissional” que foi abordado anteriormente. Os projetos profissionais do Serviço Social possuem uma relação direta com os projetos societários: são aqueles

¹⁹ As atribuições da Comissão ampliada de ética está escrita no Art. 18º na Resolução nº 512/207 de 29 de setembro de 2007.

que “apresentam a autoimagem de uma sociedade a ser construída, exigindo determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la (NETTO, 1999, p.2)”.

Os projetos societários são projetos coletivos e se apresentam como projetos macroscópicos com propostas que abrangem o conjunto da sociedade.

“Os projetos societários podem ser em linhas gerais, transformadores ou conservadores. Entre os transformadores, há várias posições que têm a ver com as formas (as estratégias) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundindo com ele (TEXEIRA e BRAZ, 2009, p. 189)”.

Na sociedade capitalista os projetos societários são ao mesmo tempo projetos de classe, ainda que existam determinações de outra natureza (culturais, étnicas e de gênero). Deste modo, as transformações ocorridas na sociedade burguesa não suprimiram a existências das classes sociais no seu interior:

“Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas, etc). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade. (...) (NETTO, 1999, p.3).”

A disputa de diferentes projetos societários é um fato próprio da democracia política. Num contexto de ditadura, a classe dirigente se utiliza de meios coercitivos para exercer seu poder político. Onde é possível a liberdade de expressão e a manifestação do pensamento, os distintos projetos societários podem confrontar-se e disputar a adesão da sociedade civil. (NETTO, 1999).

Os projetos coletivos também são representados pelas profissões, destacam-se aquelas com reconhecimento jurídico, como é o caso do Serviço Social²⁰, e que supõem

²⁰Esse sujeito coletivo à categoria de uma determinada profissão, não é formado somente pelos profissionais presentes no mercado de trabalho, mas pelo conjunto de atores participantes do processo de construção da

uma formação teórica de nível acadêmico superior. Nesse sentido, os projetos profissionais são construídos pela sua respectiva categoria representando um sujeito coletivo:

"Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)". (NETTO, 1999 p. 4).

Como estruturas dinâmicas, os projetos profissionais estão sujeitos as modificações, a partir das novas expressões da “questão social” sobre a qual se insere os profissionais, essas transformações envolvem a economia, a cultura e os fatores históricos exigindo novas práticas que estejam sintonizadas com as mudanças conjunturais da sociedade. Por isso, os projetos profissionais se alteram e se modificam (NETTO, 1999).

Nas relações sociais os projetos profissionais têm em sua dinâmica uma ineliminável *dimensão política*²¹ seja no sentido amplo, (referente aos projetos societários), seja em sentido restrito, (as perspectivas peculiares da categoria profissional). Como analisa Iamamoto (2007) baseada em Coutinho:

“A política de sentido amplo não se restringe ao Estado e nem à relação entre governado e governante. É tratada por Gramsci (apud Coutinho, 1989;183) como “momento catártico”, isto é, o que permite aos homens ultrapassarem os determinismos econômicos que os constitui, incorporando-os e transformando-os em meio de sua liberdade, em investimentos voltados para criar uma nova forma ético-política da vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 227).

coletividade profissional, são eles: os profissionais de campo, as instituições de ensino, os docentes, pesquisadores, discentes, bem como os entes corporativos da categoria profissional (sindicatos, conselhos profissionais e organização estudantil). Para Netto (1999), a organização da categoria profissional contribui para afirmação social de uma profissão e corrobora para a respeitabilidade frente às outras profissões.

²¹Cabe ressaltar, sobre a dimensão política a tendência de negação da sua existência, no interior das categorias profissionais, protagonizadas por correntes reacionárias e conservadoras (Netto, 1999).

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo. São formados por indivíduos com trajetória de vida que os diferem entre si. “O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos: nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configuram um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes” (NETTO,1999, p.5).

Uma determinada categoria profissional possui em seu interior divergências e contradições que se expressam nos debates e no confronto de ideias e disputa de projetos profissionais. Para garantir a participação democrática dos seus membros faz-se necessário o *pluralismo*, que é um elemento fundamental para a formação de um projeto profissional (NETTO,1999).

Para Iamamoto (2007), o pluralismo é o reconhecimento de diferentes orientações na arena profissional através do debate respeitoso entre os profissionais:

“(…) supõe o reconhecimento da presença de orientações distintas na arena profissional assim como o embate respeitoso com as tendências regressivas do Serviço Social, cujos fundamentos liberais e conservadores legitimam o ordenamento social instituído. Essas tendências regressivas apontam para um retorno ao passado profissional, já submetido ao crivo da crítica de caráter teórico metodológico e ético-político, fruto do trabalho coletivo de vastos e representativos segmentos que protagonizaram a construção do processo de renovação do Serviço Social no País. Esse processo, como foi ressaltado se apoia em forças sociais e políticas reais que extrapolam o universo profissional ainda que nele também marquem sua presença (IAMAMOTO, 2007, p.226)”.

Nos anos que se seguem, o Projeto ético-político amadureceu no escopo da categoria profissional Teixeira e Braz (2009, p.7) sistematizam os componentes do Projeto ético-político:

- a) A explicitação de princípios e valores éticos-políticos;
- b) A matriz teórica-metodológica;
- c) Crítica radical a ordem social vigente e da sociedade do capital;
- d) As lutas protagonizadas pela categoria através de suas formas coletivas de organização e articulação com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

Para esses autores os componentes do projeto ético-político adquirem materialidade na realidade e ganham visibilidade social por meio de determinados componentes criados pelos próprios assistentes sociais, são eles:

- a) A produção de conhecimento no interior do Serviço Social sistematiza as diversas práticas da profissão, na qual se verifica os processos reflexivos do fazer profissional que compreende a dimensão investigativa da profissão tendo como parâmetro a produção teórico-crítica.
- b) As Instâncias organizativas da profissão se expressam nos fóruns de deliberação e nas entidades do Serviço Social: as organizações profissionais, os sindicatos de assistentes sociais, e fundamentalmente, o Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (o conjunto CFESS\CRESS)²², a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). É por meio dessas entidades que são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde se mantêm ou não princípios e compromissos. Nesses espaços é privilegiado o pluralismo, que indica diferentes concepções do pensamento crítico.
- c) A dimensão Jurídico-política da profissão constitui o arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão um aparato jurídico-político estritamente profissional. O Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662 de 1993)²³ e a proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional de 1996²⁴.

²³ A Lei nº8662 de 7 de Junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social, estabelece as condições para o exercício profissional; as competências e atribuições privativas do assistente social.

²⁴ Neste documento está contido a “Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social” que construída coletivamente nas Instituições de Ensino Universitário a partir de 1994, quando ocorreu XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS – revisando o currículo vigente desde 1982. A partir da revisão curricular a ABESS, com intuito de realizar uma profunda modificação na formação profissional, promoveu em conjunto com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS uma intensa mobilização nas Escolas de Serviço Social

Para Iamamoto (2007), os instrumentos legais afirmam os direitos e deveres dos assistentes sociais na defesa da autonomia profissional, direcionam a condução do seu trabalho e na luta pelos direitos sociais.

O núcleo central do projeto ético-político é o reconhecimento da liberdade como valor ético importante para a criação de possibilidades e alternativas aos sujeitos, reconhecendo a expansão plena dos indivíduos. Para a efetivação desse valor é necessário a superação dessa sociedade, por isso vincula-se aos valores expressos em um projeto societário sem dominação de classe, gênero e etnia. A partir dessas referências que fundamentam esse projeto, são colocadas a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e qualquer forma de preconceito, contemplando o sentido correto do pluralismo na sociedade e no exercício profissional (NETTO, 1999).

Como elucida Iamamoto, o Serviço Social nos últimos anos alterou radicalmente a dimensão ética e seu debate na categoria profissional. Constituiu de maneira democrática o Código de Ética de 1993 (Resolução nº 273 de 13 de Março de 1993), “que dispõe de um caráter de obrigatoriedade ao estabelecer os direitos e deveres do assistente social, segundo princípios e valores radicalmente humanistas, sendo um guia para o exercício profissional” destacam-se: (IAMAMOTO, 2007, p.225).

- O Reconhecimento da Liberdade como valor ético central, que exige o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e seus direitos;
- A defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo;
- A defesa e aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, entendida como socialização da participação política, da cultura e da riqueza

de todo o país, articulando com as Entidades da categoria Profissional – a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Após um intenso debate nas Unidades de Ensino, em 1996, houve a sistematização de todas as proposições das Escolas de Serviço Social, na qual as “Entidades da categoria, o Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a presente Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social”. Depois disso, a proposta foi Promulgada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), regulamentando os novos direcionamentos da formação profissional tornando-a capaz de enfrentar os desafios da contemporaneidade, que se expressam nas novas refrações da “questão social” a partir da reforma do Estado. Os princípios da Formação Profissional estão pautados na relação entre ensino, pesquisa e extensão, no rigor teórico no que diz respeito as disciplinas específicas do Serviço Social, na incorporação de uma teoria crítica dentre outros. Portanto as Diretrizes Curriculares defendem a articulação capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do assistente social, para a defesa do Projeto ético-político.

produzida.

- O posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática;
- O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo;
- O compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores.

A efetivação desses princípios se alinha a luta por direitos no campo democrático popular por direitos que acumule forças políticas e conquistas materiais e sociais que possibilitem acelerar a luta contra hegemônica no horizonte de uma ordem societária. Os princípios éticos ao serem incorporados no exercício profissional estabelecem balizas de atuação nos diversos campos de atuação e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade. (IAMAMOTO, 2007).

A dimensão política do projeto relaciona-se com a equidade e a justiça social por meio da universalização das políticas sociais. A defesa da democracia, no Código de Ética de 1993 é definida como socialização da riqueza socialmente produzida, contida nos princípios fundamentais: “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”. Esse conceito amplia as definições difundidas pelo senso comum sobre a democracia, entendida como participação política formal, através do voto. O projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais que estabelece o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. (NETTO, 1999).

Para Netto, o projeto ético-político conquistou hegemonia no Serviço Social brasileiro, na década de 1990, mas não é unanimidade no corpo profissional. A ruptura do conservadorismo não eliminou as tendências (neo)conservadoras no interior da profissão. Dois motivos foram elencados por Netto para explicar a hegemonia desse projeto:

- O primeiro foi o aumento da participação dos assistentes sociais nos diversos fóruns, congressos e espaços deliberativos. Destacam-se O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), as oficinas regionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e os seminários nacionais do Conjunto CFESS/CRESS.

- O segundo diz respeito às linhas fundamentais desse projeto que estão relacionadas com os movimentos das classes sociais no Brasil. Esse alinhamento do projeto com aspirações da classe trabalhadora não surgiu da ação de alguns assistentes sociais que militavam na profissão, mas foi gestado a partir das demandas dos próprios trabalhadores. Como afirma o autor “*Numa palavra: este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico aos das classes proprietárias e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social*” (NETTO, 1999, p. 18).

O amadurecimento do projeto ético-político tornou suas bases hegemônicas no interior da profissão. O resumo histórico da trajetória do projeto profissional do Serviço Social é analisado por Yamamoto:

“Portanto, esse projeto profissional é fruto da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre os distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior. Eles redundam em diferenciadas perspectiva de leitura do significado social do Serviço Social, que reverberam na condução e operacionalização do trabalho profissional. Segmentos importantes da categoria passam a orientar sua atuação, na contracorrente do trajeto conservador que hegemoniza as origens e o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro até a década de 80, o que lhe imprime um perfil singular no contexto latino-americano (IAMAMOTO, 2007, p. 224)”.

De acordo com o Netto, “enquanto o movimento democrático e popular brasileiro avançava” e o Serviço Social alcançava sua maturidade enquanto profissão através da construção do Projeto ético-político, “transformações substantivas” ocorriam no interior da sociedade capitalista, ao mesmo tempo uma “crise social planetária” marcava a transição dos da década de 1980 para os anos de 1990. (NETTO, 1999, p. 107).

No Brasil os rebatimentos dessa crise ganham força na metade da década de 1990, com a expansão do neoliberalismo e sua disseminação no conjunto da sociedade, tendo como característica a “liquidação dos direitos sociais”, a privatização do Estado e o sucateamento dos serviços públicos, demonstrando claramente o antagonismo entre o Projeto ético-político e a ofensiva neoliberal. Essa configuração impõe desafios para a materialização desse projeto no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais exigindo a organização política dos profissionais na defesa das prerrogativas profissionais e da articulação com os movimentos sociais que coadunam com os princípios e valores do

projeto. (NETTO, 1999).

Teixeira e Braz (1999) sinalizam que o projeto ético-político vive um momento crucial em sua história que refere-se à manutenção do Serviço Social crítico, firmado nas conquistas da intenção de ruptura. Os autores afirmam que a manutenção do projeto ético-político é composta pela ação política da vanguarda profissional, haja vista os desafios da contemporaneidade.

O processo de consolidação do projeto profissional ocorreu na década de 1990, em que a categoria profissional materializou as mudanças que ocorreram ao longo do processo de renovação: na formação profissional com o crescimento da pós-graduação, na organização da categoria através das entidades organizativas (CFESS, ABEPSS, ENESSO) e nos fóruns deliberativos como CBAS, por exemplo. (TEIXEIRA e BRAZ, 1999 p. 195).

O desafio da categoria profissional é tornar o projeto ético-político um guia efetivo para o exercício profissional, por meio das dimensões organizativas, acadêmicas e legais que dão subsidio ao trabalho do assistente social. Para tanto, exige-se uma análise crítica da realidade e das condições em que se realiza a profissão, num radical esforço de “integrar o deve ser com a objetivação desse projeto”. No trabalho cotidiano o assistente social defronta-se com situações singulares dos usuários, e através do atendimento realiza as mediações com a universalidade dando uma direção política ao fazer profissional. É através disso que projeto do Serviço Social adquirir relevância.

“Seu potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações se transmutam em demandas sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações se transmutam em demandas sociais e profissionais. E com isto, avançar na legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais, reforçando a identidade do assistente social” (IAMAMOTO, 2007, p. 213).

O entendimento acerca do projeto profissional exige o conhecimento “das condições sócio históricas que circunscrevem o trabalho do assistente social na atualidade”, colocando os limites e possibilidades da materialização desse projeto. (IAMAMOTO, 2002, p. 45).

A efetivação do Projeto Ético-político nas ações do Conjunto CFESS/CRESS podem ser vistas na entrada dos anos 2000, quando ampliou suas ações político-profissionais visando à criação de estratégias de resistência, frente à ofensiva neoliberal, na perspectiva de fortalecer os direitos sociais conquistados historicamente pela classe trabalhadora no Brasil. A agenda política do Conjunto teve como eixo estratégico a defesa da Seguridade Social pública e dos direitos sociais voltados à construção de uma nova sociabilidade. (BEHRING, 2012, p. 18).

A defesa das políticas públicas abrangem os direitos previdenciários, à saúde pública de qualidade, e a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). As atividades do Conjunto estavam voltadas para expansão dos direitos sociais a população e o fortalecimento da atuação dos assistentes sociais nos órgãos relacionados à Seguridade Social, tendo como base os princípios do Projeto ético-político. (BRAGA, 2012, p. 25).

No que diz respeito a valorização da profissão, o conjunto CFESS/CRESS propôs ações direcionadas para a qualificação dos assistentes sociais, a partir de discussões coletivas voltadas a instrumentalidade teórica-metodológica, técnica e ético-política, com o objetivo de contribuir para uma atuação mais qualificada dos profissionais nos seus postos de trabalho.

Além de realizar essas discussões nos fóruns e seminários da categoria profissional, o Conjunto CFESS/CRESS preocupou-se em qualificar seus procedimentos de fiscalização ao exercício profissional: revisando seus instrumentais jurídicos, capacitando conselheiros e agentes fiscais; aperfeiçoando a sua estrutura organizativa através de seminários internos e visitas constantes aos conselhos regionais. (BRAGA, 2012, p. 25).

Na década de 2000 uma das ações de destaque do conjunto CFESS/CFESS foi criação do curso de capacitação “Ética em Movimento” que tinha como objetivo a qualificação profissional, a partir do aprofundamento dos elementos centrais que compõe o Projeto ético-político. Atualmente, esse curso é utilizado como estratégia das gestões dos Conselhos Regionais para a formação de agentes multiplicadores, que são formados por assistentes sociais da base, dos princípios éticos da profissão. (BEHRING, 2012, p. 18 e 19).

Outra dimensão que ganhou novos contornos nessa década foi a comunicação e a mídias sociais do Conjunto CFESS/CRESS, através da “articulação entre ética e estética” que está no documento denominado “A Beleza está nas ruas” que veio subsidiar a qualidade estética da apresentação das Campanhas do conjunto em forma de poesia, imagem e linguagens novas. (BEHRING, 2012, p. 20).

As ações do Conjunto CFESS/CRESS caminhou na direção das prerrogativas profissionais e da construção de uma agenda coletiva com as outras entidades profissionais, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Dessa maneira, o plano nacional do Conjunto no ano de 2002 estava fundamentado em dois grandes eixos de atuação: “a defesa das políticas públicas e da democracia; e a defesa e valorização da profissão e do assistente social.”²⁵ (BRAGA, 2012, p. 24).

Uma das principais bandeiras de luta do conjunto CFESS/CRESS na atualidade é a “luta por trabalho com direitos e a conquista das 30 horas semanais para os assistentes sociais”. A aprovação da Lei nº 12.317 de 26 de Agosto de 2010, que acrescentou dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social sem redução salarial. Foi uma das maiores conquistas dos últimos anos para a categoria profissional que discutia a redução desde a década de 80. A mobilização que reuniu 3000 assistentes sociais na Esplanada dos Ministérios em Brasília no ano 2010, durante o 13º CBAS, foi importantíssima para pressionar os parlamentares e aprovar o projeto de Lei que estava aguardando audiência desde 2008. (BOSCHETTI, 2012, p. 32).

Além da aprovação da carga horária de 30 horas para os assistentes sociais sem redução salarial, o CFESS aprovou onze resoluções, dentre elas: a regulamentação da supervisão direta de estágio; a normatização de emissão de laudos, pareceres e opiniões técnicas em conjunto com outros profissionais; o não reconhecimento da inquirição de crianças e adolescentes (metodologia Depoimento sem danos) como atribuição do assistente social; a vedação da realização de terapias associadas ao título e ou exercício profissional; a alteração do Código de Ética para garantir linguagem de gênero, dentre

²⁵ A análise da autora Léa Lúcia Cecílio Braga, diz respeito a gestão “Trabalho, Direitos e Democracia” (2002 a 2005).

outras resoluções que são importantíssimas para a fiscalização do exercício profissional. (BOSCHETTI, 2012, p. 33).

Como aludimos acima, o serviço de fiscalização foi modificado, a partir da década de 90, através da revisão normativa e jurídica da legislação, com a construção da PNF.

A PNF materializou o avanço teórico-metodológico do Conjunto CFESS/CRESS na trajetória histórica da profissão. Demonstrando através dos seus instrumentos normativos os avanços ético-políticos da categoria profissional, construídos no processo de renovação crítica do Serviço Social brasileiro.

Possui três dimensões indissociáveis que buscam a defesa da profissão e ampliação dos direitos sociais:

- *Dimensão afirmativa de princípios*: expressa um conjunto de estratégias referentes ao fortalecimento do projeto ético-político profissional através das prerrogativas profissionais voltadas para a defesa de direitos sociais historicamente conquistados.

- *Dimensão normativa disciplinadora*: consiste nas ações jurídico-normativas do Conjunto CFESS/CRESS para a apuração e notificação de ilegalidades nos diversos espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais com vistas às penalidades contidas no Código de Ética, em situações que indiquem violação da legislação profissional.

- *Dimensão político-pedagógica*: Refere-se à incorporação de procedimentos técnicos para a orientação política dos assistentes sociais, usuários, instituições e demais membros da sociedade civil sobre os princípios e compromissos ético-políticos do Serviço Social, na perspectiva da prevenção de violações de direito.

Para a qualificação das ações de orientação e fiscalização é necessário a valorização do processo construído pelo Conjunto CFESS/CRESS, em harmonia com as implicações da atuação profissional diante dos dilemas da atualidade, no ponto de vista da defesa, valorização e fortalecimento da profissão.

“Desta forma a centralidade da fiscalização é uma decisão coletiva respaldada no entendimento da sua organicidade com estratégias democráticas que reforçam a relevância pública da profissão e do

conjunto na sociedade.” (INSTRUMENTOS PARA A FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL, 2007, P. 47).

Numa conjuntura adversa formada pela “agudização dos efeitos da mundialização do capital e das desigualdades”, é imprescindível a criação de mecanismos de resistência, politização e organização da classe trabalhadora. Portanto, a PNF tem focado suas ações que “provoquem impactos político-pedagógicos significativos no exercício profissional na direção do fortalecimento do projeto ético-político profissional”. O processo histórico que resultou na Política Nacional de Fiscalização partiu das ações do Conjunto CFESS/CRESS em constituir um serviço público de orientação e fiscalização capaz de conter os compromissos e princípios ético-políticos do Serviço Social.

“Resultou do trânsito institucional corporativo e burocrático, para uma prática político-pedagógica e disciplinadora, associada a afirmação e concretização dos princípios da profissão e das lutas sócio-políticas no campo democrático. (INSTRUMENTOS PARA A FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL, 2007, P. 47).

O Serviço Social brasileiro, através do seu processo sócio histórico, conseguiu nas últimas décadas articular o desenvolvimento na área acadêmica e na organização profissional com as demandas postas na atualidade tendo como desafio a consolidação do Projeto ético-político “na contradição das determinações que incidem na atuação profissional em contextos específicos, na articulação entre formação e exercício profissional”.

Deste modo, a fiscalização do exercício profissional constrói ações que politizam as relações e permitem a prevenção e atuação sobre as violações ao Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993 e outros instrumentos jurídicos construídos democraticamente no Conjunto CFESS/CRESS. O caráter público da atuação do Conjunto configura-se como atividade precípua e exigência legal, a fiscalização do exercício profissional do assistente social regulada na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662 de 1993.

Dessa maneira, o Conjunto CFESS/CRESS baseado no Código de Ética e na defesa do Projeto ético-político busca na atualidade concentrar suas atividades em “um

firme propósito de não se calar diante da injustiça, da barbárie e das atrocidades cometidas diariamente contra os direitos humanos.” Dessa maneira, as ações do conjunto estão direcionadas a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. (BOSCHETTI, 2012, p. 28).

Portanto, essa pesquisa essa breve compreensão do protagonismo ético-político do Conjunto CFESS/CRESS na atualidade nos dá condição de entender as mudanças ocorridas na Seccional de Juiz de Fora, que no passado era denominada de 2ª Delegacia Regional.

3 A reconstrução histórica do CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora

O presente capítulo centra-se na reconstrução histórica do CRESS 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora, tendo como fonte privilegiada as entrevistas e depoimentos dos assistentes sociais que participaram da constituição da entidade entre 1975 a 1994. Além das atas e outros documentos históricos. Por meio da história oral analisaremos as bases sócio históricas e políticas que culminaram no surgimento da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora.

No próximo subitem trataremos sobre a formação profissional dos assistentes sociais que participaram da pesquisa acerca da reconstrução da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora. A finalidade de conhecer o desenvolvimento acadêmico e profissional das assistentes sociais é relacionar a história de vida com o processo de fundação da Seccional de Juiz de Fora.

3.1 A Formação Profissional das assistentes sociais entrevistadas

Neste subitem será abordado o processo de formação profissional das assistentes sociais que participaram da reconstrução da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora. Como já sinalizamos na introdução desta dissertação, entrevistamos assistentes sociais das seis primeiras gestões da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora, entre 1975 a 1994. Esse período compreende a fundação da entidade e a sua consolidação em consonância as

mudanças políticas e normativas do Conjunto CFESS/CRESS que foi apresentada no Capítulo III.

As seis assistentes sociais que realizaram as entrevistas para a reconstrução histórica fizeram sua graduação na Faculdade de Serviço Social em Juiz de Fora. Duas profissionais que participaram das primeiras gestões estudaram na Instituição antes da mesma ser inserida na UFJF, em 1974. As outras profissionais vivenciaram sua vida acadêmica com a Faculdade de Serviço Social inserida no campus universitário.

A primeira assistente social a ocupar o cargo de delegada na Delegacia de Juiz de Fora (Gestão 1975 a 1978) foi a assistente social Elisa de Oliveira Melo, 71 anos, nascida no dia 12 de agosto de 1945.

Elisa realizou sua graduação na Faculdade de Serviço Social, entre 1964 a 1968, período inicial da ditadura militar no Brasil. A Instituição de Ensino era coordenada pela organização católica das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado.

Formamos em 1968 e era uma profissão que eu gostava muito, sempre dei muito valor ao Serviço Social e dou até hoje, principalmente a prática e o exercício profissional. (Elisa de Oliveira Melo – Entrevistada).

Elisa trabalhou durante 13 anos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em Juiz de Fora e foi docente da Faculdade de Serviço Social e aposentou na Instituição.

Eu formei e fui trabalhar na Ação Social Arquidiocesana de Juiz de Fora a convite de uma fundação, atuei nessa instituição durante oito meses. Depois fiz um concurso para o INPS em 1970 e trabalhei por 13 anos. Ao mesmo tempo realizei supervisão de estágio na Faculdade de Serviço Social, que mais tarde foi agregada a UFJF e posteriormente federalizada. (Elisa de Oliveira Melo – Entrevistada).

De acordo com Elisa o curso de Serviço Social se localizava no centro da cidade de Juiz de Fora e naquele período estava bastante conturbado devido a ditadura militar.

“A faculdade ficava na Avenida Rio Branco, num prédio que tinha em frente à Rua Osvaldo Aranha numa casa. Foi ali que eu iniciei o curso de Serviço Social no ano de 1964, quando estoura a ditadura militar. Foi um curso muito confuso na época, devido a situação que o país estava passando, as questões não eram muito aprofundadas”. (Elisa de Oliveira Melo – Entrevistada)

Elisa relatou que o quadro docente da Faculdade foi perseguido pela ditadura e destacou que a cidade Juiz de Fora abrigou diversos batalhões do exército nesse período que eram locais de abertura de inquéritos e investigação policial dos militares.

“O curso de Serviço Social era muito precário por causa da situação política que o país estava passando. De repente alguém desaparecia... a Albertina foi simplesmente de um dia para a noite, e perguntaram cadê a direção? Não se sabe para onde foi. Ela teve que sair de Juiz de Fora, porque aqui era a 4ª região militar onde se realizavam os inquéritos, nessa cidadezinha de Juiz de Fora na praça Antônio Carlos, era uma situação muito delicada.” (Elisa de Oliveira Melo – Entrevistada)

Durante a entrevista Elisa recordou de um levantamento sócio econômico realizado na Faculdade de Serviço Social da UFJF, em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora. De acordo com a entrevistada, o professor Alexis Stepanenko veio a convite da Professora da faculdade de Serviço Social Albertina Brasil Santos por meio de um convênio internacional e foi importante para a Faculdade de Serviço Social que ainda estava iniciando a pesquisa nas ciências humanas.

Na época veio um professor que foi muito importante, não só para o curso de Serviço Social, mas também a UFJF que era muito pequena ainda, o nome dele era Alexis Stepanenko, que era sociólogo. Naquele período quem dirigia a Faculdade de Serviço Social eram as irmãs “missionárias de Jesus crucificado”. Logo que eu entrei havia uma diretora muito ativa que se chamava Albertina Brasil Santos foi ela que trouxe o Professor Alexis, para Juiz de Fora através de um convênio estabelecido com uma instituição internacional (Elisa de Oliveira Melo, entrevistada).

A pesquisa foi coordenada pelo sociólogo e professor Alexis Stepanenko²⁶ responsável pela elaboração do plano diretor da cidade de Juiz de Fora na gestão municipal do prefeito Itamar Franco. De acordo com Netto, a Faculdade foi vanguardista ao realizar a pesquisa sendo uma das primeiras instituições a fazer investigações desse porte na Universidade. Também ressaltou a importância do professor na pesquisa social em Juiz de Fora.

Quando, na Universidade Federal de Juiz de Fora, no que toca às ciências sociais, a pesquisa era secundária e residual, a Faculdade desempenha papel pioneiro: através da intervenção de um docente excepcionalmente dotado, a pesquisa adquire na Faculdade um estatuto central e desborda a própria Faculdade, possibilitando o primeiro levantamento socioeconômico rigoroso da cidade, patrocinado pelo governo municipal. O docente referido, Alexis Stepanenko, trouxe à Faculdade uma concepção de pesquisa sistemática, preparou discentes, articulou-se com outros pesquisadores e, graças a seu trabalho, bancado e sustentado pela Faculdade, Alexis Stepanenko introduziu de fato a pesquisa social científica nesta cidade. (NETTO, 2008, p.12).

Conforme o breve relato de Elisa sobre sua formação profissional pode-se afirmar que a entrevistada tinha consciência do contexto histórico complexo em que estava inserido o curso de Serviço Social de Juiz de Fora quando era estudante em 1964. A sua participação na pesquisa da Faculdade demonstrou que a mesma tinha apreço pela área acadêmica.

A segunda entrevistada foi a assistente social Eleni da Cunha Horta, 70 anos, aposentada, exerceu o cargo de Delegada entre 1978 a 1981, realizou a sua graduação entre 1971 a 1974 na Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, coordenada pelas Missionárias de Jesus Crucificado. Atuou como assistente social na Secretaria de Saúde do estado de Minas Gerais entre 1975 a 1996; e na Prefeitura de Juiz de Fora de 2006 a 2012.

Na entrevista a Delegada não abordou a sua formação profissional na Faculdade de Serviço Social, mas relatou brevemente a sua história com a profissão e as motivações que a levaram a fazer Serviço Social. Eleni era técnica de contabilidade e trabalhava num

²⁶Alexis Stepanenko nasceu em São Paulo em 1938 e chegou a ser o Ministério de Planejamento no governo Itamar Franco em 1993. Mais informações no link pesquisado no dia 22 de setembro de 2016 <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/stepanenko-alexis>.

Banco em Juiz de Fora e resolveu fazer o curso de Serviço Social por questões relacionadas ao seu cotidiano de vida em Juiz de Fora, como veremos a seguir:

Eu me formei em técnico de contabilidade e trabalhava no banco e tinha vontade de fazer um curso superior só que não tinha motivação para nenhum que apareceu e nem tinha conhecimento sobre os que tinham em Juiz de Fora. Até que entraram uns pivetes na minha casa e me roubaram uns objetos. A minha mãe se surpreendeu então raciocinei com ela. É uma pena eu ter perdido a minha calça lee, mas acontece que esses meninos são meninos que ficam rodando pela rua e tudo. Eu comentei com ela a minha insatisfação com essas crianças assim mal assistidas. Pensa bem né mãe!? são menino que fica perambulando pela rua também isso e aquilo, devia ter alguma coisa que ajudasse esses meninos. Foi aí que a minha mãe falou para mim, tem um curso inclusive é o curso de Serviço Social. Mas o que é isso? Ela não devia entender muito mas ela me deu uma visão incipiente do que seria. É um curso pra melhorar a sociedade e tal. E daí eu me interessei e fui saber e foi por aí que eu parti. (Eleni da Cunha Horta).

Em 1974 a Faculdade de Serviço Social vincula-se a UFJF, período que ocorreu a trajetória acadêmica da delegada Angélica Maria Salles de Freitas, aposentada, 63 anos, nasceu no dia 28 de junho 1953 e foi discente da Faculdade de Serviço Social entre 1974 a 1978, nesse período a Faculdade de Serviço Social já estava inserida na Universidade Federal de Juiz de Fora. Exerceu o cargo de Delegada entre 1981 a 1984. Realizou estágio curricular na Clínica São Domingos S/A e depois foi contratada para ser Assistente Social na mesma clínica em sua filial em Matias Barbosa. Em 1980 atuou profissionalmente durante uns meses substituindo uma colega na APAE. A instituição em que atuou por mais tempo foi a vara da Infância e Juventude de Juiz de Fora.

No ano de 1986 – reiniciei minhas atividades profissionais e fui trabalhar na cidade de Argirita na implantação do Serviço Social na Sociedade de Assistência Médico-Social naquela cidade. Em 1987 voltei para Juiz de Fora e fui trabalhar no Hospital Ana Nery. Em 1989 fui para o judiciário onde trabalhei no juizado de menores, atual juizado da infância e juventude, atendi durante a Vara da Família da Comarca de Juiz de Fora, mas a minha atuação maior foi na Vara da Infância e Juventude de Juiz de Fora, depois sai e me aposentei. (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

No seu depoimento acerca da Formação Profissional informou que o curso de Serviço Social era de qualidade, no que diz respeito a dimensão política, mas havia dicotomia na formação profissional entre a teoria e a prática.

“Entrei para cursar Serviço Social e tive uma boa formação ideológica e política da profissão, da qual tenho muito apreço. Passei por crises de amadurecimento sobre o “profissional do Serviço Social”. Tive muita influência da Faculdade de Serviço Social, a qual em algum momento teve uma linha de metodologia marxista, achávamos que íamos transformar o mundo, porque na verdade tivemos e vivemos um momento histórico de afirmação do profissional e da profissão. Repensar a prática profissional foi um desafio frente a teoria, que na época nos parecia uma dicotomia, de um lado a teoria e de outro a prática.” (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

A terceira entrevistada foi a assistente social Ana Arreguy Mourão, 69 anos, nasceu em 14 de abril de 1947, discente da Faculdade de Serviço Social entre 1973 a 1976, período em que a Faculdade de Serviço Social foi inserida no Campus Universitário em 1974.

“Quando eu comecei a estudar Serviço Social era na “casinha” na rua Santos Dumont. Eu pagava a faculdade pois ela não tinha sido federalizada, estava no processo de ser acampada na Universidade. Na verdade já tinha a Universidade mas a Faculdade de Serviço Social não estava dentro da Instituição. Nós pagávamos uma mensalidade, mas foi no último ano em 1973. A Madre Altiava era a diretora que batalhou muito para incluir a Faculdade de Serviço Social dentro da Universidade e nós conseguimos.” (Ana Maria Arreguy Mourão – Entrevistada).

Atuou como assistente social Instituto de Psicopatologia do Menor na cidade de Barbacena entre 1978 a 1984; na Prefeitura de Juiz de Fora entre 1984 a 1987 na Secretária de Bem Estar do Menor, foi Docente/Assistente da Faculdade de Serviço Social da UFJF em 1988 com ênfase em Fundamentos do Serviço Social. Realizou especialização em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora 1993 a 1996 e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro 2000 a 2002.

Depois que eu formei fiquei seis meses sem trabalhar e isso foi me incomodando. Conversei com a madre Altiava para cobrar dela, porque era a faculdade que indicava. Ainda não tínhamos a Constituição de

1988. Na Faculdade de Serviço Social não havia concurso era tudo indicação. Tinha até algum processo seletivo, mas concurso público não havia. Eu fui lá falei com a Madre Altiwa “a Sra. Precisa arrumar um lugar para mim eu preciso trabalhar”. Na semana seguinte me ligaram e fui trabalhar em Barbacena. Trabalhei na Saúde Mental uns 7 anos e foi uma experiência incrível, muito dolorida e difícil porque eu tinha que ficar atenta ao trabalho e as condições não eram ruins. (Ana Maria Arreguy Mourão – Entrevistada).

Exerceu o cargo de Delegada na gestão de 1984 a 1987, atuou no Sindicato Mineiro de Assistentes Sociais sub-sede de Juiz de Fora, depois participou de duas gestões do CFESS na década de 1990 e no período recente foi Coordenadora da Seccional de Juiz de Fora entre a 2011 a 2014 e atualmente está na gestão da Sede do CRESS 6ª Região em Belo Horizonte, 2014 a 2017.

Ana Mourão também explicou a formação profissional do Serviço Social na UFJF, formado nos dois ciclos básico e profissionalizante, e comentou que esse sistema enriquecia o aprendizado e estreitava os laços de companheirismo entre os discentes de outros curso de graduação.

“O currículo das ciências humanas era diferente e eu achava melhor do que está agora e vou te explicar o porquê. Você fazia o básico com todos os cursos das ciências sociais. As turmas que estavam nas ciências humanas eram juntas porque para fazer as matérias básicas a: Filosofia, Psicologia, Economia e todo aquele básico. Quando chegava no 5º período nós íamos para o Serviço Social e como não tinha espaço na Universidade nós íamos para a rua Santos Dumont, nós chamávamos de “casinha” e fazíamos do 5º ao 8º período lá. Era muito bom, primeiro porque estudávamos com pessoas diferentes no básico e com outras correntes do pensamento, era um espetáculo! E muito mais rico. Segundo, porque nós fazíamos “turma lá e turma cá”, porque tinha nossa turma das ciências sociais, da história e na “casinha” era só o Serviço Social.” (Ana Maria Arreguy Mourão – Entrevistada).

Ana complementou sua reflexão afirmando que foi adaptando-se gradativamente ao curso de Serviço Social durante a graduação e pôde perceber que o momento político brasileiro era extremamente difícil no contexto universitário, devido a ditadura militar. A partir do seu desenvolvimento acadêmico nas disciplinas da faculdade começou a entender o contexto do regime e sua intervenção nas Universidades. De acordo com ela docentes da faculdade de Serviço Social foram presos e exilados.

“Eu fui gostando do curso, cada vez que eu lia, estudava. Era uma época difícil uma coisa instigante para nós. Eu pelo menos não entendia muito aquele processo, porque eu fui criada numa cidade do interior e não acompanhava politicamente a história do país e depois começamos a entender a questão do sistema capitalista e da ordem social no Brasil e nós ficávamos com muito medo de acontecer alguma coisa, pois de vez em quando eles pediam a gente para ficar mais...ó (sentido de calado): “fica mais tranquilo porque o negócio tá ficando feio”. O José Paulo Netto, foi nosso professor na faculdade, de repente ele sumiu, ninguém sabia onde ele estava. A Madre Altiava (Diretora da Faculdade) chegou na sala e disse: “O José Paulo Netto não vai dar aula por uns tempos”. Nesse período ele já estava preso e depois ele foi exilado. Marilda e muitos outros professores também sofreram perseguição.” (Ana Maria Arreguy Mourão – Entrevistada).

Finalizando o relato da sua trajetória acadêmica informou que a sua base teórica e política foi construída na graduação e deu continuidade a esse processo no exercício profissional. Disse que o Serviço Social brasileiro, do ponto de vista burocrático, foi “beneficiado” durante a ditadura militar, principalmente com a expansão do mercado de trabalho, um das bases de fundação da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora.

Baseados em Netto (2005), afirmamos no segundo capítulo da dissertação que o crescimento do mercado de trabalho dos assistentes sociais na ditadura militar conduziu o exercício profissional para um outro patamar de exigência, pois os profissionais estavam inseridos em estruturas organizacionais mais complexas para responder as demandas sociais e as requisições impostas pela “modernização conservadora” que exigia um profissional técnico, burocrático capaz de responder de administrar de maneira “eficiente” as políticas sociais.

Ana Mourão considerou que o exercício profissional na vigência da ditadura militar era “limitado” e a categoria já articulava um processo de mudança dentro do Serviço Social, como apresentamos no Capítulo I no processo de renovação.

“Eu formei com essa base e nós desenvolvemos politicamente com uma questão muito difícil que era ser assistente social na época da ditadura. Burocraticamente o Serviço Social foi muito valorizado, pois eles reorganizaram todo o aparelho estatal. Havia muito emprego para os assistentes sociais, mas a ação profissional era mais limitada. Nós não podemos negar pois era organizado, porém já pensávamos num outro Serviço Social. (Ana Maria Arreguy Mourão – Entrevistada).

Abordando o final da década de 70, a entrevistada Leda Maria Leal, nasceu 07 de junho de 1961, 55 anos, fez a sua graduação, entre 1979 a 1983. Realizou especialização em Saúde Coletiva pela Fundação Ezequiel Dias (1983) e Saúde do Trabalhador pela Escola Nacional de Saúde Pública (1987), fez mestrado em Educação pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (1996 a 1998), doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Campus Assis (1999 a 2003) e pós-doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2011 a 2012).

Atuou como Assistente Social na Fundação Ezequiel Dias em Belo Horizonte (1986 a 1990); na Prefeitura de Juiz de Fora, Diretoria Regional de Saúde de Juiz de Fora e na Policlínica Regional de Saúde (1986 a 1990). É Professora associada III da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (1990). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase na saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: atenção primária à saúde, saúde da família, participação e controle, formação em serviço

Informou que teve “crises” durante a graduação, principalmente no quarto período e chegou a cogitar a saída do curso de Serviço Social alegando que o mesmo não tinha uma lógica de organização causado pela fragmentação, porém no quinto período, época de inserção do estágio em Serviço Social, abandonou essa ideia e formou-se em Serviço Social.

“Tive as crises quando chegou no quarto período, queria largar o curso. Acho que até por isso mesmo, pois era um curso que não fazia nenhum sentido. Nós tínhamos aula de economia e não sabia para que, tinha aula de sociologia e não sabia para que. Aí tive a crise, acho que hoje é mais ou menos nesse período. Fui fazer psicologia, mas não tive coragem de largar o Serviço Social e logo quando eu comecei no quinto período, que nós começávamos a fazer estágio, eu fui me identificando com a profissão e não quis largar o Serviço Social.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

Assim como as suas antecessoras, a mesma teceu suas opiniões sobre a estrutura curricular do curso de Serviço Social da UFJF. Diferentemente de Ana Mourão, na visão

da entrevistada o curso era fragmentado e essa estrutura tornava as turmas mais divididas. Destacou a divisão do curso em Caso, Grupo e Comunidade.

“Eu sou da época que era aquele curso fragmentado, os dois primeiros anos era o básico e os outros dois era o que chamávamos de profissionalizante. Os dois primeiros fazíamos aqui (UFJF) e os dois lá (Casinha) a gente não tinha integração nenhuma enquanto um grupo com os alunos, estudantes do início do curso enfim. Eu sou desse período, de uma formação muito compartimentalizada, nós tínhamos: Caso, Grupo e Comunidade. A minha formação na minha época era muito fragmentada.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

Durante a entrevista Leda abordou um fato que ocorreu durante o processo eleitoral, na década de 1980, que envolveu a Faculdade de Serviço Social da UFJF, o CRAS e o Sindicato de Juiz de Fora. Nesse período de reformulação curricular, Leda já estava participando da Delegacia e do Sindicatos em Juiz de Fora. O relato dessa experiência demonstrou o posicionamento político da Delegacia e do Sindicato com a formação profissional.

De acordo com Leda, na eleição para diretor na Faculdade de Serviço Social, em meados da década de 1980, haviam duas chapas concorrentes que tinham posicionamentos político-pedagógicos distintos. Durante o processo eleitoral a gestão da delegacia e do Sindicato escolheu apoiar uma das chapas que defendiam um projeto político alinhado com os preceitos da Delegacia e do Sindicato. O apoio aberto a um determinado projeto causou um descontentamento entre os docentes que defendiam outro projeto pedagógico. Para esse grupo a delegacia e o sindicato não deveriam manifestar apoio a nenhuma na eleição para Diretor da Faculdade de Serviço Social. Contudo a Delegacia e o Sindicato entendiam que a defesa de um determinado projeto pedagógico era totalmente legítimo. Como esclarece a entrevistada:

“Estava tendo eleição na faculdade de Serviço Social era a professora Elisa, e tenho quase que certeza que era a Professora Meire Sartori, que eram as cabeças de chapa. E nós entendíamos que o CRAS na época e o próprio sindicato nós de alguma forma... a questão da formação profissional também tinha a ver com a gente. E nós nos intrometemos na eleição da faculdade, intrometemos em que sentido, nós apoiamos abertamente uma determinada candidata, isso gerou uma polemica muito grande porque os professores, sobretudo aqueles

mais simpatizantes da outra chapa, achavam que não era uma discussão que nos cabia e nós não tínhamos que estar se manifestando com relação a isso.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

Embora soubessem que não tinham direito a voto na eleição para diretor na Faculdade de Serviço Social, os profissionais da Delegacia e do Sindicato continuaram sua campanha, pois compreendiam que a Formação Profissional era objeto do CRAS.

“E nós entendíamos assim: que nós deveríamos e poderíamos se manifestar apoiando, acho que é entre aspas, porque nós não tínhamos acho que nenhum, como não tem, poder de voto e de interferir nesse processo. Mas nós entendíamos que sim. A questão da formação profissional passava por esses órgãos da categoria também. E isso gerou muito problema, foi muito polêmico eu me lembro da gente ir lá na casinha, vários professores ficaram muito incomodados com a nossa intromissão, entre aspas.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

O fato relatado acima foi marcante para a entrevistada no sentido de trazer a reflexão sobre a formação profissional e qual era o perfil de assistentes sociais que estavam sendo formados na década de 1980.

“Isso foi o que mais ficou para mim, porque gerou uma discussão muito grande dentro do próprio CRAS e do sindicato, nessa misturada, do nosso papel e isso levou a gente a pensar no processo de formação que tipo de profissional que era importante formar, então é isso que mais me vem. E quando nós nos manifestamos sabíamos que não tínhamos um espaço de interferência, que era uma questão interna, como é até hoje, mas nós entendíamos que devíamos de alguma forma participar desse processo se manifestar com a proposta que nós entendíamos que era a mais condizente com o perfil de profissional que a gente queria.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

Ao ser arguida sobre quais eram o projeto político das chapas para a direção da Faculdade, disse que não se recordava. Ressaltou que o momento político era de discussão e reflexão dentro do Serviço Social e também no Brasil com as “Diretas Já” e a Constituinte.

“Não lembro. É muito tempo (risos). Eu acho que foi um momento importante nosso, da gente discutir mais isso e que eu acho que tem a haver com o momento político que nós vivíamos, de organização da categoria, o Código de Ética, estávamos caminhando para uma revisão, criação dos sindicatos e um momento político mais amplo que estávamos nesse processo já estava vindo as “Diretas Já”, a Constituinte chegando.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

Para Leda o posicionamento da Delegacia, em apoiar uma determinada candidata nas eleições da faculdade de Serviço Social foi um fato novo para a categoria profissional. Acrescentou que atualmente essa atitude não seria vista de maneira negativa, porque o Conselho acompanha e debate a formação profissional.

Cabe destacar que a revisão do ciclo básico e profissionalizante da Faculdade, foi assessorado pelos Docentes José Paulo Netto e Marilda Iamamoto Vilela. O Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS) também contribuiu no debate e essa articulação culminou, na década de 1990, com a realização da Semana do Assistente Social, organizada pelos estudantes, professores e CRAS. (CASTRO e NAVARRO, 2011).

A entrevistada Rosely da gestão, 1987 a 1990, vivenciou um período de mudança da Faculdade de Serviço Social em que a mesma passa vincular-se definitivamente a Universidade Federal de Juiz de Fora. A transferência das disciplinas específicas do Serviço Social para a UFJF foi uma experiência para os estudantes e isso motivou a turma da entrevistada.

“A faculdade era na rua Santos Dumont, eu fiquei aqui um período ou dois no máximo e foi a transição, e teve algumas coisas históricas e nós sempre achamos que a nossa época foi a mais importante, da faculdade para o espaço da Universidade. A minha turma viveu intensamente a Universidade porque era a entrada, era novo.” (Rosely Salomão Condé – Entrevistada).

Com a mudança, a entrevistada vivenciou intensamente o campus universitário participando de disciplinas acadêmicas em diversos cursos. Para a ela a Universidade possibilitou uma liberdade que ela nunca havia experimentado em sua vida. Rosely relatou que teve uma aproximação com os discentes das Ciências Humanas e considerava positivo para a sua formação profissional.

“Fui uma aluna de graduação que entrava na faculdade de manhã e saía de noite. Eu fiz matéria na geografia, na história, sociologia, na Engenharia e participava da Semana da Economia. A gente vivia aquilo porque era tudo muito novo. Saímos de uma casinha na Rua Santos Dumont só a gente onde não tinha nada para viver. “Aquele mundo era de completa liberdade foi ali que nós vimos o significado da palavra Universidade. Essa vivência universitária me fez ter contato com pessoas de outros cursos, especialmente do ICH, que foram os meus grandes amigos do período da Universidade.” (Rosely Salomão Condé – Entrevistada).

De acordo com a entrevistada, o seu desempenho enquanto aluna era regular, pois não chegou a ser reprovada em nenhuma disciplina, mesmo participando de outros espaços estudantis na UFJF. Além disso, a sua formação política iniciou-se no seio de sua família, isto é, o seu irmão era militante e foi um fundadores do Partido dos Trabalhadores em Juiz de Fora. A influência familiar facilitou o processo de aproximação da entrevistada com o movimento estudantil do Serviço Social e também do Diretório Central Acadêmico (DCE) da UFJF.

“E detalhe, nunca fui “caxias” não, nunca fui aluna de fechar prova, mas nunca tomei pau sempre fui uma boa aluna, com essa vivência toda participava de tudo. “Eu tinha um irmão que tinha uma formação partidária, de participação política, ele era do DCE. Eu fui ver o meu irmão como um líder estudantil e ele foi um dos fundadores do PT em Juiz de Fora.” A admiração com o meu irmão me fez aproximar de pessoas com mesmos ideais dele e comecei a participar do movimento estudantil dentro da Faculdade no DA e fiz parte de três chapas no DCE. Participei com garra com vontade.” (Rosely Salomão Condé – Entrevistada).

Rosely informou que fez estágio numa Organização Não-Governamental (ONG) de Juiz de Fora chamada Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH). A inserção nessa instituição coadunou com os interesses da entrevistada no que concerne a participação política, os direitos humanos, aproximação direta com os movimentos sociais, no caso o movimento sem teto e os movimentos pró-constituente que naquele período faziam parte da agenda das organizações para a construção da Constituição de 1988.

“Nós éramos todas estagiárias do CDDH, local onde nós vivenciávamos na prática um pouco dessa luta política e os direitos humanos, era um estágio concorrido. Eu lembro quando eu fiz a entrevista, quantas alunas fizeram a entrevista, eram 4 vagas e eu passei, achei o máximo de ter passado no concurso naquele campo de estágio, e dali comecei a viver o movimento sem teto em Juiz de Fora, sempre envolvida com essa luta. Movimento Popular pró-constituente onde íamos na rua pegar assinatura de moradia popular de emendas populares para constituinte, enfim a vivência foi ali.” (Rosely Salomão Condé – Entrevistada).

A entrevistada ressaltou que sua vida acadêmica sempre esteve atrelada a militância política o que foi decisiva para a sua atuação enquanto assistente social mantendo assim o seu posicionamento político e isso aconteceu não só com ela mais com outras colegas que participaram do movimento estudantil. O contexto político vivenciado pela entrevistada era de discussão acerca da Constituição Federal de 1988. Nesse período, havia uma intensa participação política de sindicatos e movimentos sociais para a conquista de direitos sociais para os trabalhadores.

A minha parte acadêmica foi muito vinculada a luta estudantil e como estudante nunca fui monitora, mas fui uma boa aluna, participante. “Todas nós que tivemos essa participação mantivemos uma prática muito coerente com aquilo que a gente viveu é isso que segura a gente muito nessa linha. Todo nós até hoje vinculados a alguma coisa”. (Rosely Salomão Condé – Entrevistada).

Finalizando a reflexão deste subitem entendemos que no seu surgimento a Faculdade de Serviço Social em Juiz de Fora, ficava num local isolado e distante da dinâmica universitária, como foi relatado pelas entrevistadas o curso se localizava na “casinha” na rua Santos Dumont. Posteriormente passou a dividir espaço com outros cursos de graduação defendendo um projeto pedagógico dentro do campus, apresentando um corpo docente organizado e uma estrutura acadêmica condizente com os avanços alcançados pelo Serviço Social ao longo de sua história. Na atualidade a Faculdade de Serviço Social da UFJF conseguiu avançar na pesquisa, extensão e ensino na graduação e na pós-graduação, inclusive influenciando processo políticos na UFJF seja na organização política dos docentes, seja no movimento estudantil. Como afirma Netto (2008).

Assinalando o protagonismo de Jaime Snoeck e das Missionárias e indicando uns poucos marcos temporais, quis apenas sugerir que entre a aula inaugural de 16 de maio de 1958 e a realidade contemporânea da Faculdade, esta escola dos dias atuais, parece haver um abismo: a pequena e isolada escola da Avenida Rio Branco constitui hoje, como parte da Universidade Federal de Juiz de Fora, uma unidade acadêmica que dispõe de invejável estatuto, reconhecido no quadro nacional da formação de assistentes sociais, que propicia cursos de graduação e pós-graduação, que participa ativamente dos debates profissionais, que conta com um corpo docente qualificado e titulado. (NETTO, 2008).

Portanto, a trajetória acadêmica das assistentes sociais nos mostra a importância da formação profissional para a vinculação com as entidades organizativas da categoria. Nos depoimentos percebemos a influência do período histórico da ditadura militar; das mudanças curriculares da Faculdade; a transição de um espaço da Igreja Católica para o circuito universitário; as divergências existentes entre o CRAS e a Faculdade; a vivência na Universidade e o movimento estudantil. Todos esses fatores fizeram parte da experiência das entrevistadas e contribuíram para o amadurecimento político das mesmas.

3.2 O processo de fundação da Seccional de Juiz de Fora

O CRAS-MG foi criado no dia 21 de Setembro de 1963, na cidade de Belo Horizonte, tinha a função de fiscalizar o exercício profissional dos assistentes sociais de Minas Gerais. Além disso, realizava inscrições dos profissionais formados no estado do Espírito Santo, que emancipou-se de Minas Gerais em 1983. Um dos principais desafios da primeira gestão no início de funcionamento era cadastrar os assistentes sociais que trabalhavam nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O surgimento do CRAS 6ª Região teve a contribuição da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC - MG), que realizou a primeira eleição da diretoria do CRAS da 6ª Região.

Em 1975, doze anos depois da criação da Sede em Belo Horizonte, no dia 14 de março foi inaugurada a 2ª Delegacia de Juiz de Fora, a 1ª Delegacia de Minas Gerais estava localizado no estado do Espírito Santo. Delegacia era o termo utilizado para

denominar as repartições descentralizadas dos Conselhos Regionais, atualmente são chamadas de Seccionais. A solenidade de fundação da Delegacia, foi realizada às 20h no auditório Centro Cultural do Pró-música, contou com a presença de representantes do CFAS o Presidente do, Sr. Luiz Henrique Pedreira e uma diretora Maria Elisa Araújo, do CRAS 6ª Região a Delegada Sr. Cléia Faria Medeiros. Naquele período o CFAS havia 10 conselhos regionais de Serviço Social. Cabe destacar que na época o então senador Itamar Franco foi homenageado nessa solenidade como “amigo da classe”.

A Delegacia de Juiz de Fora no início de suas atividades não tinha uma sede própria. Diante disso, a Faculdade de Serviço Social cedeu uma de suas salas para o atendimento aos profissionais e a realização de reuniões da diretoria. Naquele período a Delegacia não tinha recursos financeiros para custear o aluguel de um espaço, contratar funcionários administrativos e adquirir equipamentos de escritório.

Cabe esclarecer que Delegacia é uma repartição pública ou instalação em que o delegado desempenha suas funções e coordena a atividade policial de uma determinada área. A partir dessa definição pode-se afirmar que o local relaciona-se com noções de vigilância, punição e estabelecimento da ordem. Essas definições estavam presentes na estrutura do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS) após a regulamentação do Serviço Social em 1957, conforme descrito no capítulo II desta dissertação. Como veremos no decorrer deste estudo com fontes orais concluiremos que a Delegacia de Juiz de Fora também imprimiu em alguns momentos ações baseadas nesses conceitos, ou seja, na fiscalização somente punitiva aos assistentes sociais.

A primeira diretoria da Delegacia de Juiz de Fora era formada pela Delegada/Coordenadora a assistente social Elisa de Oliveira Mello. A Diretoria era formada pela Secretária Luzia Helena Gomes, Tesoureira Maria Elizabeth Lopes Britto (saiu no início da gestão, sendo substituída pela assistente social Ângela Maria Menezes de Azevedo). Posteriormente a diretoria foi acrescida por três suplentes, as assistentes sociais: Ana Maria Costa Amoroso, Eleni da Cunha Horta e Maria da Graça David.

De acordo com o depoimento da primeira Delegada, Elisa de Oliveira Melo, um dos fatores preponderantes que culminaram no surgimento da entidade em 1975 foi o crescimento do números de assistentes sociais atuantes na Zona da Mata Mineira e a mobilização política desses profissionais que atuavam nos mais diversos espaços sócio

ocupacionais. Além disso, a Delegacia contou com o apoio da Faculdade de Serviço Social para ter um espaço de reuniões e atendimento.

“A profissão estava ficando muito significativa em Juiz de Fora, muito importante no sentido de ter muita participação, não de status de forma alguma. Um grupo de assistentes sociais do SESI com outros profissionais resolveram fazer um movimento para criar a delegacia do Conselho Regional de Assistentes Sociais, porém não tinham “um tostão furado”, não havia verba, não havia nada. Então a Altiya Pantoja Paixão que era diretora da Faculdade de Serviço Social cedeu uma sala para funcionar a delegacia. Durante muito tempo na minha gestão a Delegacia funcionou na Faculdade de Serviço Social e teve muito apoio da mesma, isso eu não tenho dúvida e eu já era Supervisora da Faculdade. Por conta disso teve muita vinculação.” (Elisa de Oliveira Melo – Entrevistada)

A mobilização dos assistentes sociais para criar a Delegacia foi permeada não só pelas dificuldades financeiras, mas pelo contexto social brasileiro que vivenciava onze anos de ditadura militar em 1975.

“Naquela época era CRAS e eu vou contar para vocês a história, como se deu a implantação dessa delegacia. Foi por volta de 1974 e 1975. Em 1975 um grupo de profissionais assistentes sociais resolveram fazer uma mobilização para criar em Juiz de Fora a Delegacia. (...) nós estávamos em plena ditadura militar no governo Geisel em 1975 e depois o governo Médici numa época de repressão. Vários colegas nossos foram presos aqui em Juiz de Fora.” (Depoimento de Elisa de Oliveira Melo no evento de 40 anos da Seccional de Juiz de Fora).

Devido a intensa repressão do estado no período da ditadura militar o processo de construção da Delegacia aconteceu de maneira “discreta”. De acordo com Elisa, o Serviço Social era umas das profissões das ciências sociais aplicadas que “representavam risco” para os aparelhos repressivos do Estado. Em Juiz de Fora houve perseguição política, tortura e alguns docentes e profissionais foram exilados. José Paulo Netto, foi exilado e Marilda Iamamoto Vilela foi presa e torturada pelo regime militar.

“Devido a essa questão da repressão que nós vivíamos foi criada a Delegacia para mobilizar a categoria profissional de Juiz de Fora. Mas mobilizar de uma forma muito pacata e serena, uma vez que todos de olhos estavam dirigidos para nós, para o Serviço Social, que era a profissão revolucionária e de transformação social.” (Depoimento de Elisa de Oliveira Melo no evento de 40 anos da Seccional de Juiz de Fora).

De acordo com Elisa, o objetivo central da primeira gestão era manter o funcionamento administrativo da Delegacia:

“A Delegacia funcionou uma certa época numa pequena sala da Faculdade de Serviço Social que estava localizada na Rua Santos Dumont, 214. Nós tínhamos simplesmente uma sala emprestada e nada mais. Qual foi a nossa função? Foi simplesmente consolidar e tentar manter a Delegacia.” (Depoimento de Elisa de Oliveira Melo no evento de 40 anos da Seccional de Juiz de Fora).

A Delegacia de Juiz de Fora utilizou a sala da Faculdade de Serviço Social durante toda a primeira gestão (1975 a 1978). Em 1978 a diretoria da segunda gestão (1978 a 1981) alugou a primeira Sede que ficava no edifício Top Center no centro da cidade de Juiz de Fora:

“Eu passei o cargo para Eleni (1978) e ela foi a primeira a montar uma sala para a delegacia, alugada no edifício Top Center retirando um pouco aquela ideia que a Delegacia está muito vinculada a Faculdade. Naquela época o curso de Serviço Social não era federalizado, mas mesmo assim tinha muita influência no CRAS. E nós valorizávamos isso.” (Elisa de oliveira Melo – Entrevistada).

Ao ser questionada sobre como foi o processo de mobilização e a formação da primeira diretoria respondeu que não partiu dela, a mesma foi escolhida por assistentes sociais que atuavam em Juiz de Fora, não houve eleição. Um dos objetivos da sua gestão foi aglutinar a categoria profissional e criar um “consenso” entre os assistentes sociais, apesar das divergências que existiam naquele momento.

“A mobilização não foi minha, vou ser franca, eu fui escolhida. Estava trabalhando feito uma “condenada” na época, mas eles deram o meu

nome e eu fiquei, não soube negar.” Durante a minha gestão a nossa mobilização foi congregar o maior número de profissionais possível possibilitando uma certa unidade, que não era de pensamento, pois estávamos numa época muito difícil, da ditadura militar, do governo Geisel, as coisas eram muito submersas a verdade era essa.” (Elisa de Oliveira Melo, Entrevistada)

No que diz respeito ao funcionamento da Delegacia e o seu cotidiano, a diretoria realizou reuniões semanais e havia pouca participação dos assistentes sociais da base, não havia funcionários da área administrativa e a fiscalização do exercício também era precária.

“Não tinha uma participação efetiva porque não dava tempo e nós não tínhamos nem base para tal. Tínhamos reuniões quinzenais e semanais, de acordo com a necessidade. Uma participação efetiva como vocês tem agora de forma alguma, era muito incipiente, não vou negar para você, porque não tínhamos funcionários, não tínhamos nada, nós tínhamos um contínuo e olhe lá, que ia procurar anuidade. Não havia uma fiscalização tão grande porque não tínhamos a base para isso. Nós simplesmente criamos com a cara e a coragem.” (Elisa de Oliveira Melo, Entrevistada).

A relação político-administrativa entre a Delegacia e a Sede do CRAS 6ª Região em Belo Horizonte, na visão de Elisa havia um diálogo respeitoso com os representantes da Sede e uma vez por ano havia uma reunião entre os diretores do estado de Minas Gerais. Naquela época a Presidente do CRAS 6ª Região na Sede em Belo Horizonte era Sinhorinha Maria de Macedo que tinha sido eleita em maio de 1975.

“Nós tínhamos uma reunião anual para dar informações, isso sempre existiu uma relação de paridade. Na época quem era a Presidente do CRAS em Belo Horizonte era a Sinhorinha, profissional do INPS.” (Elisa de Oliveira Melo, Entrevistada).

Analisando o depoimento de Elisa e os registros históricos de jornais da época e da ata de fundação, pode-se afirmar que a 2ª Delegacia é fruto da mobilização de um grupo de assistentes sociais, que atuavam nos diversos sócio ocupacionais de Juiz de Fora e Região, principalmente na área municipal e federal. Essa mobilização no contexto da

ditadura militar, tem como uma das bases o crescimento do mercado de trabalho dos assistentes sociais. Como aludimos no capítulo I desta dissertação, a partir de Netto (2005), sob égide da “modernização conservadora”.

Também é necessário pontuar que em meados da década de 1970 o Serviço Social em Juiz de Fora estava consolidado, havia um bom contingente profissional e a Faculdade de Serviço Social estava inserida na UFJF desde 1974. A Faculdade de Serviço Social teve um papel importante na construção do órgão regional de fiscalização de Juiz de Fora, pois cedeu uma sala para as reuniões da diretoria e ao longo da história de consolidação da Delegacia/Seccional participou no fortalecimento da categoria na Zona da Mata mineira.

Portanto, a primeira gestão da delegacia teve o papel de consolidar a entidade na Zona da Mata Mineira iniciando um processo de fortalecimento da entidade e da categoria na região.

Em março de 1979 a diretoria da Delegacia de Juiz de Fora – gestão de 1978 a 1981 - era composta pela Delegada – Eleni da Cunha Horta, pela Secretária Maria da Graça David e pela Tesoureira Ana Maria Costa Amoroso Lima. A Presidente do CRAS 6ª Região nesse período era Cléo Bauer.

O depoimento sobre a segunda gestão foi dado pela Delegada Eleni da Cunha Horta que formou em 1974 na Faculdade de Serviço Social e participou de duas gestões na delegacia.

“Em 1975 eu já estava formada, formei em 1974. Nós estávamos com aquele “sangue novo”, procurando emprego e tudo mais. Eu comecei a trabalhar em outubro de 1975, estava disponível ainda, estava trabalhando até no banco. Eu era muito atuante, era líder na minha sala, fui oradora de turma e tudo. Das treze alunas eu tinha certo grau de liderança.” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

No seu depoimento Eleni disse que na primeira gestão não teve uma atuação tão efetiva e reiterou que não houve eleição na primeira e segunda gestão. A entrada da delegada ocorreu por meio de uma escolha interna das diretoras que já estavam na primeira gestão:

Enquanto suplente eu não me lembro de ter atuado acho que fiquei mais assim, igual vice-presidente (risos), mas na retaguarda caso precisasse. Eu não lembro de ter “arregaçado as mangas. A criação da delegacia em si eu não participei, quando eu soube já estavam criando. Então a Elisa foi escolhida e não houve eleição ela foi nomeada. Quando a Elisa entregou o mandato, então automaticamente as três que eram suplentes, nós também não fomos eleitas. Nessa época nem existia eleição. (Eleni da Cunha Horta - Entrevistada)

No que diz respeito ao espaço físico da delegacia informou que na Faculdade de Serviço Social a Delegacia utilizava a sala dos professores que cediam o espaço quando não havia reuniões:

“Mas era tudo na faculdade, porque a gente não tinha sede. Então era tudo numa salinha na sala dos professores, ali na rua Santos Dumont, onde funcionava a faculdade de Serviço Social. A Elisa brincava tinha duas caixas de papelão e ela falava: “aqui é a nossa sede (risos)”, porque a sala não era de nossa propriedade. A sala era dos professores, só que num determinado dia eles cediam o espaço “vocês querem reunir? A faculdade teve a generosidade de nos emprestar quando a gente precisasse de um ponto fixo pra gente poder se reunir.” (Eleni da Cunha Horta - Entrevistada)

A primeira gestão da delegacia deixou a incumbência de aquisição de uma sede própria para a gestão de 1978 a 1981. Os assistentes sociais da Zona da Mata Mineira reivindicavam uma nova sede desde 1975, isso não foi possível devido a questões financeiras do CRAS 6ª Região. Após diversas solicitações da categoria ao CRAS em Belo Horizonte a nova sede da Delegacia foi inaugurada no dia 06 de janeiro de 1981 às 20h, na Avenida Rio Branco 1863, no edifício Top Center:

“A Elisa quando passou a gestão pra nós em 1978 colocou que a meta da gente seria fundar uma sede: “Agora vocês tem que brigar porque nesse três anos eu tentei e não consegui”. Logo imediatamente eu comecei a ter contatos em Belo Horizonte e foi quando a gente conseguiu uma verba para montar a sala ali no Top Center.” (Eleni da Cunha Horta Entrevistada)

A partir da aquisição de uma nova sede a Delegacia conseguiu ter condições mínimas de funcionamento e passou a planejar a construção de uma área de abrangência para delimitar quais eram os municípios da jurisdição de Juiz de Fora.

“A primeira proposta foi a seguinte, como eu trabalhava na Regional da saúde eu tinha uma visão que para atuar numa região tinha que ter uma área física determinada, não era a parte administrativa, mas uma área de abrangência de atuação da Delegacia, tinha que ter a Sede, naturalmente, e tinha que ter catalogado que eram as pessoas que estavam ali e eu não tinha isso.” (Eleni da Cunha Horta Entrevistada)

A construção da primeira área de abrangência da Delegacia de Juiz de Fora teve a autorização da Sede em Belo Horizonte. O órgão concedeu autonomia para Eleni desenvolver esse trabalho de catalogação dos municípios e a mesma contou com os conhecimentos de uma geógrafa. Naquele período a 2ª Delegacia de Juiz de Fora, abrangia 83 municípios da Zona da Mata Mineira.

“Então eu perguntei a Delegada Cléo Bauer, que era Presidente na época, se eu poderia definir e eu perguntei pra ela qual? Mas ela também não sabia (risos). Naquela época Minas Gerais tinha 722 municípios, desses o que é meu e o que não é. Ela falou define aí e tal. Eu defini uma área de municípios. Eu tinha uma amiga que era geógrafa, ela está viva hoje Denise Bretas. Eu falei Denise faz uma mapa pra mim. Eu perguntei a Cléo se podia pagar com serviço mesmo. Aí a Denise fez. Eu dei pra ela os municípios baseado na minha experiência do serviço. A Cléo o que eu mandasse ela ia aceita. Ela me “dava corda” (risos) ela foi muito boa. Ela confiava em mim.” (Eleni da Cunha Horta - Entrevistada)

Após o termino da composição de uma área de jurisdição da Delegacia, a diretoria formulou um comunicado para ser enviado a alguns municípios da Zona da Mata mineira. Nesse ofício a Delegacia informou aos Prefeitos a função do CRAS, solicitava o nome dos profissionais e o número de registro dos assistentes sociais que atuavam naquele município. Após o envio foi constatado casos de exercício ilegal da profissão.

“A medida que eu defini essa área e que a Denise fez o mapa pra mim, eu peguei e mandei uma carta no meu nome enquanto delegada pra todos os prefeitos desses municípios apresentando: “a partir de agora nós somos delegadas e gostaria que o Senhor me informasse o nome dos assistentes sociais que atuam no seu município, bem como o número do registro” e foi interessantíssimo porque aí eu recebi n. nomes que eram assistentes sociais. E não era “má fé” não. Porque antes era assim: “eu faço “trabalho social” sou assistente social”. Alguns não responderam e sempre quando não mandava eu cobrava. Isso aí eu conseguia mandar também usando o meu serviço porque eu tinha lá o nomes dos Prefeitos.” (Eleni da Cunha Horta Entrevistada)

A busca ativa por assistentes sociais dos municípios próximos a Juiz de Fora foi uma forma de combater o exercício ilegal da profissão e aumentar a arrecadação financeira da Delegacia, por meio do pagamento das anuidades dos profissionais inadimplentes. Os recursos das anuidades dos profissionais eram anotados e havia mensalmente a prestação de contas para a Sede em Belo Horizonte.

“Durante o mês eu fazia um livro-caixa para prestar contas porque eles me mandavam um cheque, com esses valor eu tinha que pagar o aluguel, eles mandavam uma quantidade de selo porque eu tinha uma cota para gastar e mandavam aquela cartela se eu quisesse mandar correspondência então eu não podia esgotar ali. Tinha um negócio que eu ia registrando tudo tipo um balancete como além de assistente social eu era técnica de contabilidade eu tinha facilidade de fazer isso então eu mesmo fazia de noite”. (Eleni da Cunha Horta- Entrevistada).

Nesse período Eleni atuava numa perspectiva de fiscalizar os assistentes sociais inadimplentes quanto as suas anuidades, bem como aqueles que exerciam a profissão sem estarem inscritos no CRAS 6ª Região - Delegacia de Juiz de Fora. No seu depoimento constatamos que a mesma se baseava num tendência a fiscalização punitiva aos profissionais e sua postura “rígida” e “enérgica” com relação a fiscalização aos profissionais teve como consequência a saída de três assistentes sociais da gestão que não concordavam com a sua atitude na Delegacia. No relato abaixo retiramos o nome das profissionais por questão ética e substituímos por Primavera, Verão e Inverno.

Eu comecei a controlar e a olhar aquelas que estavam listadas e quem estava pagando e aí que vem a história da saída da Primavera e da

Verão. A inverno estava comigo mas não lembro o dia que ela saiu mas mais ou menos um ano. Quando eu inaugurei a coisa ela não estava mais comigo que eu lembro que fui eu e inverno que era suplente. Quando nós inauguramos a sala (Top Center) as meninas não estavam mais, elas ficaram comigo por pouco tempo só no primeiro ano do mandato porque aí tinha uma moça que trabalhava na Prefeitura no Pronto Socorro assistente social formada, que a gente conhecia e ela não estava inscrita no conselho. Eu mandei uma cartinha pra ela que se fez de “morta”. Eu telefonei para a Prefeitura todo dia lá do meu serviço, eu telefonava porque era o horário que eu tinha. (...)

Um desses dias eu peguei fiz diferente telefonei para a Prefeitura e perguntei os nomes das assistentes sociais e tal, quando eles falaram o nome dela eu falei assim: - “você sabe que essa moça não é assistente social ela não está inscrita”. Não tinha agente fiscal era eu mesmo no caso era eu a Primavera. - “Se não se inscrever até a data tal a Prefeitura vai ser multada”. Eles deram uma prensa na menina que se abriu em prantos e falou que eu era um monstro para as colegas de trabalho, e todo mundo achou que ela estava certíssima pois era uma menina pobre que estava começando a trabalhar. A Primavera e a coisa vieram pra cima de mim. - “O Eleni coitada da fulana”. Eu falei gente espera aí razão e coração. Qual é a nossa função aqui precípua? É fiscalizar o exercício ilegal da profissão e não fiz de surpresa eu falei com ela. Tenho muita pena, mas que ela arrume um dinheiro emprestado, pois ela está ganhando e não era o primeiro mês, já estava a mais de um ano exercendo a profissão. Ela já está ganhando e tem que regularizar. Ela está sendo injusta com as colegas dela. - “Ah mais não é assim a gente podia dar um prazo” (as outras delegadas). Só faltaram falar assim você é um monstro, mas não brigaram comigo, tanto falei com você antes, adoro a Primavera. Mas assim não brigaram, mas por este motivo houve esse desentendimento nesse aspecto profissional. Elas não falaram que era por causa disso, “isso aí é muito chato”, “o conselho tá tomando muito tempo dá gente” (diretoras argumentaram). Eu não sei se a Primavera já estava dando aula, a Verão já estava quase noiva pra casar e pediram para sair e me deixaram sozinha. Eu pensei bem, mas não vou voltar atrás porque senão o que é isso? Eu estou fazendo um negócio direitinho, estou escrevendo a coisa e uma colega aqui nas “nossas barbas”, a função é essa e assim que vai ser. Elas saíram e a Zuléia era suplente e ficou com muita pena de mim e ela me deu razão e falou: “Eleni você está certa ou você faz o serviço direito ou não faz e eu vou te ajudar”. (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

Nessa parte da entrevista podemos inferir que houve uma ruptura no início da gestão de 1978 a 1981. A saída das assistentes sócias foi decisiva para o conteúdo apreendido pelas profissionais que continuaram na Delegacia refletindo assim na relação da entidade com a Sede do CRAS 6ª Região, a Faculdade de Serviço Social, o Sindicato de Assistentes Sociais e a categoria profissional.

No início da década de 1980 a Delegacia se fortaleceu administrativamente, principalmente após a inauguração da primeira sede da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora localizada no edifício “Top Center”. De acordo com Eleni havia um escasso material de escritório para o exercício das atividades da diretoria.

“Presidente do CRAS mandou um arquivo de pasta suspensa de quatro gavetas, máquina de escrever naquela época não tinha computador tinha uma três ou quatro coisas e uma mesinha de datilografia, foi isso.” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

Com relação as atividades desenvolvidas pela gestão, Eleni informou que não houve nenhuma ação política mais abrangente naquele período, devido à falta de recursos financeiros e de uma estrutura física adequada. As diretoras dividiam o seu tempo de participação com os seus respectivos empregos, o que dificultou uma presença mais intensa no cotidiano da entidade. Dessa maneira, a segunda gestão (1978 a 1981) teve como marca a criação de uma estrutura mínima para as atividades burocráticas e administrativas do Conselho.

“Resumindo a minha gestão pode ser caracterizada como a gestão que criou e inaugurou uma Sede física, que fez a circunscrição da Delegacia e definiu a área de jurisdição e tentou listar esses profissionais que estavam nessa área de abrangência, através de contatos com Prefeituras. Poderíamos ter chamado as colegas e criado comissões, mas não tinha esse espaço na época.” (Eleni da Cunha Horta- Entrevistada).

A vinculação entre a Delegacia e a faculdade de Serviço Social, na gestão 1978 a 1981, não ultrapassou a relação institucional, como foi dito anteriormente, a Faculdade cedeu uma sala para as reuniões da delegacia. Eleni, acrescentou que durante a organização da área de abrangência não convocou a faculdade e montou com outra diretora as composições administrativas que eram necessárias e possíveis naquele momento histórico. Também não houve nenhum evento em conjunto entre a Delegacia e a Faculdade nesse período.

“Era muito incipiente. Primeiro, a vinculação era mais pela utilização do espaço e pela proximidade física. Na elaboração da jurisdição a

faculdade não se envolveu nisso, ou talvez eu não tenha convocado, talvez eu tenha sido autoritária, mas alguém tinha que definir e aí como eu te falei como eu estava baseada na minha experiência lá do regional, “eu sei fazer isso aqui e pronto!” Mas eu lembro que eu perguntei a Zuléia também, foi muito em cima da minha montagem. Como não teve evento, automaticamente nós íamos chamar a faculdade. Não teve nenhum evento que a gente tivesse promovido para poder vincular isso. E fora isso a faculdade se tinha algum evento convidava a gente, mas não lembro de nenhuma atuação integrada. Não havia uma conjunção de forças para fazer algum evento que justificasse dizer comum de dois.” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

Além de informar que não houve atividades com a faculdade na sua gestão, Eleni reconheceu durante o seu depoimento que a profissão no início da década de 80 passou por uma intensa mudança em todas as suas esferas. E acrescentou que mesmo naquela conjuntura política tanto a delegacia quanto a Sede em Belo Horizonte mantiveram o foco nas ações técnicas e burocráticas e não se envolveram nas questões políticas.

“Os profissionais já estavam partindo por um momento mais agressivo. Enquanto delegacia a nossa gestão era muito técnica e a Cléo também em Belo Horizonte era tudo assim era prestar conta do que estava cobrando, durante a nossa gestão não teve um envolvimento político uma participação política do CRAS perante a mudança toda que estava ocorrendo.” (Eleni da Cunha Horta Entrevistada)

No ano de 1980, havia cerca de 1500 profissionais inscritos no CRAS 6ª Região, desses 200 estavam registrados na Delegacia, 175 atuavam em Juiz de Fora. De acordo com a segunda delegada a participação política era mínima naquele período, por causa da ditadura militar. Para Eleni quem deveria fomentar a participação era os sindicatos de assistentes sociais, isto é, o CRAS deveria somente fiscalizar o exercício profissional.

“Nós estamos falando da época da ditadura, o conselho de Juiz de Fora era assim: “Nós vamos seguir as normas técnicas”, o sindicato era que fomentava isso tudo. O conselho era uma entidade voltada para a normatização.” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

No que diz respeito ao depoimento de Eleni sobre a organização sindical, consideramos que o sindicato de Minas Gerais e a sub-sede de Juiz de Fora, que

descreveremos mais adiante, foram importantes para a consolidação da Delegacia. O posicionamento da profissional com relação a função dos Conselhos regionais nos remete ao capítulo II desta dissertação, em que descrevemos sobre o caráter estritamente punitivo dos Conselhos profissionais do Serviço Social. Além disso, a profissional possuía uma posição técnica e defendia uma inexistente “asepsia política” nos conselhos profissionais.

Com relação ao posicionamento político do CRAS 6ª Região em Belo Horizonte, a delegada disse que não participou dos bastidores da Sede e não conseguia distinguir qual era o projeto político defendido pelos diretores. A delegada suspeita que eles não eram atrelados ao governo da ditadura militar, pois não faziam nenhuma menção dessa natureza. Na visão e opinião de Eleni o CRAS 6ª Região não era lugar de discussões políticas era um órgão técnico. Esse papel político deveria ser realizado por movimentos sociais ou sindicatos.

“Na minha visão eu não percebia a atuação política deles. Eu não frequentava os bastidores de Belo Horizonte para saber isso. Enquanto relação de delegacia eles não se manifestavam, se não eles poderiam pedir pra mim faça um encontro aí, você não acha? Se eles tivessem interesse político em boicotar o governo eles diriam: “nós vamos mandar uma pessoa aí para fazer uma palestra” só que não fazia. Pelo contrário, nunca ficavam perguntando e questionando, não lembro de ter essa conversa em política: “como que é você está sendo pressionada?” Na verdade eu não militava, até um trocadilho “eu me limitava a cumprir” (risos). Isso aqui é um órgão mais técnico, “quer política vai para o sindicato ou então movimentos”. Eu fiquei praticamente sozinha e depois com a Zuléia “eu não tinha asas para voar”. (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

Uma das principais conquistas da gestão de 1978 a 1981, foi a aquisição de uma sede para a Delegacia no Edifício Top Center, desmembrando o CRAS da Faculdade de Serviço Social. Houve a criação de uma área de abrangência para a Delegacia de Juiz de Fora expandindo a fiscalização do exercício profissional para outros municípios. No depoimento da entrevistada percebe-se que a segunda gestão da Delegacia tinha uma visão burocrática e pragmática sobre as ações do Conselho.

Por fim, a visão da profissional aproxima-se da perspectiva modernizadora, principalmente em aspectos relacionados a centralidade da burocratização da atividade

da delegacia, isto é, na visão de Eleni os Conselhos de Fiscalização do Serviço Social tinham como prioridade máxima a fiscalização em detrimento do viés político.

Na gestão 1981 a 1984, observamos uma postura diferente da Delegada anterior. A diretoria da Delegacia do CRAS 6ª Região triênio 1981 a 1984 – foi composta pelas assistentes sociais: Presidente: Angélica Maria Salles de Freitas – Secretária: Veraluce Sales de Souza Ramos – Tesoureira: Marylande Loures de Rezende – 1ª Suplente: Maria Margarida Guedes Arcuri – 2ª Suplente: Laura Maria de Andrade Mascarenhas – 3ª Suplente: Andréia Maria Picorelli de Assis. (Ata, Pag. 020 1ª e 2ª folha, 21/08/1981). Entrevistamos a Delegada Angélica Maria Salles de Freitas.

Antes de abordarmos o depoimento da entrevistada salientamos que logo no início dessa gestão houve uma reunião, dia 25 de Agosto de 1981, com os representantes do CRAS 6ª Região em Belo Horizonte, os diretores da Delegacia de Juiz de Fora e assistentes sociais da base, que discutiu a avaliação da gestão da delegacia desde a sua fundação em 1975 e a falta de participação política dos assistentes sociais na Delegacia. A delegada Elisa de Oliveira Melo (1975 a 1978) estava presente nessa reunião.

Uma das assistentes sociais de base presentes na reunião, chamada Wanya Raimundo Xavier analisou a falta de participação dos assistentes sociais na Delegacia com relação a própria formação das chapas da gestão, de acordo com a mesma: *“muitos não assumem a nova diretoria (1981 a 1984) devido à falta de disponibilidade, pois trabalham em dois horários”*. Destacou que existia uma ausência de um *“sentimento profissional”*, que levava o assistente social a não contribuir politicamente no Conselho. Para melhorar a participação dos assistentes sociais a profissional sugeriu a realização de um trabalho de base durante a formação profissional: *“É necessário um trabalho de base, preparar nos bancos da faculdade os dirigentes do CRAS”*. (Ata, pag. 020 e 021, 25/08/1981).

Ao final da discussão, a presidente do CRAS 6ª Região informou que a Delegacia tinha até o final do mês de agosto para estruturar seus quadros políticos, se isso não acontecesse a entidade seria fechada. Diante disso, as diretoras da Delegacia convocaram diversos profissionais, naquela mesma semana, para participar de uma reunião, mesmo que alguns profissionais não assumissem nenhum cargo. (Ata, pag. 020 e 021, 25/08/1981). A gestão do CRAS 6ª Região – 1981 a 1983 – começou a gestão com o desafio de manter o funcionamento e ampliar os quadros políticos da Delegacia em Juiz de Fora.

Como vimos nos capítulos anteriores, a década de 80 foi um período de grandes mobilizações sociais dos trabalhadores, através dos sindicatos e movimentos sociais na luta pela redemocratização e pela ampliação dos direitos sociais no Brasil, no período da ditadura militar. O referido contexto influenciou o Serviço Social brasileiro e fortaleceu o projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo.

A entrevistada Angélica Maria Salles de Freitas é formada na Faculdade de Serviço Social em Juiz de Fora e teve o primeiro contato com a delegacia na década de 1980. A mesma iniciou sua trajetória política quando estava afastada de suas atividades laborativas, devido a questões de cunho pessoal.

“Estava grávida e no período de 1980 a 1985 tive meus filhos, ficando apenas como militante na profissão e foi assim que no triênio 81 a 83 assumi a Delegacia Seccional do CRAS (CRESS). Quando me formei fui logo admitida para trabalhar na profissão, já conhecia a delegacia de Juiz de Fora e tinha conhecimento de todos os nossos órgãos de classe (CRAS 6ª Região, CFAS) e já tinha me inscrito no mesmo. Em 1980 quando tive meus filhos não exerci a profissão diretamente, mas não deixei de militar na área”. (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

Conforme dito anteriormente, no período de formação da gestão (1981 a 1984) dizia respeito a continuidade da Delegacia em Juiz de Fora, que desde a sua fundação tinha dificuldade de manter as funções precípuas por causa da falta de recursos humanos e financeiros. Diante disso, a gestão participou de algumas reuniões em Belo Horizonte com o objetivo de reivindicar junto a Sede a importância da delegacia para a categoria profissional na Zona da Mata Mineira.

“A delegacia iria ser fechada caso ninguém assumisse foi então que nasceu essa chapa (triênio 81 a 83), como eu tinha disponibilidade de horário fiquei como delegada e minha colega Veraluce Sales Souza Ramos foi secretaria. Todas as reuniões do CRAS – 6ª Região (CRESS) comparecíamos em Belo Horizonte, ora eu, ora a Vera, mas eu tive que assumir quase todas. Funcionávamos no Edifício Top Center na Avenida Rio Branco, numa pequena sala com uma funcionária, orçamento restrito, tudo dependíamos da sede em BH”. (Angélica Salles de Freitas– Entrevistada)

As reivindicações da diretoria também eram direcionadas aos gastos financeiros da Sede em Belo Horizonte, pois naquele período o CRAS-MG era responsável pelas inscrições dos assistentes sociais do estado do Espírito Santo. Para Angélica a administração de outro estado onerou financeiramente o CRAS 6ª Região.

“Naquela época o CRAS 6ª Região englobava a região do Espírito Santo, veja bem como era difícil para o CRAS 6ª Região, o qual mantinha orçamentariamente à região do Espírito Santo e a Seccional de Juiz de Fora. Tudo dependíamos de BH.” (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

Angélica relatou que no período da sua gestão houve o apoio da faculdade de Serviço Social nas atividades da Delegacia. Um dos eventos realizados foi a “Semana do Serviço Social”, nos dias de 10 a 15 de maio de 1981.

“Mantínhamos uma relação muito próxima com a Faculdade de Serviço Social da UFJF o que nos facilitava de certa maneira ajudando-nos na tarefa cotidiana de manter a Seccional nas atividades rotineiras (registro, participação em eventos e envio de correspondências para a categoria).” (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

Outra discussão da diretoria da Delegacia com os membros da Sede era sobre a autonomia administrativa e a possibilidade de desmembramento. Na reflexão sobre o tema, o grupo de diretores de Juiz de Fora não prosseguiu com esse pensamento e concluiu que a cisão entre a Delegacia e a Sede poderia prejudicar os profissionais da Zona da Mata mineira.

“Avançamos uma discussão na Sede em um dado momento, no sentido de desvincularmos de BH, termos autonomia para realizar nosso trabalho, eventos, mas amadurecemos a discussão para a uma reflexão ética, na qual pensamos que não seria uma decisão política-administrativa que iria favorecer a categoria como um todo (os registrados da cidade de Juiz de Fora e da Zona da Mata Mineira), ou seja os que pertenciam a nossa Seccional.” (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

Para Angélica o quadro político de sua gestão, 1981 a 1983, teve como características: 1) pouca participação política dos assistentes sociais; 2) baixa arrecadação financeira da Delegacia 3) pressão política-administrativa da Sede sob a entidade em Juiz de Fora. Esses três fatores foram determinantes para que o principal desafio da gestão fosse manter o funcionamento da entidade.

“Então, resumindo: Tínhamos dificuldade de mobilização da categoria, como por exemplo: os profissionais das cidades da zona da mata, por motivo de espaço geográfico. O desafio principal naquela época era a questão orçamentária, a precariedade de funcionários e manter a Seccional de Juiz de Fora aberta funcionando e atendendo a categoria e não deixar a Sede em BH fechar a nossa seccional em Juiz de Fora, porque alguns encontros em BH, algumas vezes haviam falas isoladas que caminhava nesse sentido, mas não aconteceu graças a Deus!” (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

Angélica descreveu no seu relato oral que a diretoria comprometeu-se, juntamente com outros profissionais, a estar ao lado dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

“Ao assumir a Seccional de Juiz de Fora, nos posicionamos com os profissionais enquanto órgão de classe, comprometidos com a profissão, com os movimentos sociais ao lado dos direitos daqueles que lutavam para tê-los.” (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

A partir do relato acima, pode-se constatar que existia uma diferença acentuada na condução da gestão e no posicionamento político de Angélica com relação a sua antecessora, ou seja, ambas defendiam projetos profissionais diferentes. A entrevistada Eleni (1978 a 1981) tinha como principal objetivo na gestão o fortalecimento burocrático e administrativo da Delegacia e de afastamento das questões políticas. Enquanto Angélica compreendia a Delegacia como órgão político e que articulava com outras instituições.

Portanto, de acordo com Angélica havia naquele período (década de 1980) a necessidade de demarcar um posicionamento político de maneira direta e explícita para a categoria profissional. Embora houvesse um temor com relação a perseguição política da ditadura militar, para a entrevistada havia um levante renovado dos trabalhadores, por meio dos sindicatos e movimentos sociais no país. A mesma exemplificou essas

mudanças na sociedade brasileira, destacando a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), do movimento das “Diretas Já” e da eleição de Tancredo Neves em meados da década de 1980.

“Tínhamos que nos posicionarmos “mostrar a cara” e no ano de 1980 ainda se tinha um certo “receio”, não é bem essa palavra, de nos comprometer a falar, mas o país estava passando por mudanças, o povo clamava, a classe trabalhadora estava mais forte, haja vista que foi no Congresso dos assistentes sociais em 1980 no Anhembi em São Paulo, a virada que houve e a apresentação da força sindical, a fala dos sindicalistas que houve a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1981 o movimento das “Diretas Já”. Em 1982 a eleição de Tancredo Neves. Assim, como vemos, o Brasil foi modificando os movimentos sociais criando força e nossa categoria também criando força e estando mais presente nos movimentos sociais (e sem vergonha de ser feliz).” (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

Na compreensão das entrevistada, parte dos assistentes sociais e organismos da categoria assumiram a efervescência das lutas e acreditaram na força dos trabalhadores como responsáveis pelas mudanças no país.

“A categoria profissional, bem como, seus órgãos de classe, tomaram consciência que o momento era de assumir um compromisso efetivo junto a classe trabalhadora, junto aos oprimidos desse país.” (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

No último ano de gestão houve uma reunião no dia 8 de Março de 1984, período de eleição do CRAS 6ª Região. A Diretoria da 2ª Delegacia de Juiz de Fora discutiu novamente a falta de participação política dos assistentes sociais e a possibilidade de extinção do órgão no município, caso não houvesse uma mudança no quadro político. Veja abaixo o relato realizado pela Delegada Angélica Maria Salles de Freitas nessa reunião:

“Na oportunidade chegou-se à conclusão de que, na realidade existe por parte dos Assistentes Sociais um desinteresse generalizado com referência a manutenção da Delegacia, o que ocasionou até mesmo questionamento se valeria ou não a pena dar continuidade ao trabalho

de manutenção da mesma”. (Angélica Maria Salles de Freitas-Entrevistada).

Diante dessa constatação e reflexão da Delegada, os diretores deliberaram por fazer visitas a diversas instituições de Juiz de Fora para publicizar aos assistentes sociais os problemas que a delegacia estava enfrentando e solicitar apoio dos mesmos para formar uma chapa e assim manter o funcionamento da Delegacia em Juiz de Fora. Após as visitas, a diretoria marcou uma nova reunião para verificar a resposta dos profissionais. As instituições que foram visitadas foram: Centro Regional de Saúde, Prefeitura de Juiz de Fora, INPS, Penitenciária, SESI e Faculdade de Serviço Social da UFJF. (Ata, Pag. 032 1ª e 2ª folha, 8/03/1984)

Resumindo, a construção da gestão de 1981 a 1984 aconteceu num momento em que a Delegacia buscou fortalecer suas ações e ampliar a participação dos assistentes sociais. Verificamos que a Sede em Belo Horizonte questionou a continuidade da Delegacia em Juiz de Fora devido as dificuldades financeiras da entidade. Estas situações obrigou os diretores de Juiz de Fora a criar estratégias para fortalecer a gestão e manter o funcionamento da Delegacia. Uma dessas ações foi buscar assistentes sociais, nos seus espaços sócio ocupacionais, dispostos a contribuir com a Delegacia. O movimento foi positivo e quadros políticos foram formados em meados da década de 1980.

A diretoria da 2ª Delegacia no triênio de 1984 a 1987, empossada no dia 10 de agosto de 1984, era composta pelas assistentes sociais: Delegada - Ana Maria Arreguy Mourão, Secretária Brenda Mara Duarte Sálvio, Tesoureira – Alda Cristina Macedo de Oliveira, 1ª Suplente Márcia Augusto de Oliveira, 2ª Suplente – Márcia Paiva e 3ª Suplente Maria Helena de Oliveira. Obtivemos o depoimento da assistente social Ana Maria Arreguy Mourão.

Durante a entrevista Ana Mourão falou sobre a gestão da Seccional e questionou logo no início a palavra “Delegacia”, nomenclatura utilizada para definir a repartição de Juiz de Fora do CRAS 6ª Região. A diretora alertou sobre a necessidade de distinguir essas concepções e criticou o termo delegacia.

“Você está fazendo essa diferenciação não é? Você deve fazer essa diferenciação de nome por causa da mudança de pensamento e concepção, pois era delegacia, a que ponto que nós chegamos?”

(Questionamento quanto ao termo delegacia). Os conselhos eram chamados de delegacias. A mudança ocorreu quando mudou o estatuto do CFESS e dos CRESS. (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada).

Como já sinalizamos na introdução deste capítulo o termo delegacia referia-se ao caráter fiscalizador e punitivo do CFAS e dos CRAS em sua gênese em 1957. A partir das mudanças políticas e normativas materializadas no Código de Ética e na Lei de Regulamentação de 1993, temos dentre várias alterações, a modificação das nomenclaturas para conjunto CFESS/CRESS. Além disso, no artigo 12º alínea 2 desta Lei determina que as extensões dos Conselhos Regionais denominam-se “Delegacia Seccional”, ou seja, houve um acréscimo, pois antes eram somente Delegacia.

No ano de 2005 houve a supressão do termo Delegacia e a manutenção do termo Seccional, por meio da Resolução CFESS nº 468 de 2005 que *“Altera a designação das “Delegacias Seccionais”, que passam a se denominar “Seccionais”*. A finalidade dessa Resolução era estabelecer a distinção entre Seccional e Delegacia, pois a palavra delegacia remetia-se diretamente a ação de uma espécie de “polícia”, o que comprometia a imagem social do Conselho perante a categoria e a sociedade civil e não refletia as perspectivas políticas do Conjunto CFESS/CRESS, conforme o Projeto ético-político profissional. Além disso a Resolução modificou o cargo de “Delegado” para “Coordenador da Seccional”.

“Considerando que a designação em questão, por não raras vezes, tem levado e induzido à confusão àqueles a procuram as Delegacias Seccionais para buscar a prestação jurisdicional de competência dos Conselhos Regionais de Profissões Regulamentadas, até porque é extremamente comum confundir as “delegacias seccionais” com as “delegacias de polícia”. (RESOLUÇÃO CFESS, 468 de 2005).

Retornando ao conteúdo da entrevista, Ana Mourão após questionar a nomenclatura da entidade em Juiz de Fora, relatou que aproximou-se da Delegacia por causa da sua atuação no sindicato de assistentes sociais de Minas Gerais (SASEMG). A entidade realizou reuniões no mesmo espaço físico da Delegacia. O contexto político era de enfraquecimento dos sindicatos dos assistentes sociais, após a decisão coletiva dos conjuntos dos sindicatos que formavam a Central Única dos Trabalhadores (CUT) pela inserção sindical por ramo de produção. Analisamos esse fato no capítulo II, por meio da

reflexão de Abramides e Cabral²⁷. Ana Mourão já visualizava a extinção dos sindicatos, por conta das mudanças sociais no Brasil que afetavam a profissão.

“Eu conheci a delegacia porque o sindicato não tinha Sede própria e nós fazíamos reunião na delegacia, quando os sindicatos foram perdendo força se extinguindo. Nós já sabíamos que nós não tínhamos futuro como sindicato, por causa da mudanças sociais. Além disso, houve a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que veio com outra proposta sindical e nós tínhamos identidade com essa proposta. A CUT foi uma organização muito influente. Os assistentes sociais ajudaram a criar a CUT e o PT.” (Ana Maria Arreguy Mourão-Entrevistada)

Prosseguindo no seu raciocínio acerca da sua inserção na Delegacia, Ana disse que teve uma conversa muito importante com a delegada Angélica da gestão anterior (1981 a 1984) que relatou que não continuaria na próxima gestão e estava pensando no nome de Ana Mourão para assumir a Coordenação da Delegacia. Os argumentos utilizados por Angélica para convence-la foi ressaltar sua liderança na Prefeitura de Juiz de Fora. Ao final do diálogo, Ana Mourão condicionou sua participação a formação de um grupo de apoio que conduziu as ações da gestão da Delegacia entre 1984 a 1987. Com a formação desse grupo Ana Mourão aceitou o convite de ser Delegada.

“Eu tive esse grupo de apoio e nós fomos para o CRAS e eu entrei na delegacia. Mas não era como é atualmente era bem diferente. Era aquele serviço burocrático, mas nós tínhamos discussões sindicais. Nós entrávamos e programávamos eventos e ficava aquela coisa meio mesclada e nós tínhamos uma secretária. Havia uma secretaria no sindicato, isso era separado e no CRAS havia apenas uma funcionária que fazia inscrição. O pagamento das anuidades era na Delegacia.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada)

Durante a entrevista Ana Mourão relatou brevemente sobre o regimento do conjunto CFESS/CRESS e suas modificações ao longo da história, tendo por base as transformações políticas que ocorreram no Serviço Social brasileiro na década de 1980. E completou afirmando que a profissão não tinha uma discussão aprofundada acerca das lutas pela expansão das políticas sociais e dos direitos sociais para os trabalhadores.

²⁷ Livro Novo Sindicalismo e Serviço Social das autoras Abramides e Cabral de 1995.

“Quando mudou a perspectiva do Serviço Social nós começamos a arrumar a documentação, mudar o regimento do Conselho Federal, os regimentos dos CRESS e uma nova reformulação dos conselhos. Não havia essa preocupação de fazer essa política por direitos sociais. Depois de 1988 que começa.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada)

A relação político-administrativa entre a Delegacia e a Sede em Belo Horizonte na perspectiva de Ana Mourão era conflituosa. A gestão da Delegacia buscava autonomia administrativa para realizar suas ações, contudo isso nunca aconteceu e não está previsto juridicamente nos regimentos no Conselho Federal e nos Conselhos Regionais de Serviço Social. Ressaltou a dificuldade da Sede em compreender o papel da Delegacia/Seccional enquanto integrante do CRAS/CRESS 6ª Região. Salientou que reivindicou junto a Sede uma estrutura física adequada para a Delegacia de Juiz de Fora.

“Sempre tensa, por questões de compreensão, como até hoje existe. Nós queríamos ter autonomia e não era previsto autonomia no regimento como não é até hoje. Há uma dificuldade enorme deles entenderem isso. Nós éramos o CRAS também, a ideia é essa, nós somos Seccionais, mas nós somos CRESS, somos um apêndice do conselho. Nós brigamos muito para comprar uma Sede em Juiz de Fora, suamos. Todas as gestões que vieram depois foi uma luta para comprar.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada)

De acordo com a entrevistada a relação interpessoal entre a Sede e a Delegacia era de respeito, porém havia entraves na relação institucional.

“As relações sociais eram cordiais, nos tratávamos bem, mas as relações funcionais e essa dificuldade que tem hoje já haviam antes.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada)

Ana Mourão informou que conseguia ter acesso a Sede por causa do seu histórico de participação em diversos espaços da categoria profissional e progressivamente a gestão da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora foi ganhando espaço nas discussões políticas junto a Sede.

“Pelo fato de eu ter participado do Sindicato e ter tido essa trajetória toda de participação tive uma certa facilidade, pois eu conhecia as pessoas que estavam no CRAS e também no Sindicato com a gente, eu discuti muito isso lá. Eles sempre falavam assim: “É o CRAS e o interior” atualmente pararam de falar isso, agora fala Seccional de Juiz de Fora. Quando você começa a chamar a pessoa pelo nome correto é porque alguma coisa mudou. Como se o interior fosse uma coisa menor.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada)

Ao ser perguntada sobre qual era o projeto político da Sede, Ana Mourão respondeu que não havia discussões com esse termos naquele período. A Delegacia realizava um atendimento de qualidade aos assistentes sociais.

“Não tinha projeto político nenhum, nós não tínhamos chegado nessa concepção do projeto, o currículo foi mudado em 1982, o “novo currículo” repensar um Serviço Social comprometido com as causas populares. Quando eu fui delegada em 1984 havia uma preocupação com um bom atendimento aos profissionais, que as carteiras chegassem a tempo e uma prática respeitosa junto aos assistentes sociais, mas não havia projeto.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada)

De acordo com Ana Mourão a relação entre a faculdade de Serviço Social e a Delegacia era meramente formal. Apontou que nos currículos das Instituições de Ensino de Serviço Social a organização política da categoria não era abordada nas disciplinas, o que distanciou ainda mais a academia dos Conselhos Profissionais de Serviço Social.

“Não havia tanto entrosamento de faculdade com o CRESS, como nós temos agora. E quando havia, a faculdade promovia e chamava a gente para representar e falar 5 minutos, não havia aproximação e nem os currículos discutiam isso, porque o código de ética estava no processo de modificação.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada)

Na década de 1990 as entidades da categoria profissional passaram a articular-se de maneira mais orgânica, pois antes havia uma separação entre a formação e o exercício profissional. De acordo, com Ana Mourão o CRAS e a ABESS não construíam pautas em comum. Ocorria também um desprezo pelas pautas estudantis.

“Nos anos de 1980 houve uma reformulação do Serviço Social e nos anos de 1990 é que ocorrem as consequências dessa reformulação que veio trazer essa nova formatação das entidades, nova no sentido de promover os encontros regionais da ABEPSS, com o conselho, isso não existia! O conselho era o conselho, a ABESS era a ABESS, havia muito atrito. “Ah tem que chamar estudante?” Eu ficava pasma falava, gente! (Risos) pelo amor de Deus se nós não chamarmos os estudantes, nós estamos formando quem?!” (Ana Maria Arreguy Mourão-Entrevistada)

Para Ana Mourão o Projeto Ético-Político é uma construção histórica da categoria sendo forjada democraticamente, como discurremos no Capítulo II desta dissertação. Ressaltou que as mudanças ocorridas no Conselho Profissional do Serviço Social aconteceu de forma democrática, diferente de outros conselhos profissionais.

“Esse projeto foi sendo escrito pela história, pelos debates e encontros que nós íamos fazendo. A maioria da profissão concordou, teve gente que não gostou mas teve que engolir, porque se tem uma coisa que nós temos que destacar é a nossa prática democrática, sempre! A história dos conselhos é complicada, a diretoria resolve o povo tem que cumprir a OAB é assim e outros conselhos também. O nosso não “é de baixo para cima” é o nosso diferencial que nos faz acreditar que essa é a melhor prática.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada)

De acordo com a entrevistada em meados da década de 1980 as discussões ideológicas estavam presentes no Serviço Social e havia uma disputa política dentro da categoria que envolveu a militância profissional em partidos políticos. Para ela esse debate suscitava a discussão sobre o emparelhamento partidário no Serviço Social.

“Como a categoria estava dividida entre o PT e o PC do B, sempre a esquerda né! que é o maior equívoco que eu acho, partido político dividido da mesma tendência, mas enfim até hoje tem não é? Deu problema na categoria porquê...A Marilda até fez uma chamada um texto dela falando sobre isso nós não podíamos partidizar a profissão que precisava acabar com esse equívoco, ela fez várias palestras “olha gente não é por aí” porque isso é extremamente equivocado, o profissional não tem partido, a categoria, você pode fazer essa diferenciação. E que foi acabando aos poucos também. Mas ainda há grupos não como era antes porque era assim rachado no meio: “Era do PC do B não pode confiar” umas coisa muito...porque nós

estávamos só começando a ter uma prática democrática, até hoje é difícil.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada)

No relato acima Ana faz uma crítica ao que ela denomina de “partidarização” do Serviço Social. No Capítulo II abordamos que os projetos profissionais possuem uma ineliminável dimensão política, e esta não significa a atuação de um partido político, mas corresponde há algo mais amplo que envolve posições ideológicas. Compreendemos que os projetos profissionais deve ter autonomia de partidos e governos.

Sabe-se que a dimensão política da profissão não se confunde com o partido político, pois se trata de uma categoria profissional cravejada por diferenças sociais e ideológicas. Não se identifica também com as relações de poder entre governados e governantes, ainda 29 que o assistente social também possa exercer funções de governo; e nem o Serviço Social se confunde com a política social, está uma atribuição do Estado e dos governos, sem menosprezar essa mediação essencial do trabalho profissional. (CFESS, 2009, p. 28).

Para a entrevistada a década de 1980 foi um período fértil para o processo de politização da categoria que conseguiu de maneira coletiva romper com o conservadorismo no interior do Serviço Social.

“Esse período propiciou a formação política da categoria, pois havia aquela que advinha de um encaminhamento conservador, foi um rompimento, a grande maioria do Serviço Social e é até hoje que não é a “grande” mas é a maioria possui um nível de politização que vai tendo a partir da participação.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada).

Sobre a participação política dos assistentes sociais nas entidades representativas do Serviço Social Ana afirmou que a politização da categoria depende da vontade da mesma através de escolhas conscientes. Ressaltou que o reconhecimento dos assistentes sociais enquanto trabalhadores assalariados foi importante para as lutas da classe trabalhadora no Brasil e para o fortalecimento das pautas específicas da profissão.

“Não adianta, que nós não politizamos ninguém se a pessoa não quiser participar. A partir disso quando nós entramos nos grandes movimentos, na luta dos trabalhadores, nós tivemos a consciência que éramos trabalhadores e sofriamos as mesmas coisas. Nós nos unimos nas lutas mais gerais dos trabalhadores e nas nossas lutas específicas.”
(Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada).

No final do diálogo Ana Mourão, afirmou que o Projeto Ético-Político ainda é hegemônico, porém está ameaçado pela conjuntura política. Disse que nos grandes eventos da categoria materializamos nossos posicionamentos de acordo com os princípios do projeto ético-político o que demonstra que há possibilidade de avanços mesmo com o momento adverso.

“Ainda temos hegemonia que está ameaçada mas agora é outra conjuntura, as escolas de ensino à distância, as particulares presenciais não todas. Nós ainda temos hegemonia. Nos grandes eventos você pode ver quando é para discutir alguma coisa, não passa fácil se não for de acordo com o projeto, com as nossas ideias sobre os direitos, emancipação, os princípios que o Código de Ética. E esses princípios são difíceis de trabalhar porque tem os limites. As pessoas as vezes não conseguem entender bem, que trabalham dentro de uma conjuntura capitalista, mas que nós podemos ir além dependendo da intencionalidade que você imprime é isso que a gente estuda no Serviço Social se prepara para a luta a favor dos direitos sociais, da cidadania e da liberdade.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada)

Durante a entrevista Ana Arreguy Mourão falou brevemente sobre a sua participação em duas gestões seguidas do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), entre 1993 a 1996 e de 1996 a 1999. Falou que o CFESS foi uma verdadeira “escola” do ponto de vista político. E pontou diversas características positivas do conjunto como a democracia, a análise crítica da conjuntura e a participação em órgãos de controle social para defender os direitos sociais da população.

“O CFESS é uma escola, fiquei de 1993 a 1996 e de 1996 a 1999. Porque eu vejo no CFESS que é um conjunto e várias questões que são positivas. Primeiro, a democracia praticada. Segundo, o CFESS está o tempo todo acompanhando o movimento conjuntural e como representação da categoria com assento no Conselho Nacional de Assistência Social, nós já fomos presidente do CNAS. É o tempo que ele

vai ampliando seu espaço de participação é uma escola política de aprendizado, de prática política.” (Ana Maria Arreguy Mourão-Entrevistada).

Ressaltou que uma das funções do conjunto CFESS/CRESS é participar de espaços estratégicos, principalmente em nível federal e de fortalecer o Serviço Social para o devido reconhecimento social. A entrevistada sentiu-se satisfeita por participar dessas gestões do CFESS.

E também porque ele é respeitado, o Conselho Federal de Serviço Social promove essa categoria, os CRESS promovem também, mas o CFESS em nível federal é impressionante ele tem assento no conjunto dos conselhos e ele se coloca como disponível é um grupo que quer lutar pela categoria profissional, para que o Serviço Social seja respeitado. A minha experiência foi muito boa, gostei muito de participar desse conselho.” (Ana Maria Arreguy Mourão-Entrevistada).

A rotina do CFESS era de estudos constantes sobre a realidade profissional para representar a entidade de maneira qualificada em diversos espaços e as viagens por todo o país possibilitou conhecer outros estados e interagir culturalmente e ter uma visão panorâmica do Serviço Social.

“Você tem que estudar porque você vai representar o Conselho, por exemplo, em alguma semana do Serviço Social. Nesse evento cada diretor vai para um lugar. Além do mais você conhece muitos lugares, Estados que são tão diferenciados de cultura e a formação dos assistentes sociais você ganha uma amplitude um mapa da categoria.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada).

Para finalizar essa parte da entrevista disse que não teve folego para entrar em outras gestões por causa do cansaço causado pelas constantes viagens. Além disso, falou sobre as amizades que fez na convivência com os diretores.

“Eu vou te falar a experiência que tive lá, não fiquei mais porque estava cansada (risos), porque vai chegando num ponto, viajar pelo Brasil toda hora não é fácil (risos). Fiz muitos amigos é um espaço de sociabilidade, não fiquei amiga de todo mundo do CFESS, nós ficávamos amigos por empatia com pessoas que tinham um pensamento parecido com a gente, a diversidade das relações humanas.” (Ana Maria Arreguy Mourão- Entrevistada).

A gestão da Delegacia de 1987 a 1990 era composta pela: Delegada: Eleuses Augusta da Silva Secretária; Leda Maria Leal de Oliveira Tesoureira; Bento Correa de Meireles Suplentes; Marlene Marisa dos Reis e Sonia Maria Filgueiras. A entrevistada dessa gestão foi a Secretária Leda Maria Leal.

A entrevistada formou na Faculdade de Serviço Social da UFJF em 1983. É docente associada com dedicação exclusiva da Faculdade de Serviço Social da UFJF, na qual ingressou em 1990.

Após formar em Serviço Social no ano de 1983 a entrevistada iniciou sua carreira profissional atuando na área da Saúde e aprofundou os estudos por meio de cursos de especialização em Saúde Coletiva, Saúde Pública e Saúde do Trabalhador. A sua primeira experiência profissional foi num município de pequeno porte e depois foi aprovada na Prefeitura de Juiz de Fora. Ao retornar a cidade, teve a oportunidade de reencontrar antigos colegas de profissão que estavam participando do SASEMG e isso possibilitou um primeiro contato com a organização política da categoria profissional.

“(...) apareceu um concurso aqui em Juiz de Fora para a Prefeitura eu fiz, passei e vim. Quando eu voltei eu recuperei o contato com os meus colegas. Eu tinha alguns colegas que já estavam participando do Sindicato, que nós tínhamos o Sindicato dos Assistentes Sociais, e eu acabei me reaproximando.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

Durante a entrevista ao abordar o sindicato e a delegacia não conseguiu recordar claramente as ações que realizou nos dois órgãos. Para Leda os dois órgão atuavam praticamente juntos:

“Eu não me lembro se foi no período que eu já estava na gestão do CRAS ou se foi um pouco antes. Porque era muito misturado o Sindicato com o CRAS. Nós fazíamos as reuniões juntos, discutíamos juntos.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

Embora não tenha lembrado de alguns fatos que aconteceram na sua gestão, a entrevistada pontuou que foi um período de intensa discussão e reflexão dentro do Serviço Social, no final da década de 1980. Citou a promulgação do Código de Ética de 1986 e do surgimento da ANAS.

“Foi um período muito efervescente, do ponto de vista das discussões da categoria. Nós tivemos em 1986, se eu não me engano, o Código de Ética e logo em 1993 a uma revisão mas a base foi essa. Se eu não me engano foi também que em meados de 1980 que nós tivemos a ANAS, a Associação Nacional de Assistentes Sociais, acho que a Ana Mourão inclusive teve uma participação muito importante. Foi um período de muita discussão dentro do Serviço Social de repensar o trabalho do assistente social, inclusive a própria formação.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

Com relação ao cotidiano da delegacia na sua gestão informou que as reuniões do Sindicato e da Delegacia eram realizadas no edifício Top Center. As entidades nesse período dividiam o mesmo espaço e realizavam várias reuniões em conjunto, principalmente as discussões de cunho político. Contudo, devido a peculiaridade burocrática do CRAS, algumas reuniões eram separadas do Sindicato.

“Eu acho que em alguns momentos nós tínhamos só as nossas reuniões pois eram coisas muito específicas, talvez questões mais burocráticas do CRAS que eram reuniões que nós fazíamos mais entre a gente. Mas no ponto de vista mais político de discussões, de debates nós fazíamos tudo muito junto.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

De acordo com a entrevistada a diretoria compreendia a fiscalização do exercício profissional de forma mais abrangente ou seja, que não deveria se restringir somente aos parâmetros legais e jurídicos, mas no conhecimento da realidade de trabalho dos assistentes sociais.

“Nós entendíamos o CRAS na época como um espaço de fiscalização do trabalho do assistente social, mas a gente entendia essa fiscalização para além da questão de você ver se realmente estava tudo sendo seguido, se as normas estavam sendo respeitadas, era de entender a fiscalização como uma possibilidade de conhecer a realidade de trabalho do assistente social e de alguma forma contribuir para uma qualificação maior, de trabalho, eu lembro que a gente tinha um pouco dessa discussão lá dentro.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

Além de abordar sobre o cotidiano da diretoria da Delegacia, Leda informou que a cidade de Juiz de Fora sempre teve um protagonismo político dos assistentes sociais, principalmente na área da saúde, como exemplos ela citou: o surgimento do Fórum Popular da Saúde; a criação do Conselho Municipal de Saúde e da 1ª Conferência Municipal de Saúde de Juiz de Fora, contando com as representações de assistentes sociais nesse espaços.

“Juiz de Fora sempre teve um protagonismo muito grande. Vou falar mais do campo da Saúde. No finalzinho da década de 1980, que era o período que eu estava. Mas nós tivemos o Fórum popular da Saúde que foi um espaço muito rico de discussão, a criação do Conselho Municipal de Saúde ele vem daí. O Projeto de Lei de criação do Conselho Municipal de Saúde vem das discussões que esse fórum teve ele participou da 1ª Conferência Municipal da Saúde e conseguiu bancar quase todas as propostas, saiu e foi vitorioso na primeira conferência e foi para a Câmara que não quis aprovar. Enfim, estou só te dando um exemplo de como era um momento muito efervescente e termos de participação política. E que a gente participava, se eu não me engano, na primeira gestão do Conselho Municipal de Saúde nós tivemos representantes ainda do Sindicato.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada).

A construção da chapa da gestão 1987 a 1990 da Delegacia ocorreu através da articulação com o Sindicato de Assistentes Sociais. Em que alguns profissionais fizeram a migração para o CRAS.

Era ela do Sindicato, era esse “bololo” que tinha aí e falaram você vai para cá, você vai para lá, você vai para o sindicato e você vai...sabe? (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

Leda informou que não houve eleições diretas para a gestão da Delegacia, foi uma composição de profissionais que eram do Sindicato e do CRAS.

Eu acho que não. Não me lembro de eleição. Eu me lembro disso: “A gente precisa de um secretário, você pode? Posso”. Como a gente não tinha essa coisa muito separada, nós nos entendíamos muito como um grupo, então ficou um grupo mais responsável pelo Sindicato. (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada).

No que diz respeito a relação entre a Delegacia e a Sede em Belo Horizonte a entrevistada também não conseguiu tecer comentários mais aprofundados sobre a questão. “Não vou te dizer que era ruim e nem boa, nós não tínhamos muito contato eu não me lembro.”

Já a relação com a Faculdade de Serviço Social da UFJF na gestão de 1987 a 1990, na avaliação da entrevistada não era próxima porém não havia conflito. Afirmou que somente no episódio da eleição que será apresentado no próximo subitem, é que os ânimos entre as entidades ficaram acirrados.

“Era boa, a gente não tinha nenhum problema. Não era uma relação muito próxima, eu não lembro de uma relação muito próxima, não tínhamos problema nenhum. Nesse episódio as relações se estremeceram e nem tanto porque depois foi a Elisa que ganhou mesmo.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

Deste modo, destaca-se da entrevista sobre a gestão 1987 a 1990, as ações em conjunto com o Sindicato de Minas Gerais (SASEMG) de Juiz de Fora com o CRAS que atuavam juntos no atendimento das demandas dos assistentes sociais.

A gestão de 1990 a 1994 era formada pela Delegada: Alexandra Aparecida Leite Secretária: Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Tesoureira: Rosely Salomão Condé Suplentes: Elisa de Oliveira Melo, Wanya Raimundo Xavier e Marlene Marisa dos Reis.

A entrevista foi realizada com a Tesoureira Rosely Condé da gestão de 1990 a 1994, formou em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora no ano de 1990 no processo de transição das disciplinas específicas da “casinha” para a UFJF. Atuou como assistente social na empresa de empreendimentos imobiliários “Em Casa” e depois

na Associação municipal de apoio comunitário (AMAC), onde está nos dias atuais como coordenadora.

A entrevistada conheceu a Delegacia por meio de um trabalho educativo realizado pela diretoria no 8º período de graduação da Faculdade Serviço Social. Depois teve um novo contato com a Delegacia quando foi fazer inscrição para obter o registro profissional.

“Foi alguém falar na Faculdade sobre o CRAS no oitavo período. Mas eu lembro até hoje da Sede do CRESS quando eu vim fazer minha carteira, meu registro. E eu fui com a “cara” daquele lugar, do espaço. Ali mesmo falaram que tinha reunião e tudo. Eu sai daquela vivência da Universidade eu estava perdida, porque você sai do status de estudante para o de desempregado, eu precisava de um espaço, me sentir com o pé em algum lugar. Não precisaram de muito para me convencer.” (Rosely Salomão Condé, Entrevistada)

Assim como na gestão da entrevistada Angélica houve a pauta do fechamento da seccional na gestão da entrevistada. De acordo com uma notícia do Jornal Tribuna da tarde de Juiz de Fora do dia 26 de abril de 1992, os assistentes sociais de Juiz de Fora poderiam perder as duas entidades de representação da categoria na cidade, o CRAS 6ª Região – Delegacia de Juiz de Fora e o Sindicato mineiro de assistentes sociais da sub-sede de Juiz de Fora, por falta de participação da categoria profissional e uma assembleia seria realizada no dia 04 de maio para a definir a situação. A diretoria da Delegacia e do Sindicato afirmaram ao referido Jornal a preocupação com a falta de participação política da categoria e a pressão da Sede em Belo Horizonte como veremos no relato abaixo.

“O grupo que está à frente do Sindicato e do CRAS não vê possibilidade de continuar representando a categoria sem o seu respaldo e lembra que a direção do CRAS, em Belo Horizonte está exigindo uma posição, alegando a inviabilidade financeira para manter a delegacia na cidade” (JORNAL TRIBUNA DA TARDE, 1992).

Com relação a essa discussão Rosely que a Delegacia tinha como propósito evitar o fechamento e ao mesmo tempo construir respostas e estratégia para fortalecer a Delegacia em Juiz de Fora. A relação com a Sede em Belo Horizonte não era tão

conflituosa naquele momento, porém a discussão sobre o fechamento da Delegacia ainda estava presente entre a gestão de Juiz de Fora.

“Até me assustei quando eu li o caderno (ata). E vi vários pontos de pautas sobre fechamento do CRAS por BH, houve muito essa pauta. Mas ao mesmo tempo que nós discutíamos o fechamento nós criávamos uma estratégia de mobilização e trazíamos mais gente para chapa. Não durava muito tempo, mas aquelas pessoas que entraram naquele período foram muito significativas.” (Rosely Salomão Condé, Entrevistada)

A estratégia da Delegacia naquele momento foi criar uma gestão colegiada que abarcasse o CRAS e o Sindicato de Assistentes Sociais. Outra ação foi trazer profissionais que participaram de gestões anteriores para fortalecer politicamente a entidade.

“Nós tivemos a estratégia de CRAS e sindicato juntos, de fazermos uma gestão colegiada. Depois tivemos uma estratégia de trazer pessoas antigas, foi quando a Elisa Melo, mas eu entrei depois. Foi a Elisa, a Vania.” (Rosely Salomão Condé, Entrevistada)

Uma outra estratégia foi a criação de grupos de discussão dos assistentes sociais por áreas de trabalho, que de acordo com a entrevistada foram as protoformas dos núcleos profissionais no estado de Minas Gerais.

“E a estratégia mais legal foi quando resolvemos montar grupos de discussão da prática por área de trabalho. Ali foram os primórdios da Nucleação em Juiz de Fora, como o grupo de assistentes sociais do judiciário, por exemplo, a Nanci viajava para vários lugares para dar assessoria para esse grupo. (Rosely Salomão Condé, Entrevistada)

Na gestão de Rosely ocorreu o processo de consolidação da Fiscalização profissional na Delegacia, e ela destacou que havia reuniões de fiscalização para discutir os casos.

“Havia reuniões de fiscalização, igual tem essas reuniões hoje. Acho que modelo que se segue hoje ainda é o daquele período, tinha reunião de fiscalização e nós participávamos e discutíamos os casos, porque a fiscalização também era algo novo para nós”. (Rosely Salomão Condé, Entrevistada)

Rosely explicou como funcionava a fiscalização do exercício profissional na Delegacia nos anos de 1990.

“Todo mundo participava de tudo, depois que o negócio começou a crescer. Havia pessoas no grupo que ajudavam nas visitas de fiscalização, não me lembro muito. A Taninha foi a primeira Agente Fiscal, depois foi a Bia, mas foi a Nanci que começou realmente a implantar isso com raízes para outros lugares. A Tania trazia a discussão no município tal essa discussão e nós discutíamos como iríamos atuar que tipo de intervenção que ela teria foi muito rico.” (Rosely Salomão Condé, Entrevistada).

Para a Tesoureira a estruturação da Delegacia de Juiz de Fora aconteceu paralelamente a criação de novos projetos para ampliar a participação política e fortalecer as ações do Conselho.

“Foi uma época que ao mesmo que discutíamos sobrevivência nós plantávamos o nosso futuro e plantamos com vontade, com um trabalho muito concreto.” (Rosely Salomão Condé, Entrevistada).

Um dos aspectos importantes relatado pela entrevistada foi a realização de um grande seminário após uma reunião com os diretores da Sede em Belo Horizonte. A partir desse evento surgiram grupos de assistente sociais divididos por áreas de trabalho.

“Nós tivemos uma reunião, não me lembro quem foi a Belo Horizonte e quando voltou falou: “gente é isso”. Nessa hora parece que veio uma alguma coisa na gente nós temos que criar algo. Eu lembro que nós fizemos um grande seminário, lotou. Nós juntamos com outro evento com uma figura importante que eu não lembro quem era. Eu sei que desse seminário começou a surgir os grupos por área de trabalho, que foi quando eu conheci o pessoal da AMAC. Eu lembro da imagem, das figuras que até hoje estão lá. O grupo da Assistência, da Criança e do adolescente, o grupo de empresas que eram assistentes sociais da elite

que ganhavam bem pra caramba, da Mendes Junior, da Rede Ferroviária, do SESI era um grupo enorme. Chegou a fazer encontros de assistentes sociais do Trabalho, de Empresas foi muito legal.” (Rosely Salomão Condé, Entrevistada).

O objetivo central desses grandes eventos era realizar debates com a categoria profissional para aproximar os assistentes sociais da base com a Delegacia e assim fortalecer as ações políticas da gestão.

“Nós sempre buscávamos alguma coisa, cada seminário que nós fazíamos nós puxávamos alguém para a diretoria. Eu lembro que tinha reuniões de CRAS que lotavam de pessoas que começavam a gostar e aí chegava os recém-formados, que veio depois a Alexandra, a Isaura, a Cristina Simões, enquanto estagiária ela formou depois de mim e foi outro destaque também.” (Rosely Salomão Condé, Entrevistada).

No contato com Belo Horizonte que havia cobranças para investimentos financeiros na Delegacia, porém não existia embates de ordem política.

“O contato nosso era com a Léa Braga que hoje está no Ministério de Desenvolvimento Social”. As reuniões de fiscalização eram lá uma vez por mês com ela. Era um bom relacionamento político. A discussão era na questão financeira, não era de embate e confronto.” (Rosely Salomão Condé, Entrevistada).

Rosely Informou que na época tinham aproximadamente 600 assistentes sociais inscritos na Delegacia de Juiz de Fora e que a fiscalização estava focada em diminuir a inadimplência no que concerne as anuidades naquele período.

“Nós entendemos hoje, que na época era um grupo de aproximadamente 600 assistentes sociais depois nós fomos crescendo enquanto categoria. O trabalho da fiscalização trouxe aquele compromisso de pagar a anuidade, foi um trabalho importante. A fiscalização ia muito nesse sentido de pessoas que trabalhavam, exerciam a profissão, mas as vezes não pagavam as anuidades, tinha um pouco essa parte também e na medida que a profissão foi crescendo isso deixou de se tornar um grande problema, claro que essa questão continua acontecendo.” (Rosely Salomão Condé, Entrevistada).

O crescimento da fiscalização do exercício profissional na jurisprudência da Delegacia de Juiz de Fora foi uma das estratégias de visibilidade das ações da diretoria que entendiam que uma ação qualificada da fiscalização traria ganhos políticos e administrativos para o Conselho.

“Eu acho que o trabalho de fiscalização foi sendo feito de uma forma para mostrar: “olha nós podemos ter recurso para se bancar também.” Na medida que agimos com competência acabamos por ter um papel fundamental nesse processo e nós ganhamos força.” (Rosely Salomão Condé, Entrevistada).

A relação entre a Delegacia e a Faculdade de Serviço Social da UFJF, no período de gestão da ex-delegada era de parceria direta, pois algumas diretoras eram docentes da Faculdade e apoiavam as ações da Delegacia.

“Sempre foi muito boa, tanto é que quando nós quisemos dar sustentação ao CRAS nós chamamos a Elisa, Ana Mourão elas eram figuras de lá que estavam aqui dentro, sempre foram nossas referências. A Universidade sempre foi o nosso “braço direito e braço esquerdo”. (Rosely Salomão Condé, Entrevistada)

No debate sobre os Sindicatos de Assistentes Sociais a ex-delegada disse que o direcionamento nacional para a sindicalização por ramo de atividades já havia sido deliberada. E acrescentou que em Juiz de Fora alguns assistentes sociais já eram sindicalizados por ramo de atividade, principalmente na Prefeitura de Juiz de Fora. Argumentou que os profissionais engajados politicamente participavam de diversos espaços e tinham a tendência de vincular-se nas entidades.

“Houve um direcionamento em nível nacional que era para os profissionais se filiarem aos seus sindicatos por área de trabalho. Quem estava na Prefeitura no SINSERPU e na verdade eles já eram sindicalizados no SINSERPU (risos). As pessoas que tem prática de participação se vinculam em tudo, elas eram dos sindicatos de assistentes sociais, do SINSERPU. Eu estou me lembrando dele de maneira mais forte porque os outros não tinham grande envolvimento.” (Rosely Salomão Condé, Entrevistada)

O debate entre a categoria da Zona da Mata mineira caminhou na direção de juntar as ações do CRAS e do Sindicato com vistas a melhorar as condições de trabalho dos assistentes sociais. E essa articulação entre as entidades aconteceu de uma forma colegiada através da aglutinação das pautas do Conselho e do Sindicato. Além disso, os militantes das entidades participaram da mesma composição havendo uma mescla de atuações políticas.

“A discussão da época era muito mais Sindicato e CRAS se juntarem para garantia das condições de trabalho. Era colegiada, nós começamos a juntar as pautas e fazer as discussões. Nós se confundíamos ali. Eu lembro que a “Tereka” a Terezinha era do sindicato, ela era tesoureira do sindicato, ela assinava. Bete Lisboa, Silvia, Ana Mourão, elas eram todas do sindicato mas acho que elas passaram a compor a chapa. Nós chegamos a montar uma chapa colegiada, esses nomes todos se misturaram ali”. (Rosely Salomão Condé, Entrevistada)

Portanto para a Rosely a articulação entre o CRAS e o Sindicato facilitou o debate de questões trabalhistas do Serviço Social que com o tempo houve uma polarização desse debate dentro CRAS.

“Eu acho que sim. Nós perdemos muito a discussão da categoria profissional. Aqui dentro do grupo, quando eu comecei a me afastar muito, o CRESS começou a se polarizar sim. Eu era de um grupo que tinha um entendimento que aqui também se discutia e nós montamos esse grande seminário e isso mostrou a demanda da categoria. Eu estou falando do meu ponto de vista que é tendenciosos porque minha posição é essa. Vamos discutir prática profissional aqui dentro!” (Rosely Salomão Condé, Entrevistada).

Para a Rosely houve uma perda das discussões sobre as questões trabalhistas dos assistentes sociais dentro do Conjunto CFESS/CRESS após a finalização das atividades sindicais do Serviço Social.

O presente debate é polêmico na profissão e não teremos condições de trata-lo com o devido e necessário cuidado nesta dissertação. Pode-se somente apontar que o Conjunto CFESS/CRESS têm realizado debates sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais nesse contexto atual. Uma das pautas do conjunto CFESS/CRESS que comprova a atuação nas questões trabalhistas é a luta histórica pela implementação da

carga horária de 30 horas para os assistentes sociais sem redução salarial, disposto Lei nº 12.317 de 26 de Agosto, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

A referida demanda seria de responsabilidade do Sindicato, por ser uma questão de cunho trabalhista, no entanto o Conjunto CFESS/CRESS em articulação com diversos sindicatos, movimentos sociais e parlamentares sensíveis as reivindicações dos assistentes sociais realizaram pressão no poder executivo na qual destaca-se o ato público realizado em Brasília a durante o XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 2010. Deste modo, constata-se a atuação dos Conselhos Profissionais junto as demandas trabalhistas do Serviço Social brasileiro.

Portanto, por meio do relato oral das assistentes sociais podemos compreender a fundação da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora em 1975 que ocorreu através da mobilização dos assistentes sociais que reivindicavam o órgão de fiscalização para atender as demandas profissionais de Juiz de Fora e da Zona da Mata mineira. Após a aquisição de sede própria, na década de 1980 a Delegacia estruturou a sua primeira área. É importante frisar entre 1975 a 1985, a Delegacia funcionava de maneira precária com falta de materiais de escritório, recursos humanos, porém contava com assistentes sociais comprometidos com a entidade e que conseguiram minimamente manter uma organização para ser referência dos profissionais na região.

Atualmente o Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS 6ª Região²⁸ é uma autarquia federal que fiscaliza, orienta, disciplina e defende o exercício profissional do Assistente social no Estado. Instituído pela Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social (Lei nº 3.252/57 e pelo Decreto nº 994/62, hoje alterada para Lei nº 8.662/93), é uma exigência constitucional para todas as atividades profissionais regulamentadas por lei. Por ser uma entidade de direito público, o CRESS-MG tem suas contas apreciadas anualmente pelo Tribunal de Contas da União, (TCU).

As seccionais são extensões do CRESS de uma determinada região responsáveis pela fiscalização e apoio administrativo. É a instância onde os assistentes sociais recorrem para se inscreverem e regularizar sua situação e buscar orientações acerca do exercício profissional, de acordo com as normatizações jurídicas da profissão. Os municípios da

²⁸ As informações apresentadas sobre o CRESS 6ª Região estão disponíveis no site do CRESS de Minas Gerais: <http://www.cress-mg.org.br/> (Acessado no dia 14 de Outubro de 2016).

área de abrangência de cada seccional são definidos de acordo com a proximidade geográfica, para facilitar a atividade dos órgãos de fiscalização. Para compreender a distribuição geográfica do CRESS 6ª Região

O estado de Minas Gerais é composto por 12 mesorregiões: Campos das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste de Minas, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata, conforme divisão administrativa do Estado.

Devido a vinculação entre a Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora e a criação da Delegacia decidimos por apresentar a história da Instituição de ensino responsável por formar assistentes sociais na Zona da Mata Mineira. Como vimos anteriormente a vivência universitária foi importante para a participação na Delegacia.

3.3 Surgimento da Faculdade de Serviço Social de Fora

A Faculdade de Serviço Social²⁹ de Juiz de Fora foi classificada enquanto instituição de nível superior, de natureza particular, vinculada à congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado no dia 16 de maio de 1958. Um dos principais responsáveis pelas negociações da abertura do curso de Serviço Social na cidade de Juiz de Fora foi Padre Jaime Snoeck, juntamente com as Irmãs Missionárias, contando com o apoio das elites locais e do poder público municipal de Juiz de Fora. Padre Jaime Snoeck (nome original Cornelius Jacob Snoeck) era holandês e foi um dos principais responsáveis pelas negociações para a abertura do curso na cidade de Juiz de Fora. Sua trajetória de vida estava relacionada aos trabalhos desenvolvidos na pastoral em Roma em 1949, onde pôde conhecer a realidade dos operários e as condições precárias dos trabalhadores. Teve convívio com o movimento operário internacional. Em 1955 chegou ao Brasil e procurou estabelecer relações com a organização operária brasileira, participou de sindicatos e de greves de trabalhadores (JACOMETTI, 1993, p. 120). A Faculdade nesse período não era

²⁹ Para abordar a história da Faculdade de Serviço da Universidade Federal de Juiz de Fora foi utilizado a brilhante dissertação de mestrado “Formação Profissional em Juiz de Fora: Criação da Faculdade de Serviço Social e Graduação de sua primeira turma”, escrito pela Assistente Social Rita Jacometti pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1993.

vinculada a Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo mantida pelo referido grupo da Igreja Católica.

Após a formação da primeira turma em 1961, três anos depois houve o golpe militar no Brasil em 1964, que modificou radicalmente a estrutura das Universidades públicas e privadas. Nesse período a Faculdade de Serviço Social, através de sua direção e do quadro docente conseguiu manter um ambiente acadêmico que apregoasse minimamente a liberdade política de estudantes e professores. A diretora da Faculdade Madre Albertina Brasil Santos e a docente Madre Altiva Paixão tiveram um papel importante no funcionamento da faculdade num período de intensa perseguição política:

O conservadorismo municipal, aquele que aplaudiu o fim da democracia na década de sessenta e docemente se adequou à ordem e à paz dos cemitérios, esse conservadorismo colidiu com a ambiência acadêmica garantida pelas Missionárias nos momentos mais tensos daqueles anos difíceis. Recordo a sabedoria com que a segunda Diretora da Faculdade, Madre Albertina Brasil Santos, conduziu a escola na tensa conjuntura de 1964: sua atitude firme. Garantiu a integridade da instituição, sem perseguições nos dias de caça às bruxas. A mesma atitude, serena e firme, pautou a gestão de Madre Altiva Paixão que, nos tormentosos anos de transição da década de sessenta à de setenta, garantiu na Faculdade um clima de liberdade e pluralismo. (NETTO, 2008, p.11)

É de suma importância ressaltar que o posicionamento político da faculdade de Serviço Social tem suas raízes nos fundadores da Instituição, principalmente na figura de Jaime Snoeck que teve envolvimento nas lutas pelos direitos dos trabalhadores na Europa e no Brasil.

Em 1974 a Faculdade de Serviço Social, foi introduzida na Universidade Federal de Juiz de Fora³⁰. Nesse período o currículo era dividido em dois ciclos: Ciclo básico e Ciclo profissionalizante. O primeiro ciclo era realizado na Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, este espaço era conhecido pelos discentes e docentes como “casinha”. As matérias estudadas tinham como base as Ciências Sociais e Humanas como: Sociologia, Psicologia e Direito. O segundo ciclo era realizado na UFJF e continha

³⁰ O breve contexto da Faculdade de Serviço Social da UFJF, na década de 1980, foi extraído de um artigo da Revista *Libertas* de 2011 “A Reforma Curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora”. As autoras são Marina Monteiro de Castro e Castro e Sabrina Navarro Toledo.

disciplinas específicas do Serviço Social como: Política Social, Ética Profissional e a tríade Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. (CASTRO e NAVARRO, 2011).

A Faculdade de Serviço Social, vinculada parcialmente a UFJF, estava imersa num contexto nacional de discussão, acerca da Reforma no currículo acadêmico da profissão. A ABESS conduziu esse processo realizando debates, juntamente com as Instituições de Serviço Social de todo o país. Entre 1977 a 1979 a Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora iniciou os estudos e debates sobre o ensino e a estrutura curricular com o objetivo de modificar e reestruturar a formação profissional.

Com a aprovação da proposta nacional do currículo mínimo em 1982, a Faculdade de Serviço Social formou uma Comissão para elaborar um novo currículo. Essa comissão era formada pelo Coordenador de Curso, docentes, Colegiado e discentes. (CASTRO e NAVARRO, 2011).

O currículo mínimo de 1982 apresentou ementas voltadas para a História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social. Além disso, a discussão acerca da política social foi introduzida na formação acadêmica. O currículo mínimo de 1996 também foi resultado de diversas discussões entre intelectuais da profissão na assessoria e a ABESS. (IAMAMOTO, 2014, p. 615)

Portanto, a Faculdade de Serviço Social teve um papel importante na formação profissional dos assistentes sociais que participaram da entrevista e no direcionamento político da Delegacia de Juiz de Fora. A seguir trataremos sobre o contexto da ditadura militar em Juiz de Fora e o posicionamento das profissionais que estavam na Delegacia nesse período.

3.4 A ditadura militar e a cidade de Juiz de Fora

O contexto de surgimento da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora ocorreu durante o regime militar, no governo do Presidente Ernesto Geisel, conhecido pela implementação da “abertura política” e do processo “distensão” para a finalização do regime que terminou em 1985, conforme aludimos no capítulo I desta dissertação. Diante dessa conjuntura política consideramos relevante abordar a peculiaridade do “golpe” no

município de Juiz de Fora que impactou diretamente a organização política do Serviço Social.

O município de Juiz de Fora está localizado no estado de Minas Gerais, na mesorregião da Zona da Mata mineira, possui um pouco mais de 500.000 habitantes e está entre os quatro maiores municípios do estado. Foi fundado em 1850 após emancipar-se de Barbacena. Devido a sua vanguarda industrial em Minas Gerais, chegou a ser nomeada como “Manchester Mineira”, referência a cidade industrial de Londres.

O processo de industrialização da cidade de Juiz de Fora tem como marco o final do século XIX, quando gestou-se um pequeno centro industrial formado por algumas companhias. Destacaram-se nesse período, a criação do Banco do Crédito Real de Minas Gerais, a Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas e a Usina Hidrelétrica de Marmelos (a primeira da América Latina). Esses empreendimentos foram fundados por Bernardo Candido Mascarenhas que representou a elite econômica e industrial da Zona da Mata. No século XX o processo de urbanização expandiu-se na “Manchester Mineira” com o crescimento do setor de serviços (agências bancárias, telefones e energia elétrica) que ganhou força na cidade de Juiz de Fora sendo responsável pela empregabilidade da maioria dos seus cidadãos nos dias atuais.

A cidade de Juiz de Fora voltou a ser destaque nacional em meados da década de 1960, mas não por causa do seu desenvolvimento econômico, pelo contrário o principal município da Zona da Mata mineira marcou época como um “anfitrião de luxo” de um dos maiores ataques a democracia e as liberdades individuais da história brasileira.

No dia 31 de março de 1964, as tropas militares da 4ª Região militar³¹ saíram da cidade de Juiz de Fora com destino ao Rio de Janeiro para depor o Presidente João Goulart e iniciar o golpe militar no Brasil. É importante frisar que Juiz de Fora foi um dos primeiros municípios brasileiros a vivenciar a repressão do Estado. Vários órgãos de comunicação da imprensa foram fechados e algumas prisões “preventivas” foram efetuadas.

³¹ As reflexões e a construção textual acerca da ditadura militar em Juiz de Fora foi extraído do livro “Memórias da repressão: relatório da Comissão municipal da verdade de Juiz de Fora”. A produção foi Escrito pela Comissão da Verdade de Juiz de Fora, que através da história oral remontou as ações violentas e arbitrárias dos militares em Juiz de Fora.

Jornais do dia 5 de abril de 1964 noticiavam que as tropas do interior de Minas realizaram prisões e transportaram em caminhão, no dia 4 de abril, a primeira “leva” de presos para a capital mineira. Entre eles estavam o diretor da Faculdade de Direito, Thomaz Bernardino², o advogado e professor Raimundo Nonato Lopes, o presidente do Sindicato da Cooperativa do Banco do Brasil, José Villani Côrtes, o advogado Pedro Cruzeiro, os comerciantes Rubens Mendes e Milton José Fernandes, e o vereador Gilson Fernandes das Chagas, do município de Santos Dumont. Clodesmidt Riani, que também fora cassado, chegou a Belo Horizonte dois dias depois, em 6 de abril. (COMISSÃO DA VERDADE DE JUIZ DE FORA, 2016)

A sede do quartel general da 4ª Região militar recebia todos os processos abertos nos Estados de Minas Gerais, Goiás e do Distrito Federal. Dessa forma os presos políticos de diversas regiões do país circulavam por Juiz de Fora para prestar depoimentos e cumprir a sua pena na Penitenciária Regional José Edson Cavalieri (PJEC) que posteriormente tornou-se uma detenção de presos políticos, entre 1969 a 1981. Após a promulgação do AI-5 houve um aumento considerável de prisões de militantes de organizações estudantis e de guerrilha urbana. Esses presos políticos (homens e mulheres) iam para a PJEC. Apresentamos no Capítulo I desta dissertação esse momento político de grande repressão policial e dos organismos estatais na busca dos seus opositores.

A cidade de Juiz de Fora concentrou diversas unidades de repressão, perdia apenas para Belo Horizonte com relação ao número de órgãos, que realizavam prisões e torturas. O quartel general da 4ª região militar recebeu diversos presos políticos, dentre esses destaca-se a ex-presidente da república (2010 a 2016) Dilma Vana Rousseff que esteve em Juiz de Fora por duas vezes entre 1970 e 1972. No seu depoimento à Comissão da Verdade de Juiz de Fora, a ex-presidente contou que sofreu diversas agressões e torturas:

Dilma Vana Rousseff esteve presa em Juiz de Fora em duas ocasiões, a primeira foi em maio de 1970, e a segunda, em janeiro de 1972. Ela alega que, em 1970, após ser ouvida em depoimento, foi encapuçada para não conseguir identificar onde estava. Depois, foi jogada em uma cela, onde ficou em isolamento. O único contato era com seus torturadores, que a submetiam a interrogatórios violentos. Uma vez por dia e em horários desconhecidos ela afirma que recebia alimentos, levados por um carcereiro que também a conduzia ao banheiro “quando conseguia andar”. Dilma acrescenta que foi “[...] submetida, por quase um mês, a interrogatórios e a toda sorte de torturas”. (COMISSÃO DA VERDADE DE JUIZ DE FORA, 2016, p. 67).

Na entrada do golpe em 1964, a UNE era uma organização estudantil atuante no cenário nacional. Diante disso, o aparato repressivo do regime agiu fortemente na desmobilização e perseguição a estudantes que estavam ligados ao movimento estudantil. Com o decreto do AI-5 em 1968, as representações estudantis foram desmanteladas e passaram a ser vinculadas ao Ministério da Educação e da Cultura.

De acordo com Netto (2005), a política educacional da ditadura militar no Brasil foi marcada por um alto investimento do Estado brasileiro na área da educação. O regime tinha como objetivo “enquadrar” a política educacional no controle do Estado. Um dos vetores sociais que mobilizaram os militares, a priorizar a política de educação, foi o movimento estudantil que na década de 1960 protagonizou uma oposição direta a ditadura, num contexto em que o Estado perseguia intensamente os movimentos sociais e sindicatos dos trabalhadores.

Nos primeiros anos do “golpe de abril” (1964 a 1968) os militares “colocaram em prática” o seu modelo de política educacional através da eliminação de qualquer forma organizativa dos estudantes. Por meio de ameaças, intimidações, prisões arbitrárias e torturas conseguiram atingir um grande contingente de alunos e professores. Como abordamos no primeiro capítulo desta dissertação, uma das formas de controle e fiscalização de atividades consideradas “subversivas” nas Instituições de Ensino, ocorreu por meio dos IPM’s.

“O nível de violência cometida está na razão direta na ponderação que tais movimentos e experiências ganhavam no bojo do processo de democratização que se operava na sociedade e no Estado: era necessário exemplarizar os movimentos democráticos e populares abortando a inovadora projeção da Universidade de Brasília, exilando Paulo Freire, ilegalizando a União Nacional dos Estudantes (UNE), desmantelando o Movimento de Educação de Base (MEB).” (NETTO, 2005, p.58)

Com relação a ditadura militar, contexto da fundação da Seccional, a entrevistada Elisa de Oliveira Melo relatou que esse período era obscuro do ponto de vista da falta de informações sobre o momento político. Em Juiz de Fora, afirmou que os cursos de ciências humanas, parte da Igreja Católica nas comunidades eclesiais de base e o Serviço Social eram alvo dos militares.

“Era tudo muito camuflado, você não sabia o que estava acontecendo. Vários colegas foram presos em Juiz de Fora. Tudo acontecia de uma forma muito sutil quando você via não sabia onde estava. Quando eu falo camuflado é nesse sentido, no outro dia é que você ia saber o que aconteceu. Não era, “pegou fulano e todo mundo sabia”. Eles sabiam (militares) fazer um trabalho ardiloso. O enfoque era maior na área social: ciências sociais e Serviço Social e também nos militantes das comunidades eclesiais de base. Havia uma observação muito grande”. (Elisa de Oliveira Melo – Entrevistada).

Ela aproveitou o ensejo dessa pergunta para relatar uma situação negativa que vivenciou no período da ditadura militar que ocorreu quando ela trabalhava no INPS. O fato apresentado ilustra bem a penetração e o controle que os militares exerciam nos órgãos governamentais.

“Teve uma vez, quando eu trabalhava no INPS, era chefe da sessão do Serviço Social médico, um professor me pediu para eu dar uma aula na disciplina de Educação Moral e Cívica que era obrigatória no período da ditadura militar. Eu fui lá para falar sobre a Previdência, mas eu não falei só coisas boas, falei dos problemas que eu percebia lá dentro. Ha! No outro dia falaram comigo. “Ou você larga sua chefia ou mando seu nome para não sei aonde”. Foi um amigo na minha casa ficou até de madrugada e disse: “Elisa é melhor você largar essa chefia você está numa situação séria”. Eu larguei a chefia Isso aconteceu por volta de 1975 e 1976. Estou dando exemplos que aconteceram comigo mas colegas foram presos”. (Elisa de Oliveira Melo – Entrevistada).

Sobre o contexto da ditadura militar no Brasil, a entrevistada Eleni da Cunha Horta tinha uma visão oposta a Elisa acerca do golpe de 1964. No que diz respeito ao seu exercício profissional nesse período afirmou que não era “visada” pelos militares, pois tinha uma postura de defesa ao governo estadual.

Eu particularmente eu trabalhava e não era visada, porque atuava num órgão estadual na época. Eu era uma “fiel escudeira” do governo. (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada).

Acrescentou que o governo estadual recebeu verbas federais para executar os serviços e isso contribuiu para o seu exercício profissional enquanto assistente social

“Eu era uma pessoa crítica, era uma época que o estado recebia muito dinheiro era um programa internacional chamado programa de desenvolvimento da Zona da Mata, nós tínhamos muita facilidade.” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada).

No momento da entrevista, ex-delegada relatou uma experiência que materializou a relação entre a sua atuação profissional com órgão do Estado na ditadura militar.

No depoimento abaixo percebemos que a entrevistada possuía um compromisso com o atendimento das demandas da população e a resposta ao seu empregador. Eleni também expressou o seu pensamento sobre os movimentos de contestação, principalmente no Congresso da Virada, conforme foi relatado no Capítulo I desta dissertação.

“Em Minas o pessoal era da ARENA quando eu chegava numa prefeitura pra conversar com o prefeito: “Eu sou funcionaria do governo, sou concursada não tenho nada com isso”. As vezes era o governo da oposição. “Eu sei que o senhor é assim mas eu estou preocupada com aquele esgoto que está correndo a céu aberto”. “Se o senhor conseguir as manilhas nós vamos inaugurar mas vamos colocar as duas bandeiras, não é a minha bandeira, mas a bandeira do órgão que eu represento e faço questão de colocar o nome do senhor na placa”. Nos dias de inauguração eu subia nos palanques discursava porque eu era supervisora e tinha que falar para a população e eu fazia questão de separar isso: “Inclusive aqui eu agradecer o prefeito, apesar do mesmo representar o MDB...” Fiz tanto isso que quando caiu o governo da ditadura uma pessoa foi pedir a “minha cabeça” e olha que bonito! um prefeito do MDB foi no diretor para me defender: “Mas eu soube que vocês estavam querendo cortar a Eleni, eu dou até testemunho que eu gostava tanto de lidar com ela porque quando ela ia lá, ela vibrava quando ela conseguia algo para a comunidade. (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada). Eu defendia a bandeira da minha instituição e tinha antipatia dos movimentos que estavam crescendo porque eu lembrava do congresso, aquela turma que desmanchou o meu congresso (risos).” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada).

Deste modo, o contexto da ditadura militar influenciou não só o processo de fundação da delegacia de Juiz de Fora, mas teve o papel de fomentar o processo de consciência de algumas entrevistadas, principalmente aquelas que estavam na primeira

gestão da Delegacia. No próximo subitem mostraremos o papel do sindicato mineiro de assistentes sociais no apoio político das ações da delegacia de Juiz de Fora

3.5 Particularidades históricas do Sindicato Mineiro de Assistentes Sociais: Sub-sede de Juiz de Fora

Como foi analisado no Capítulo II, a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) teve um papel importantíssimo para o amadurecimento político das organizações que representavam o Serviço Social brasileiro. O sindicato de assistentes sociais não só defendeu os interesses corporativos dos profissionais na décadas de 1970 e 1980, mas direcionou suas ações para a luta dos trabalhadores no processo de reorganização política dos sindicatos brasileiros, no período de crise da ditadura militar.

A organização sindical do Serviço Social contribuiu significativamente para a mudança política e formação do Conjunto CFESS/CRESS no que diz respeito a estratégias e fortalecimento dos assistentes sociais de base para disputar eleições nos antigos CFAS/CRAS.

Nas entrevistas percebemos a importância do sindicato dos assistentes sociais na formação política dos profissionais que participaram da construção da Delegacia. Cabe destacar que o CRAS da 6ª Região e o Sindicato Mineiro de Assistentes Sociais atuaram em conjunto em diversas atividades e possibilitaram a criação de uma base política dentro da profissão que fortaleceu o projeto profissional de ruptura e conseqüentemente do Projeto Ético-Político.

Para a entrevistada Ana Mourão a estrutura da ANAS, era democrática pois era construída a partir dos sindicatos regionais que direcionavam as pautas nacionais e tinha estrutura semelhante a do Conjunto CFESS/CRESS na atualidade.

“Era igual é agora quando o Conjunto CFESS/CRESS tira as pautas. Lá no sindicato fazíamos grupos de estudo para chamar mais assistentes sociais para discutir o exercício. Nós já tínhamos uma noção bem interessante do papel do sindicato porque os sindicatos foram criados a partir dos anos de 1930, época de Getúlio Vargas. Quando nós nos filiamos a CUT “quebramos o pau” nos congressos

da CUT, íamos em quase todos os congresso delegação de Minas Gerais era bem atuante mesmo.” (Ana Maria Arreguy Mourão – Entrevistada)

A organização sindical dos assistentes sociais de Minas Gerais está atrelada a Associação Profissional de Minas Gerais (APAS-MG) que surgiu no dia 23 de março de 1959 em Belo Horizonte através de uma assembleia da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS). Em 1963 a APAS-MG tornou-se Sindicato após uma série de procedimentos burocráticos³².

Em meados da década de 1950, os assistentes sociais de Juiz de Fora, principalmente os que estavam inseridos na Faculdade de Serviço Social, recém criada em 1958, reivindicaram a criação de uma subseção do Sindicato Mineiro de Assistentes Sociais (SASEMG). (EIRAS, VIEIRA e NASCIMENTO, 1992)

É importante informar que as APAS tinham uma função relevante na organização política dos assistentes sociais brasileiros, pois eram órgãos que defendiam os interesses da categoria, num período que não havia os Conselhos Regionais e o Conselho Federal. As principais pautas defendidas pelas APAS eram: a regulamentação do Assistente Social como profissional Liberal, a criação de um Sindicato, a extinção da atividade dos agentes sociais que ocupavam as vagas de assistentes sociais, dentre outros. (EIRAS, VIEIRA e NASCIMENTO, 1992). A carta sindical que permitiu que as APAS-MG fossem oficialmente transformadas em SASEMG foi enviada no dia 15 de junho de 1963.

Com o advento do golpe militar de 1964 a maioria dos sindicatos foram desarticulados no Brasil, e com o SASEMG não foi diferente houve a interrupção das atividades devido as condições objetivas impostas pelos militares. Em meados da década de 1970, período da “distensão” política da ditadura e “retorno” da organização sindical

³² Todas as informações sobre o surgimento do Sindicato Mineiro de Assistentes Sociais foram retiradas do Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Serviço Social da UFJF em 1992 “Relações contraditórias na ação e na organização profissional” das assistentes sociais Alexandra Aparecida Leite, Antonieta Maria de Oliveira Vieira, Maria Goreti do Nascimento Marques.

e das lutas dos trabalhadores, o SASEMG volta as suas atividades. Com o apoio do CRAS de Minas Gerais organizou uma assembleia para verificar os assistentes sociais que poderiam integrar uma comissão que realizaria a eleição. Em 1977 é eleita uma nova diretoria. (EIRAS, VIEIRA e NASCIMENTO, 1992)

A atividade sindical não ficou somente na capital mineira mas desenvolveu-se em Juiz de Fora e Uberlândia. Desse modo, o SASEMG foi um dos sindicatos mais combativos da história do Serviço Social brasileiro, repetindo a influência nacional do método BH. A reconhecida iniciativa de docentes e alunos da PUC em Belo Horizonte no que concerne ao surgimento da vertente de ruptura foi abordada no primeiro capítulo da dissertação.

Ao abordar sobre o SASEMG Ana Mourão disse na entrevista que era uma entidade muito participativa, importante na fundação da ANAS e uma das referências no Brasil, por abarcar pautas relevantes dos trabalhadores.

“Era um sindicato super atuante, foi um dos grandes sindicatos do Brasil, puxou a luta sobre a necessidade de proteção ao trabalhador, da adequação dos locais de trabalho. O sindicato de Minas participava intensamente das lutas dos outros sindicatos, essa participação coletiva que foi através dela que fundou a ANAS”. A ANAS foi consequência das lutas de vários sindicatos, dentre eles o de Minas Gerais que teve um papel importante porque era um grupo que tinha muita consciência política e entrava na luta para valer. (Ana Maria Arreguy Mourão – Entrevistada)

Ana acrescentou que o sindicato atuava para mobilizar a categoria e mostrar os seus direitos. Contava com dois advogados, tinha uma sede própria e se mantinha a partir das contribuições dos assistentes sociais. A maioria dos diretores eram de Belo Horizonte e a participação de dirigentes do interior era mais restrita por causa da baixa arrecadação.

“Nós participávamos de todas as lutas junto com os próprios assistentes sociais, nós panfletávamos. Naquela época nós tínhamos a preocupação de que as pessoas precisavam conhecer os seus direitos e que o sindicato estava ali, havia dois advogados e tinha uma sede. Na chapa a maioria era de Belo Horizonte, a participação dos diretores do interior era mais difícil porque era um sindicato auto sustentável,

ele bancava mas tinha coisas que eram complicadas. Nós tínhamos uma participação efetiva.” (Ana Maria Arreguy Mourão – Entrevistada)

As ações políticas do núcleo sindical de Juiz de Fora estavam sintonizadas com as deliberações de Belo Horizonte. Além disso, havia uma articulação entre o CRAS 6ª Região – Delegacia de Juiz de Fora – e a sub-sede nas demandas dos profissionais da Zona da Mata Mineira. Através dessa parceria foi realizado em 1985 o I Encontro de Assistentes Sociais da Zona da Mata Mineira com a temática “Espaço Institucional, Assistência e Políticas Sociais” que tinha a finalidade de preparar a categoria para o V CBAS em São Paulo. O evento foi construído pelo SASEMG- Sub-sede Juiz de Fora, CRAS 6ª Região e Faculdade de Serviço Social da UFJF.

A sub-sede de Juiz de Fora e o CRAS 6ª Região desenvolveram ações conjuntas para atender as demandas dos assistentes sociais da área de abrangência da Delegacia de Juiz de Fora. Eram realizadas reuniões semanais entre as duas entidades e estas eram abertas para a categoria fortalecendo as pautas do Serviço Social.

A junção entre a Delegacia e o Sindicato mostrou a importância da articulação das entidades do Serviço Social brasileiro, principalmente no processo de politização da categoria profissional. Como foi dito anteriormente, os sindicatos contribuíram imensamente na renovação dos Conselhos Profissionais e nas mudanças de princípios e valores profissionais que culminaram na criação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Nos últimos depoimentos sobre esse tema as entrevistadas abordaram o fechamento dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil. Como foi escrito no capítulo II, a finalização das atividades sindicais do Serviço Social ocorreu por meio de uma coletiva da categoria que decidiu que os assistentes sociais deveriam se organizar por ramos de atividade, acompanhado a deliberação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Essa decisão culminou no fechamento da maioria dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil. A ANAS foi extinta em 1992.

A entrevistada Ana Mourão teceu comentários sobre a finalização das atividades da ANAS. Na sua visão o Serviço Social seguiu firmemente a proposta da CUT de fortalecer sindicatos por ramo de produção. De acordo com Ana, a categoria profissional tomou uma decisão coletiva compreendendo que naquele período um sindicato isolado

dos demais não teria condições de realizar ações mais abrangentes e manter uma estrutura mínima de funcionamento. Por isso a assistente social considerou que a organização sindical por ramo de profissão fortalece o coletivo e agrega as lutas de outras categorias profissionais:

“A ANAS começou a perder força...na verdade quando houve a proposta da CUT que não era muito clara quanto a mudança de sindicato por ramo e nós “entramos de cabeça” na proposta, sem a CUT ter terminado de fazer. Assistente Social é assim fala “um A e ela vai no Z” (risos). Mas ainda assim nós defendemos porque nós começamos a ver que um sindicato sozinho não sobrevive e tem a questão da coletividade mesmo. Por ramos de atividade ou por local de trabalho é muito mais interessante. Você ter sindicato dos profissionais da educação, por exemplo, do que ter um sindicato de professores. Você imagina um sindicato de assistente social é capaz de fazer o que? Em termos de pressão social para enfrentar o patronato, porque essa que é a luta sindical para manter os direitos dos trabalhadores.” (Ana Maria Arreguy Mourão – Entrevistada)

Ao ser perguntada: como estaria a estrutura da ANAS se a mesma não encerrasse as suas atividades? Ana Mourão respondeu que as entidades sindicais estariam fadadas ao fechamento por falta de recursos e de participação dos assistentes sociais. Com relação a formação de um novo sindicato na atualidade, argumentou que a experiência sindical do Serviço Social foi frustrada. O que não quer dizer que não possa ser retomada, contudo é necessário analisar o momento político e a conjuntura.

“As meninas as vezes perguntam: “Porque não retoma os sindicatos?” Gente! É muito simples retomar o sindicato. Nós tivemos uma experiência que não deu certo, mas podemos tentar outra se houver condições nessa conjuntura. A minha compreensão é do trabalho em equipe e você com a sua especificidade, por exemplo, o SINDSAÚDE é médico, assistente social, enfermeiro, aí você fecha uma instituição, no sentido da pressão social.” (Ana Maria Arreguy Mourão – Entrevistada)

Ainda sobre o fechamento dos Sindicatos de Assistentes Sociais no Brasil, a entrevistada Leda respondeu que nunca havia pensado no assunto e considerou que o

Sindicato de Juiz de Fora foi um espaço importante de debate e reflexão acerca das condições de trabalho dos assistentes sociais, bem como da conjuntura política do país naquele momento.

“Eu nunca parei para pensar sobre isso. Do que eu me lembro eu acho que o Sindicato era um espaço muito importante de discussão, de debate, de reflexão sobre o trabalho do assistente social, sobre a conjuntura política em que esse trabalho estava sendo exercido eu acho que ele dava essa dimensão.” (Leda Maria Leal de oliveira – Entrevistada)

Para assistente social Rosely Condé o fechamento dos sindicatos iria acontecer, pois era um espaço que não havia muitos profissionais. Na opinião da profissional havia uma confusão nas funções do sindicato e do CRAS. Deste modo, o fechamento foi a opção correta naquele momento histórico.

“Fechou porque era esvaziado ele ia acabar deixando de existir em vários lugares, foi a melhor coisa que aconteceu na época, ele ia acabar deixando de existir ou ia esvaziar o CRESS, se confundiu os papéis. O CRESS fazia uma discussão muito forte nisso depois deixou de fazer porque a fiscalização se tornou com certeza o objetivo do CRESS, o carro chefe do trabalho”. (Entrevistada Rosely Salomão Condé).

A entrevistada Leda informou que vivenciou esse período de transição sindical na cidade de Juiz de Fora e relatou que alguns profissionais migraram para o Sindicato dos Servidores Públicos da Prefeitura de Juiz de Fora (SINSERPU). Acrescentou que alguns profissionais já eram filiados ao SINSERPU, antes da finalização da Sub-sede de Juiz de Fora. Para ela havia uma relação intrínseca entre o SASEMG com os assistentes sociais que atuavam na Prefeitura de Juiz de Fora.

“E tem um momento que o sindicato acaba, eu não consigo lembrar quando. Eu me lembro que foi mais ou menos na época quando foi criado o Sindicato o SINSERPU dos servidores públicos e que na verdade os assistentes sociais nós tínhamos que ser vinculados, nessa época eu era da Prefeitura também. Coincidentemente vários daqueles

sujeitos que estavam lá foram para o SINSERPU porque eram da Prefeitura. Eu me lembro que na área da saúde a Ana Mourão era nossa coordenadora do Serviço Social na Prefeitura e acabava que a gente discutia. Assim era um grupo muito vinculado a Saúde então a gente discutia muito as questões da saúde.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada).

Para Leda o sindicato contribuiu para a discussão sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais e teve o papel de trazer o debate político para dentro da delegacia, que na década de 1980 era uma entidade extremamente burocrática na fiscalização do exercício profissional. O sindicato agregava muitos profissionais e isso foi uma das perdas a partir da sua finalização. Contudo, ela destaca que a categoria ganhou outros espaços com a finalização das atividades sindicais, principalmente fortalecendo outros sindicatos, como o SINSERPU em Juiz de Fora, por exemplo:

“Na época eu percebia muito isso, que o CRAS junto com Sindicato politizava muito as ações do CRAS. Nós crescemos muito em termos de debate, discussão, de compreender melhor o Serviço Social, acho que foi fundamental no sentido da politização mesmo, numa maior politização dos CRAS. Dele sair um pouco do trabalho burocrático, fiscalizador e nós conseguirmos compreender um pouco melhor isso.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada).

De acordo com Ana Mourão a estrutura da ANAS foi construída a partir dos sindicatos regionais que direcionavam as pautas nacionais e tinha estrutura semelhante a do Conjunto CFESS/CRESS na atualidade.

“Era igual é agora quando o Conjunto CFESS/CRESS tira as pautas. Lá no sindicato fazíamos grupos de estudo para chamar mais assistentes sociais para discutir o exercício. Nós já tínhamos uma noção bem interessante do papel do sindicato porque os sindicatos foram criados a partir dos anos de 1930, época de Getúlio Vargas. Quando nós nos filiamos a CUT “quebramos o pau” nos congressos da CUT, íamos em quase todos os congresso delegação de Minas Gerais era bem atuante mesmo.” (Ana Maria Arreguy Mourão, Entrevistada).

Portanto, nos depoimentos acima, acerca do Sindicato Mineiro de Assistentes Sociais e da Sub-sede de Juiz de Fora, pode-se compreender a importância do Sindicato na politização das delegadas que participaram da construção da Delegacia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ponderações que serão apresentadas nas considerações finais da dissertação tem o objetivo de elencar alguns elementos reflexivos, acerca da Reconstrução Histórica da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora. Retomando o Capítulo I deste trabalho, descrevemos o conceito de história na teoria marxista para fundamentar o conteúdo do objeto estudado. A partir de Marx, destacamos o conceito de história por meio de uma reflexão ampliada baseada na gênese do trabalho. Utilizamos a contribuição de Hobsbawm para entender a relação entre a teoria marxista e a disciplina de história nas ciências humanas e sua importância para a pesquisa de fatos históricos.

Tendo como fundamento a concepção de história apresentamos o conteúdo histórico do Serviço Social brasileiro, direcionado pela importante produção de Yamamoto que situa a profissão inserida no processo de produção das relações sociais, o significado social da profissão e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. Neste trabalho fica explícito a historicidade da profissão num conteúdo crítico e abrangente.

Posteriormente, descrevemos a entrada da ditadura militar em 1964 e seus impactos sociais e políticos para a sociedade civil brasileira, principalmente da repressão, violência e perseguição do Estado aos opositores políticos do regime. Foi apresentado as bases sócio históricas e as principais características de cada governo da ditadura, o papel da doutrina de Segurança Nacional e dos sistemas de informações para perseguir opositores; a repressão e tentativa de destruição do movimento estudantil, principalmente na figura da UNE e o esgotamento do milagre econômico e ressurgimento dos sindicatos e movimentos sociais na luta pela redemocratização, num período de crise da ditadura militar. Depois abordamos o conhecido Processo de renovação do Serviço Social brasileiro, alicerçado nas reflexões de Netto, que ocorreu no contexto da ditadura militar, e de maneira contraditória, foi o período de mudanças profundas na teoria, no exercício profissional e no conteúdo político do Serviço Social. Destacamos o surgimento da vertente de Intenção de Ruptura e o papel do método de Belo Horizonte que estabeleceu

Minas Gerais como umas das regiões de grande vanguarda da profissão, no que se refere a construção de propostas para a organização política da categoria. Também refletimos sobre o III CBAS em 1979, o celebre “Congresso da Virada”, evento marcante para a categoria no que tange ao posicionamento público de compromisso com os trabalhadores, a redemocratização e a ruptura com o conservadorismo. No relato das entrevistadas sobre o III CBAS constatamos que havia entre as assistentes sociais posições distintas acerca do Congresso e dos fatos que ocorreram no evento. A diretora Eleni teceu críticas negativas e diretas a organização do evento, o conteúdo discutido e a “virada” de mesa da profissão. Consideramos que essas divergências enriqueceram a dissertação, e mostrou a pluralidade daquele período histórico.

No Capítulo II apresentamos a formação da ANAS/CENEAS e sua importância no processo de politização da categoria e na luta pelas demandas dos assistentes sociais e dos trabalhadores de maneira geral. Destacamos que esse processo foi decisivo para a renovação do Conselho Federal e Conselhos Regionais, na perspectiva do projeto de ruptura com o conservadorismo.

Mostramos no referido capítulo, o Protagonismo do Conjunto CFESS/CRESS na construção do Projeto ético-político profissional, a partir da história dos Conselhos de Fiscalização do Serviço Social, que no processo de regulamentação profissional no final na década de 1950, eram instâncias conservadoras e primordialmente punitiva aos assistentes sociais. Contudo, durante o final da década de 1980, conseguiram adotar na sua estrutura jurídica, normativa e política princípios ético-políticos que privilegiam ações de defesa das prerrogativas profissionais, de prevenção e educação na fiscalização e da defesa intransigente dos direitos sociais. Salientamos o Código de Ética e da Lei de Regulamentação de 1993 que juridicamente materializaram os princípios éticos e políticos construídos historicamente por parte da categoria na década de 1980 e que reflete cabalmente o Projeto ético-político profissional.

Na pesquisa apresentada no capítulo III, demarcamos que a Seccional de Juiz de Fora foi fundada no dia 14 de março de 1975. De acordo com o relato da assistente social Elisa de Oliveira Melo, o surgimento da entidade é proveniente da mobilização dos assistentes sociais que atuavam na cidade de Juiz de Fora e reivindicaram junto a Sede a criação de uma delegacia para a fiscalização do exercício profissional dos assistentes sociais na Zona da Mata mineira. O processo de mobilização dos profissionais citado por

Elisa é de fato um dos fatores importantes para a criação da Delegacia e se relaciona diretamente com a expansão do “mercado nacional dos assistentes sociais” no período da ditadura militar baseado na “modernização conservadora”.

A segunda gestão, 1978 a 1981, a partir da entrevista da assistente social Eleni da Cunha Horta constatamos a Delegacia adquiriu uma nova sede, no Edifício Top Center e a criação de uma área de abrangência de atuação da Delegacia na Zona da Mata Mineira. No seu relato percebemos que a profissional reiterava que a função da Delegacia se restringia apenas a fiscalização e a burocracia interna, em detrimento do papel político da entidade que para ela era função do sindicato.

No decorrer da pesquisa acerca da reconstrução histórica identificamos as dificuldades e os desafios de cada triênio nas gestões. A partir da década de 1980 a delegacia de Juiz de Fora começou a sofrer um processo de desgaste político com a Sede em Belo Horizonte que pressionou a Delegacia a renovar seus quadros políticos mediante a ameaça de fechamento da entidade em Juiz de Fora.

No depoimento da Assistente Social Angélica, gestão 1981 a 1984, essa “pressão” advinda do CRAS da capital mineira se gestou na formação de chapa e continuou ao longo da gestão. A gestão da Delegada foi compelida a convocar assistentes sociais de Juiz de Fora para compor a base da Delegacia, bem como negociar com CRAS em Belo Horizonte a importância da entidade na Zona da Mata Mineira. A Diretoria discutia internamente a autonomia administrativa da Delegacia com relação a Sede.

A gestão da Delegada Angélica era visivelmente diferente da gestão de Eleni, durante a entrevista ressaltou o papel político da Delegacia de Juiz de Fora em realizar a defesa da entidade diante da Sede em Belo Horizonte. Além disso, a mesma em alguns momentos ressaltou a necessidade de mostrar e demarcar o posicionamento político do órgão de fiscalização da Zona da Mata mineira na defesa dos trabalhadores.

Com relação a autonomia da Delegacia/Seccional citada por Angélica é importante informar que as seccionais não possuem autonomia administrativa e financeira e são subordinadas ao Conselho Regional responsável pela sua Jurisdição, conforme a Resolução CFESS nº 378/98 no seu capítulo III. Embora não tenham autonomia para direcionar as ações administrativas, as seccionais possuem autonomia política, ou seja, possuem a sua própria diretoria eleita pela categoria.

A entrevistada Ana Arreguy Mourão (1984 a 1987) realizou a mesma crítica de Angélica acerca da falta de autonomia das seccionais. Também afirmou as dificuldades de relacionamento com os conselheiros da Sede em Belo Horizonte, principalmente com a falta de reconhecimento do papel das Delegacias/ Seccionais. Além disso, Ana Arreguy Mourão relatou a sua inserção no Sindicato Mineiro de Assistentes Sociais, a sua liderança no Serviço Social da Prefeitura de Juiz de Fora na década de 1980. Por fim, descreveu a sua participação por duas gestões no Conjunto CFESS/CRESS. O depoimento de Ana Mourão demonstrou que a delegacia de Juiz de Fora continha nos seus quadros políticos atores sociais que estavam atuantes na profissão e em outros espaços políticos. O exemplo de Ana Arreguy Mourão é importante para valorizar os espaços de participação política da categoria, principalmente nos Conselhos profissionais.

A entrevista da Secretária da Gestão 1987 a 1990, a assistente social Leda Maria Leal teve como destaque as suas ponderações sobre a relação entre Sindicato de Minas Gerais – Sub-sede de Juiz de Fora e a Delegacia. Em diversos momentos da entrevista ressaltou as atividades em conjunto das duas entidades. Outro ponto importante frisado pela entrevistada foi o protagonismo político dos assistentes sociais de Juiz de Fora, principalmente na área da saúde na luta pela implementação do Sistema Único de Saúde.

Por último, a entrevista da Tesoureira Rosely Condé, da gestão 1990 a 1994, ressaltou também a articulação do sindicato e a maturação das atividades da Delegacia, no que diz respeito a comunicação com a categoria profissional. No período de Rosely a Delegacia promoveu eventos de debate sobre os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais. A entrevistada fez uma breve análise sobre a finalização das atividades sindicais dos assistentes sociais no Brasil no início da década de 1990. De acordo com Rosely houve uma perda das discussões acerca das demandas trabalhistas no Serviço Social.

Na dissertação articulamos, no capítulo III, o surgimento da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora, ocorrido no dia 14 de março de 1975, com as características específicas da ditadura militar em Juiz de Fora. Analisamos os aspectos históricos desse processo, pois foi na “Manchester Mineira” que saíram as tropas militares em direção ao Rio de Janeiro para o “golpe de 1964”. Conforme apresentamos a cidade de Juiz de Fora foi o local de prisões políticas, torturas e perseguição a líderes sindicais e estudantes. Nas entrevistas observamos que alguns assistentes sociais de Juiz de Fora foram presos,

perseguidos e exilados durante o regime e essa situação teve impactos na organização política da Delegacia.

No capítulo III, abordamos o Sindicato Mineiro (SASEMG) e a sub-sede de Juiz de Fora, a partir de bibliografia específica, e articulamos com os depoimentos dados pelas entrevistadas. Durante análise das entrevistas percebemos que a organização sindical do Serviço Social era um aspecto marcante, principalmente das profissionais que participaram da Delegacia na década de 1980.

A partir dessa discussão concluímos que a organização sindical incidiu diretamente na renovação dos conselhos regionais e no conselho federal. No caso de Juiz de Fora, a sub-sede atuou em conjunto com CRAS/Delegacia nas reivindicações dos assistentes sociais da Zona Mata Mineira. Além disso, conseguiu trazer para dentro da Delegacia o debate acerca das condições de trabalho dos assistentes sociais e a maturidade necessária para fortalecer as ações políticas da Delegacia.

Com o objetivo de finalizar as considerações finais separamos os depoimentos das entrevistadas sobre a importância da Seccional para a trajetória profissional. Esses relatos visam demonstrar o significado da participação política de assistentes sociais que dedicaram parte de sua vida para construir um projeto coletivo de um conselho profissional.

Ressaltamos que embora a função precípua dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Serviço Social seja a fiscalização do exercício profissional é praticamente impossível dissociar o papel burocrático do papel político de uma entidade de classe. Nesse sentido, a organização de uma categoria profissional tem na sua natureza a dimensão política que norteia e direciona as ações dos profissionais no seu cotidiano de trabalho.

Os depoimentos a seguir compilam variadas reflexões, acerca da Delegacia/Seccional de Juiz de Fora contemplando aspectos profissionais, políticos e principalmente numa valorização do Serviço Social enquanto profissão relevante socialmente que historicamente construiu organizações fortes e consolidadas.

No depoimento de Elisa Melo a participação na Delegacia contribuiu para a luta pelas bandeiras da categoria.

“Ela contribuiu para fortalecer a luta pela profissão. Eu sempre fui muito lutadora profissionalmente, sempre trabalhei muito, não só como professora. Trabalhei durante 15 anos como assistente social e professora da Faculdade de Serviço Social. Acho que a Delegacia, esse coletivo que eu sempre participei muito, me deu muita força para isso, para dar importância a profissão e lutar por ela.” (Elisa de Oliveira Melo – Entrevistada)

A delegada Eleni abordou primeiro a satisfação por ser convidada por Elisa para assumir o cargo na Delegacia. Denominou a função de direção como “graciosa”, mesmo sendo sem gratificação financeira. Relatou a importância da delegacia para a sua trajetória profissional e que foi uma escolha consciente de “servir” a profissão atuando nos órgãos políticos da categoria. Informou que não desejava terminar o mandato rapidamente e só não deu continuidade na outra gestão por causa do falecimento do pai.

Considero a entrevista da Eleni um primor de riquezas e detalhes sobre a reconstrução histórica da Delegacia. No seu depoimento consegui expor sua opinião e visão acerca da profissão de maneira aberta e sincera o que tornou o relato intrigante e reflexivo. Embora o seu posicionamento político destoe das demais diretoras, esse fato não comprometeu o conteúdo do diálogo. O relato abaixo ilustra o sentimento de Eleni sobre a delegacia.

“Eu me senti muito envaidecida de ter sido convocada, convidada e apontada para ser a substituta da Elisa que tinha largos anos de experiência na profissão, professora e eu recém formada ter sido convocada para isso. A partir do momento que eu assumi isso eu levei assim com muito carinho, porque era uma função graciosa e normalmente as funções sem gratificação é que gente faz com mais...faz porque quer. A medida que eu possa ter dado alguma contribuição para o CRAS, eu também recebi muita contribuição porque eu tive a oportunidade de conhecer o órgão que estava fiscalizando a minha profissão. Eu era muito entusiasmada, eu estou falando era porque já estou aposentada, e no início da profissão aquele entusiasmo todo. Aquilo ali adicionou esse meu entusiasmo a oportunidade de servir a profissão. Em momento nenhum eu ficava contando os dias para acabar o meu mandato, ao mesmo tempo me convidaram se eu queria continuar, mas aí eu não tinha condições e em 1981 já vem eleições. Perguntaram se eu queria concorrer mas aí não me interessava porque foi ano que meu pai faleceu. Eu lembrava das palavras da Luzia: “já servi o exército aqui”, cumpri meu mandato dei a minha contribuição para a minha profissão e deixa que outro venha faça e tudo. Em todos os momentos só fiquei agradecida de ter tido a oportunidade de participar nesses três anos.” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

Eleni também não se furtou a falar que não tinha interesse na discussão política da época. Embora saibamos que não existe “neutralidade política”, a entrevistada dispendeu suas capacidades na parte técnica da delegacia, priorizando a sua estrutura física e administrativa. Contudo, de maneira subjetiva e objetiva a mesma imprimiu um direcionamento conservador e burocrata nas ações da segunda gestão de Juiz de Fora.

“Você pode resumir que eu não tinha atuação política, não aproveitei o momento, fosse de um lado ou do outro, dentro do cargo para expressar e fazer algum movimento. A minha atuação foi mais técnica e administrativa talvez por causa da minha formação eu era do banco. O bancário é um funcionário burocrata, o tempo todo somando, muito bitolado, certinho, você não pode ter criatividade em banco. Depois eu passei para o Estado nós tínhamos um manual de normas técnicas. No manual falava compete ao supervisor... o máximo que a gente tinha de criatividade é quando fazia reunião com Belo Horizonte, não estou falando do CRESS mas do meu serviço na área da saúde. O que a minha formação profissional me possibilitou transferir tudo...então eu vim de uma formação bancária.” (Eleni da Cunha Horta – Entrevistada)

Angélica destacou o significado da sua militância na organização da categoria valorizando o conhecimento das legislações, da ética profissional e o engajamento político, principalmente no sentido de “brigar” pela profissão, ou seja, de querer que a mesma cresça e ganhe notoriedade social.

“Ser Delegada da Seccional dos Assistentes Sociais do CRAS 6ª Região (CRESS), este papel junto a Delegacia acrescentou a minha vida profissional mais conhecimento sobre os direitos e deveres da profissão, mais garra, mais firmeza em meus posicionamentos junto as instituições as quais exerci a profissão. Levantou-me a questão da ética profissional muito forte e fez-me uma profissional firme e batalhadora.” (Angélica Maria Salles de Freitas, Entrevistada).

De acordo com Ana Arreguy Mourão a participação política no CRESS é importante para a formação profissional do assistente social. Diante disso, ressaltou o debate acerca da organização política da categoria e que a mesma seja abordada com mais seriedade e afinco nas escolas de Serviço Social para formar profissionais que reconheçam o papel do Conjunto CFESS/CRESS.

“Se nós não temos essa inserção fica faltando alguma coisa na formação da gente. Eu acho que é uma coisa tão séria que merecia que as pessoas levassem mais a sério a organização e a participação porque as faculdades infelizmente não preparam os alunos para essa formação política.” (Ana Maria Arreguy Mourão – Entrevistada).

Ana Arreguy Mourão continuou o seu relato sobre a importância da participação no CRESS afirmando que defende o Serviço Social e que conhece a profissão em todos os âmbitos. E reforçou novamente a inclusão do conteúdo sobre as organizações políticas do Serviço Social nos currículos da Formação profissional.

“Não acho que tem que ter uma disciplina somente para a organização da categoria, precisa é de um debate. Na disciplina dos códigos de ética tem que ter um item o que for para debater isso. As disciplinas não podem ser dadas com conhecimento que não tenha a sua base de sustentação porque se a gente quer lutar por direitos, por cidadania, por todos os princípios do código de ética precisamos de uma formação política, precisamos respeitar o outro, saber tratar as pessoas, ver as coisas como direito e que são os princípios básicos do nosso código que se desdobram em ações.” (Ana Maria Arreguy Mourão– Entrevistada).

No final Ana argumentou que nos dias atuais por causa das dissertações baseadas nas experiências e dados produzidos pelo conjunto CFESS/CRESS há um certo reconhecimento, porém esse avanço ocorre de maneira lenta.

“Eu tenho a sensação que fiz o Serviço Social pleno é uma profissão que eu defendo com “unhas e dentes” porque eu conheço ela por fora, por dentro. É um complemento da formação que tinha que estar no currículo, ser incentivado pelos professores eu não vejo muito isso. Agora acredito que está caminhando, mas é muito lentamente porque estão saindo teses, dissertações porque isso é necessário para socializar.” (Ana Maria Arreguy Mourão– Entrevistada).

Leda respondeu que a participação na Delegacia foi importantíssima para sua carreira profissional, pois no período da sua gestão, 1987 a 1990, havia uma conjuntura política marcada por lutas sociais no Brasil. Atuar na diretoria do CRESS contribuiu para

a sua maturidade profissional, pois no seu retorno a Juiz de Fora, teve a oportunidade de manter contato com profissionais que estavam atuando no sindicato e no CRAS paralelamente.

“Para mim foi fundamental, sobretudo por a gente viveu aquele momento de muita efervescência, de discussão. Estar participando daquilo, pois quando eu saio de Juiz de Fora saio muito inexperiente, solitária, vou trabalhar numa Prefeitura sem apoio nenhum, o que acontece com a grande maioria, e eu me perco um pouco ali. Então voltar, recuperar o espaço, o contato com algumas pessoas que eu considerava importante, aquele grupo do sindicato, do CRAS, foi muito importante em termos de retomar uma discussão política, de repensar não sei se repensar pois mal tinha tempo para pensar era recém-formada, mas de pensar minha prática, de pensar o Serviço Social o significado da profissão e poder compreender melhor.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada)

Outro fato marcante para Leda foi o grupo de assistentes sociais que atuava na Prefeitura de Juiz de Fora, no final da década de 1980, que fortaleceu a sua intervenção profissional, principalmente na área da saúde.

“E como nós tínhamos essa coisa de estar muito misturado com a Prefeitura, nós tínhamos um grupo muito forte e isso fortaleceu a minha intervenção. Eu trabalhei no Jôquei Clube, era da Unidade de Saúde, fiz um trabalho interessante com a coisa da participação, trabalhava muito com igreja com grupos de jovens, com lideranças da comunidade. Eu acho que foi muito disso, dessa perspectiva que esse momento de troca com as meninas.” (Leda Maria Leal de Oliveira – Entrevistada).

Rosely Condé destacou sua participação ativa no dia-a-dia do CRAS. Para a Tesoureira participar da diretoria foi uma escolha que influenciou a sua vida pessoal e profissional.

“Foi tudo. Eu tentava manter uma coerência na minha participação, na militância enquanto estudante. Quando falo militância é na dedicação. Na Delegacia quando eu consegui liberação, tinha uma tarde por semana para estar aqui, mas todos os dias eu ia ao CRAS. Só quem vivenciou o CRAS enquanto rotina, opção de vida na época de não vir aqui para participar de uma reunião e ir embora.” (Rosely Salomão Condé – Entrevistada)

De acordo com a profissional o CRAS foi um espaço de capacitação profissional e de militância política. Rosely teve a oportunidade de representar o CRAS nos conselhos de direitos se aproximando das concepções do Serviço Social sobre os direitos sociais.

“O CRAS foi para mim um espaço de crescimento, não só como militante, mas como profissional, a minha base está aqui. Eu participei depois como representante do CRESS no conselho de direitos.” (Rosely Salomão Condé – Entrevistada)

Ressaltou, sobre a importância do CRAS para a sua carreira profissional, que o início da sua atuação foi no Conselho que aprendeu a ser uma profissional crítica e com posicionamento político.

“O início da minha prática profissional foi aqui, antes de eu atuar, de ter minha carteira de trabalho assinada eu estava aqui. Aprendi a discutir, a me colocar, ter posição. Estar num espaço de luta profissional, político isso nos fortalece profissionalmente, sem dúvida alguma.” (Rosely Salomão Condé – Entrevistada)

Para finalizar a Dissertação é importante mencionar o evento de comemoração dos 40 anos da Seccional ocorrido no dia 8 de dezembro de 2016.

A diretoria da Seccional Juiz de Fora Gestão 2014 a 2017, “Seguindo na luta. Pelo Fortalecimento da Categoria em Defesa do Projeto Ético-Político”, realizou uma comemoração pelos 40 anos da Seccional de Juiz de Fora. Na mesa de abertura contou com a presença de representantes do CRESS 6ª região, da faculdade de Serviço Social da UFJF e da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck. Num segundo momento foi realizada uma “mesa histórica”, com um representante de cada gestão desde 1975 até os dias atuais. Destacou-se a presença da assistente social Rosely Condé que foi uma das entrevistadas. Ao final da mesa, nas considerações do público, a assistente social Elisa de Oliveira Melo tomou a palavra e teceu comentários acerca da sua participação. No evento placas menção especial pela importância dos serviços prestados ao Conselho.

Deste modo, no caso dos Conselhos profissionais de Serviço Social temos características próprias que nos dão identidade e peculiaridade histórica. A Delegacia/Seccional de Juiz de Fora possui 40 anos de existência e é uma das entidades da profissão que foram forjadas no bojo de transformações que ocorreram no Serviço Social durante o processo de renovação. Embora a função precípua dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Serviço Social seja a fiscalização do exercício profissional é praticamente impossível dissociar o papel burocrático do papel político de uma entidade que representa trabalhadores liberais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M. B., CABRAL, M. S. O novo sindicalismo e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, A.C. A Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS/CRESS: avanços e particularidades. Revista Inscrita. Brasília, 2012, n. 13, ano 9 p. 56 a 64.

ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ARREGUY, A.M; O Conselho da Profissão do Serviço Social nos anos noventa: A singularidade de sua ação política em questão. 2000. 11 f. Projeto de Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BARROCO, M.L.; **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**, Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

BEHRING R.B. Brasil mostra a tua cara: dez anos depois. Revista Inscrita. Brasília, n. 13, ano 9 p. 16 a 21.

BOSCHETTI. I. Os intensos anos de Atitude Crítica para Avançar na luta. Revista Inscrita. Brasília, n. 13, ano 9, p. 28 a 34.

BRAZ M. A hegemonia do Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. Revista Inscrita. Brasília, n. 10, ano 7, p. 4 a 11.

BURKE, Peter. “A história como memória social.” O Mundo como Teatro. Lisboa: Difel, 1992.

VERDADE. C. Memórias da repressão: relatório da Comissão municipal da verdade de Juiz de Fora”. Ed. Juiz de Fora. MAMM, 2016.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. Disponível em <<http://www.cress-mg.org.br/>>. Acessado em 20/06/2015.

CFESS; Instrumentos para a Fiscalização do Exercício profissional do Assistente Social. CFESS, Brasília, 2007.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Disponível em <www.cfess.org.br/>. Acessado em 20/06/2015.

_____. Lei de Regulamentação Profissional – nº 8662/1993. 8ª Ed. Brasília: CFESS, 1997.

_____. Resolução 493/06 – Estabelece as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006.

_____. Congresso da Virada: 30 anos (1979-2009), Brasília 2009.

_____. Resolução 512/2007 – Reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política e atualiza a Política Nacional de Fiscalização. Disponível em <www.cfess.org.br/>. Acessado em 20/06/2015.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas Educar. Curitiba, Editora UFPR, n. 24, p. 213 a 225, 2004.

EIRAS, VIEIRA e NASCIMENTO. Relações contraditórias na ação e na organização profissional. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Juiz de Fora. MG, 1992.

GIL, A.C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo, Editora Atlas, 4 ed., 2002.

GONÇALVES, G. M. Efetivação do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: Atuação do Conselho Regional de Serviço Social da 6ª Região – Seccional de Juiz de Fora – Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social/Universidade de Juiz de Fora, 2013.

GUERRA. Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, p. 701-719, novembro 2009.

HOBBSAWM, Eric J. Sobre a História. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, CELATS (Lima- Peru).

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social na cena contemporânea. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, p. 15 a 51, novembro 2009.

_____A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.120, p. 609-639, 2014

_____ **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** capital Financeiro, trabalho e questão social. Ed. São Paulo, Cortez: 2007.

_____ **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____ **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: BOITEMPO, 2007.

MOLJO, Carina B. *La Historia Oral como posibilidad de reconstrucción histórica su relacion com el Trabajo Social*. Argentina Ed Espacio. 1999.

_____ *Trabajadores Sociales en la historia: Una perspectiva transformadora*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

NETTO, J.P. A construção do projeto ético-político do serviço Social frente à crise contemporânea. IN: *Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília, UNB – CEAD, 1999.

_____ *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-1964*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

_____ *O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 5-21, 2005.

_____ *Conferência na Comemoração dos 50 anos de Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Revista Libertas. Juiz de Fora: UFJF, v.8, n.2, 2008.

POLLACK, M. “Memória e Identidade Social”. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, vol. 5, no. 10, 1992.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente In: *Projeto História 14. Cultura e representação*. São Paulo, Editora PUC/SP, 1997b.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. Um Toque de Clássicos. 2. ed. rev. e amp. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 27-66.

RAMOS, S.R. A mediação da organização política na (re) construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social. Tese de Doutorado em Serviço Social – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SILVA, R.M.M.L. Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: Caminhos e descaminhos. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 1991.

TEIXEIRA, J. B. & BRÁZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social.** *In:* Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília – DF, 2009: Pág. 185 a 199.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado – História Oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VINAGRE, M. Gestão Novos Tempos: O amadurecimento teórico e político no debate da ética e da fiscalização profissional nos anos 90. Revista Inscrita. Brasília, n. 13, ano 9, P. 4 a 9.

YAZBEK, M.C. Fundamentos Históricos e teórico-metodológico do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília p. 125-143 novembro 2009.

